



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 104

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 10 de setembro de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão teve início com a apresentação do [Voto de Pesar pelo falecimento do Deputado André Bradford](#). A sua leitura foi feita pelo Sr. Deputado Francisco César, tendo o voto sido subscrito por todos os partidos com assento parlamentar.

Após a votação e aprovação do mesmo, por unanimidade, seguiu-se um minuto de silêncio.

Iniciou-se a Agenda da Reunião com a [Interpeção ao Governo Regional sobre a “Situação económica, financeira e logística do Grupo SATA”](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PPM;

Feita a intervenção inicial pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usou de imediato da palavra a Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*).

Para além dos oradores referidos, pediram a palavra para participar no debate a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e os Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*), António Vasco Viveiros (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), André Rodrigues (*PS*), José Ávila (*PS*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*)

Proferiram um protesto e contraprotesto o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*) e o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), respetivamente.

Posteriormente, foi apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) o [Recurso quanto aos fundamentos da não admissão do “Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 40/XI – Cria a figura do Provedor do Animal na Região Autónoma dos Açores”](#), tendo o mesmo sido rejeitado por maioria.

Participaram neste debate os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), António Lima (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Luís Maurício (*PSD*), tendo no final sido proferidas declarações de voto pelos Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Francisco Coelho (*PS*).

Prosseguiram-se os trabalhos com a [Apresentação e discussão do Relatório da “Comissão Eventual de Inquérito à Rede de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores”](#).

Após a apresentação do relatório feita pela Sra. Deputada Mónica Rocha (*PS*), usaram da palavra as Sras. Deputadas Mónica Seidi (*PSD*) e Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e os Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*), João Paulo Ávila (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Foi proferido um protesto em defesa da bancada pelo Sr. Deputado Francisco César (*PS*).

Por fim, iniciou-se o debate sobre [Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 39/XI – “Regime jurídico de apoio ao cuidador informal na Região Autónoma dos](#)

[Açores](#)”, apresentada pela Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Pediram para usar da palavra as Sras. Deputadas Mónica Seidi (PSD) e Renata Correia Botelho (PS) e o Sr. Deputado Paulo Mendes (BE).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 27 minutos.

Presidente: Bom dia.

Agradeço que ocupem os vossos lugares. Passo a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para fazer a chamada.

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria Eduarda Silva Moniz **Pimenta**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Marta Ávila de **Matos**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Renata Correia **Botelho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima Sousa

Jaime Luís Melo Vieira

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal de Lima

Catarina Oliveira Cabeceiras

Maria da Graça Amaral da Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio Sousa Mendes

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberto a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, antes de entrarmos na Agenda da nossa reunião, será apresentado um voto de pesar pelo falecimento do antigo Deputado Regional e Eurodeputado André Bradford, subscrito por todos os partidos com assento neste Parlamento. Após a votação far-se-á um minuto de silêncio.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar pelo falecimento do Deputado André Bradford

André Jorge Dionísio Bradford faleceu no passado dia 18 de julho, em Ponta Delgada.

André Bradford tinha 48 anos, era um filho atencioso para com a sua mãe, um pai dedicado e atento de 4 filhos e um marido apaixonado e carinhoso. Era também, muito mais do que isso, era um Açoriano de gema, um homem de cultura, que apreciava música, o futebol, a gastronomia ou a literatura, como ímpeto para a prática, condimentada por um humor genialmente corrosivo, da dialética sobre assuntos tão diversos, como sejam, a influência da comunicação social ou das redes sociais na política e no governo ou na evolução das ideologias nesta sociedade global.

Desde cedo revelou apetência pela causa pública e gosto pelo debate de ideias, foi cronista regular de jornais micaelenses desde os 18 anos e Vice-Presidente do Núcleo de Alunos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Católica, aquando da sua licenciatura em Comunicação Social e Cultural nesta mesma faculdade. Aí foi professor e colega, entre 1997 e 1999, de uma prestigiada

geração de jornalistas, hoje no ativo, ao mesmo tempo que frequentava o Mestrado em Teoria e Ciências Políticas.

André Bradford foi estagiário na TVI e Jornalista do Diário de Notícias, como orgulhosamente gostava de lembrar, sendo posteriormente Adjunto do Diretor do periódico mais antigo em publicação em Portugal, o Açoriano Oriental.

Sendo jornalista de profissão, optou por ser político por paixão, sim, “Político”, como orgulhosamente e corajosamente se afirmava.

Foi militante e Vice-presidente do Partido Socialista/Açores. Nos Governos do então presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, foi adjunto da Secretaria Regional do Ambiente nos Açores, assessor da Presidência do Governo com funções nos assuntos de cooperação externa e de coordenação política, foi Representante da Região na Comissão Bilateral do Acordo de Cooperação e Defesa decorrente da Base das Lajes e mais tarde Secretário Regional da Presidência. Foi também chefe de gabinete do atual presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro.

Foi deputado nesta Assembleia entre 2013 e 2019, tendo presidido ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista na atual legislatura. Era respeitado e reconhecido pelos seus adversários, pela sua consistência intelectual e pela sua ética e, estimado e seguido, pelos seus camaradas, pelo seu exemplo e amizade.

Depois de servir a sua Região, nos Açores, André Bradford, foi eleito deputado ao Parlamento Europeu, um velho sonho seu, de servir a sua Região e o seu País num outro fórum.

Foi um Açoriano de corpo inteiro, um acérrimo defensor da Coesão Regional, da valorização da Autonomia Política Açoriana e da ética política.

Que melhor homenagem se pode fazer a André Bradford do que dizer: **Era um Homem bom e que fará falta aos seus amigos e à sua terra.**

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um voto de Pesar como tributo à memória de André Jorge Dionísio Bradford.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família, ao Partido Socialista dos Açores, ao Partido Socialista Nacional e ao Grupo Socialista no Parlamento Europeu.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2019.

Presidente: Vamos colocar então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então guardar um minuto de silêncio.

(Neste momento, a câmara, de pé, fez um minuto de silêncio)

Presidente: Vamos entrar na Agenda da Reunião. O primeiro ponto é a **Interpelação ao Governo Regional sobre a “Situação económica, financeira e logística do Grupo SATA”**.

Esta interpelação é apresentada pela Representação Parlamentar do PPM e os tempos que foram definidos pela Conferência de Líderes distribuem-se da seguinte maneira: o interpelante, o Partido Socialista e o Governo Regional dispõem de 32 minutos, o PSD 24 minutos, o CDS 15 minutos, o Bloco de Esquerda 12 minutos e o PCP 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A opinião pública não sabe, nem tem que saber que a representação parlamentar do PPM apenas pode provocar duas interpelações parlamentares por ano.

Faço agora esta sobre a situação económica, financeira e logística do Grupo SATA e apenas me restará mais uma oportunidade até ao final da atual legislatura para confrontar o Governo Regional com assuntos relevantes para a nossa Região.

Não provoço por isso este debate de ânimo leve, gasto agora uma das minhas derradeiras oportunidades de intervenção parlamentar porque tenho a absoluta consciência que este é um tema de transcendental importância para os Açores.

Estou aqui, neste púlpito da democracia, para dar voz ao povo dos Açores, para transmitir tudo aquilo que as pessoas me pediram para dizer em seu nome, para exigir em seu nome, para gritar, se for necessário, em seu nome. Estou aqui em nome da indignação de milhares e milhares de açorianos dos dois lados do Atlântico, estou aqui para confrontar “olhos nos olhos” o Governo Regional com as suas responsabilidades, estou aqui em nome de muita gente, estou aqui sobretudo em defesa dos interesses dos Açores, salvar o grupo SATA constitui uma prioridade para os Açores, acabar com a impunidade da vossa gestão do grupo SATA constitui uma prioridade da minha ação política.

Muito do que queremos ser na Região depende da manutenção da mobilidade dos açorianos, muito do que vamos ser no futuro depende da preservação e expansão das acessibilidades na nossa Região.

Meus Srs. já sei que o Presidente do Governo Regional está em Washington ...

Deputado Mónica Rocha (PS): E muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Estivemos para alterar a data da comissão bilateral por causa deste debate!

O Orador: Caiu-lhe do céu o alibi perfeito para não estar aqui neste debate.

A verdade é que o Presidente do Governo Regional há muito tempo que pratica o “escapismo” político neste assunto. Compreendo porque razão o faz: tem enormes responsabilidades nesta temática, foi ele que iniciou o processo de destruição do grupo SATA, um dia, daqui a muitos anos, quando se fizer a história da nossa Região, o mandato de Vasco Cordeiro será sobretudo recordado como um período

de estagnação do processo autonómico, mas tenho a certeza que as suas enormes responsabilidades no processo de falência do grupo SATA também serão recordadas.

Vasco Cordeiro não está aqui, neste hemiciclo, mas tenho a certeza de que o Gabinete de Apoio à Comunicação Social tem quase meio milhão de formas de lhe transmitir a informação. Deve transmitir-lhe os parágrafos que lhe quero dedicar neste discurso. Digam-lhe que lhe atribuo a paternidade deste processo e que considero que a sua ação política está na origem do problema da SATA, isto na medida em que deixou que as dívidas do Governo Regional ao grupo SATA, que chegaram muito perto dos 50 milhões de euros, aumentassem de forma contínua entre 2010 e 2015.

Mais importante ainda, Vasco Cordeiro mandou realizar rotas para a Europa tremendamente deficitárias, ...

Deputado Francisco César (PS): Onde o senhor já vai!

O Orador: ... exatamente no período em que o Governo Regional acumulou as maiores dívidas em relação à SATA. Foi ele que destruiu o frágil equilíbrio financeiro da empresa...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Com que objetivo!

O Orador: ... provocando a atual espiral de dívidas e de resultados negativos.

Foi também Vasco Cordeiro que deu o seu aval político a um plano de negócios para a SATA que se revelou uma verdadeira pantomima.

Foi Vasco Cordeiro que escolheu pessoalmente os sucessivos presidentes do conselho de administração da SATA ao longo dos últimos sete anos. Todos relevaram impreparação para o cargo. Vasco Cordeiro nunca assumiu qualquer responsabilidade.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Nem o senhor!

O Orador: Finalmente, a ele se deve o completo fracasso do processo de privatização parcial da SATA Internacional, assim como a surrealista atitude de negação adotada pelo Governo Regional nessa questão.

A este propósito quero aqui fazer uma relevação: como se sabe, Vasco Cordeiro como é seu hábito, quis escapar às suas responsabilidades políticas, no âmbito do malogrado processo de privatização da SATA. Culpou o Parlamento de uma pressuposta fuga de informação e fugiu, uma vez mais, às suas responsabilidades.

Como se recordam, pedi na altura cópia do processo de averiguações que este Parlamento dos Açores realizou a essa pressuposta fuga de informação. Tenho a cópia do processo de averiguação comigo. O que concluí do mesmo? De acordo com a minha interpretação....

Deputado Francisco César (PS): Ah!

O Orador: ... é forçoso concluir que a responsabilidade pertenceu em grande parte ao próprio Governo Regional. Remeteu e vou passar a citar partes do processo: “duas versões do mesmo ofício 459, sendo que deu entrada nos serviços da ALRAA no dia 06/11/2018 contendo um anexo, foi rececionado por correio registado sem qualquer qualificação de confidencial”. Volto a repetir, foi rececionado por correio registado sem qualquer qualificação de confidencial. Mais ainda, e volta a citar: “pelos factos apurados, a abertura dos envelopes pelo Setor de Arquivo e Expediente por ausência de indicação explícita de confidencial no terceiro envelope, assim como no ofício no documento em anexo, bem como o facto do ofício vir no mesmo envelope do documento anexo, só teria sido evitada se o envelope não tivesse chegado ao setor – mais uma referência.

Finalmente, o relatório concluiu que o ofício e/3750/2018 não estava, conforme foi provado e concluiu o relatório, devidamente classificado pela origem, que é o Governo Regional, como tal e por essa razão não foi objeto do procedimento estabelecido e adequado ao mesmo.

Ou seja, meus srs., o Governo Regional interrompeu um processo de privatização que custou milhares de euros devido a uma situação em que foi o principal culpado, para fugir à sua própria responsabilidade política não hesitou em atribuir responsabilidades a quem nunca a teve, o Parlamento dos Açores. Isto diz tudo o que se precisa de saber em relação ao Governo Socialista dos Açores e já agora em relação à sua responsabilidade e lealdade institucional.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo SATA somou em 2014 e no primeiro trimestre de 2019 mais de 200 milhões de prejuízos, prevê-se um novo desastre nas contas do segundo trimestre de 2019. Tudo isto, apesar do Presidente do Governo Regional se ter comprometido a reduzir os prejuízos em cerca de 50% em 2019, tendo como referência os 53 milhões de euros de prejuízos registados em 2018, ou seja, ...

Deputado Francisco César (PS): Quem disse isso foi o Presidente da SATA!

O Orador: ... o compromisso que existia era de uma redução de 50% dos prejuízos. O que é que aconteceu? Exatamente o inverso, ou seja, os prejuízos cresceram de forma muito significativa.

Tudo isto constitui um desastre de enorme dimensão, a operação da SATA durante o verão IATA 2019 revelou-se um autêntico desastre, registaram-se inúmeros cancelamentos de voos, incumprimento reiterado dos horários, estrangulamento da mobilidade dos açorianos em quase todas as ilhas e na diáspora e o aluguer, que já se provou ser desastroso, reiterado de aviões a outras companhias aéreas.

Perante esta situação catastrófica alguns setores da sociedade açoriana mobilizaram-se e elaboraram uma petição que designaram como “Salvem a SATA”...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas quem assina essa petição devia ter vergonha!

O Orador: ... com a independência da posição assumida na petição a participação da sociedade civil na resolução dos problemas da Região é sempre muito positiva.

Deputado Francisco César (PS): Onde é que já ouvi isso antes?

O Orador: Mas o que é que aconteceu em relação a esta petição? O Governo Regional e o PS Açores consideram que esta iniciativa da sociedade civil constitui uma intrusão no seu feito particular do grupo SATA, nesse sentido estão já a limitar a audição de entidades, no âmbito da análise da petição em causa. Chumbaram a audição da comissão de trabalhadores da SATA e da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores.

Tudo isto mostra bem onde reside o problema de gestão da SATA, no controlo e na tutela que o Partido Socialista exerce sobre a empresa. O poder socialista não é a solução, o poder socialista é o problema.

Meus srs. o processo de falência da SATA e as limitações que o mesmo projeta na mobilidade dos açorianos constitui um enorme problema. Para mim, a solução é sobretudo política, passa pela urgente remoção do Partido Socialista do poder regional, não existe outra solução. Já vimos o que sucedeu quando a sociedade civil tentou dar o seu contributo: foram escorraçados de um assunto e de uma empresa que o Partido Socialista trata como uma cotada particular. Mas está a chegar um outro problema que agravará ainda mais tudo o que já temos de enfrentar: António Costa considera que a SATA e as outras companhias aéreas o estão a roubar, prepara-se, em nome da autonomia, para nos jogar o problema para o colo,

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade! Tenham paciência!

O Orador: ... um problema que ele próprio descreve como um esquema completamente absurdo e ruinoso para as finanças públicas. Como o negócio é ruinoso manda-o para os seus camaradas socialistas dos Açores.

Entretanto, Vasco Cordeiro já disse que tem linhas vermelhas, uma espécie de linha “imagino insular”. Não sei porquê, mas não confio na capacidade de dissuasão das linhas vermelhas defensivas do Governo Regional, prevejo a queda do castelo logo no primeiro assalto.

Temos, em síntese, um problema de enorme dimensão para resolver na SATA e um governo socialista que é parte do problema. Ainda assim, deixo aqui, por obrigação regimental, algumas perguntas:

- Tem o Governo Regional conhecimento dos resultados do Grupo SATA ao longo do segundo trimestre? Se sim, peço que os transmita a esta Câmara.

- Que explicação foi dada ao Governo Regional por parte do Conselho de Administração do Grupo SATA, no sentido de justificar a não redução dos prejuízos em cerca de 50% em 2019, tendo como termo de comparação o ano de 2018? Mas sim exatamente o contrário, o que aconteceu foi um aumento brutal dos prejuízos.

- Como justifica o Governo Regional a manutenção em funções de um Conselho de Administração do Grupo SATA que está a falhar todos os objetivos e que falhou tao clamorosamente durante a operação de verão?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É porque mais ninguém sabe explicar em inglês!

O Orador: - E o processo de privatização parcial da SATA Internacional? Que novidades existem? Se é que existem?

Finalmente, podem transmitir a esta Câmara qual é a proposta de António Costa?

Qual é a parte do prejuízo que nos querem remeter a partir do Largo do Rato?

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora, querendo, tem a palavra o Governo.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, meus Colegas:

Assumimos o compromisso de dotar o Grupo SATA dos instrumentos necessários ao cumprimento do seu objeto social de servir cada vez mais e melhor os açorianos e este tem sido, sem dúvida, um dos grandes desafios desta legislatura.

Não fugimos, nem nunca fugiremos às nossas responsabilidades, trabalha-se diariamente no sentido de conseguir um percurso de estabilização da empresa e da sua operação perante adversidades de várias origens e natureza.

Nesse trabalho, a SATA conta com a enorme mais valia que são os seus colaboradores, que em terra e no ar, continuam com empenho, dedicação, e muitas vezes com o seu voluntarismo, a dar o seu melhor a favor da nossa companhia aérea e o que é importante é que a SATA continua a voar para os Açorianos.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Oh, Sra. Secretária! Hoje não!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

A Oradora: De janeiro a agosto deste ano foram realizados pela SATA Air Açores mais 376 voos do que em período homólogo do ano passado.

De janeiro a agosto deste ano foram oferecidos pela SATA Air Açores mais 132.340 lugares e utilizados mais cerca de 28.900 lugares.

No que à SATA Internacional respeita, neste período, foram efetuados mais 12 voos no seu total.

Não menosprezemos a SATA.

Deputada Sónia Nicolau (*PS*): Muito bem!

A Oradora: Não sejamos indiferentes ao seu serviço a favor da Região. Não desconsideremos nem sejamos indiferentes noutra nível aos constrangimentos que afetam a acessibilidade de todos os açorianos.

Preocupam-nos, sobremaneira, as dificuldades sentidas pelos residentes açorianos para sair das suas ilhas, quer seja nos voos inter-ilhas, quer seja nos voos de ligação ao continente, em que a oferta de cinco 'gateways' e a operação de várias companhias aéreas em duas delas por vezes parecem insuficientes. Preocupam-nos e ditam a nossa ação.

O transporte aéreo sofreu uma revolução nos últimos anos, em particular e com características muito próprias, na nossa Região com um crescimento sem precedentes da procura e uma nova realidade de fluxos de tráfego.

Para além da aposta na realização de investimentos estruturantes nas infraestruturas aeroportuárias por parte do Governo, a nossa transportadora é forçada a adaptar-se e é esta a realidade, é este o desafio e é esta a visão que temos para o Grupo SATA com todas as particularidades que tornam esta companhia única no mundo na atualidade: uma companhia pequena, regional, com frota reduzida, com uma dependência extrema de serviços externos, mas com os melhores clientes do mundo, os açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

A Oradora: Na adequação a esta nova realidade destacamos pela importância que reveste, o início do processo de revisão das obrigações de serviço público inter-ilhas, que sustentam o contrato de concessão dos serviços de transporte regular de passageiros no interior da Região Autónoma dos Açores, em vigor até outubro do próximo ano, e que se pretende que traga mais capacidade, mais disponibilidade aos açorianos de todas as ilhas.

É importante ter em conta este facto e nunca esquecer que a SATA Air Açores tem seis aeronaves e a Internacional tem outras seis, e que em agosto de cada ano há cerca de cinco vezes mais passageiros transportados do que em janeiro de cada ano.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não respondeu às minhas perguntas!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Secretário Berto Messias.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir neste momento do debate, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então não intervenha!

O Orador: ... no entanto não posso deixar de gastar cerca de um ou dois minutos fazendo algumas referências tendo em conta algumas das afirmações que o Sr. Deputado Paulo Estevão fez ali da tribuna.

Eu admito que, tendo em conta o registo do Sr. Deputado Paulo Estevão nos últimos tempos e tendo em conta também o registo do sr. deputado aqui na tribuna, há pouco, eu admito que o Sr. Deputado Paulo Estevão acredite que existe um conluio entre o departamento de Defesa Norte Americano e o Governo Regional para prejudicar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... a sua interpelação hoje aqui marcando uma Comissão Bilateral em Washington na semana em que o sr. deputado faz uma interpelação. Admito que o sr. deputado, tendo em conta os seus registos, enfim, um pouco desviados da realidade nos últimos tempos, acredite que existe esse conluio entre o Presidente Trump e Vasco Cordeiro para prejudicá-lo, mas de facto não é assim sr. deputado e

uso da palavra porque não posso deixar de informar a Câmara que, como aliás já é público, o Sr. Presidente do Governo não está aqui neste Plenário durante esta semana porque está em Washington para estar presente na Comissão Bilateral no âmbito do acordo de cooperação e defesa entre Portugal e os Estados Unidos, reunião essa que tem na agenda a avaliação e a análise de questões muito relevantes no âmbito daquela que é a presença norte americana na Base das Lajes, quer relativamente ao processo de descontaminação, quer relativamente às questões laborais, quer também relativamente às questões referentes à gestão de infra estruturas.

E também não posso deixar de dizer que o Presidente Vasco Cordeiro tem sido, aliás não só enquanto Presidente, mas pelo percurso político que tem nesta Região, tem sido absolutamente irrepreensível no respeito e no tratamento institucional que dá ao Parlamento dos Açores...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! Apoiado!

O Orador: ... e a todos os partidos aqui representados. E não fosse isso suficiente, tendo em conta que estamos a discutir a SATA, que é eventualmente o assunto mais escrutinado nos Açores nos últimos dois a três anos, recordo que foi o Presidente Vasco Cordeiro que por sua iniciativa foi a uma comissão parlamentar de inquérito prestar todos os esclarecimentos necessários ...

Deputado José San-Bento (PS): Bem lembrado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é bem assim!

O Orador: ... relativamente às questões referentes à SATA e portanto, Sra. Presidente, não podia deixar de intervir para clarificar esta questão e lamentar mais este ataque, enfim, que começa a roçar o obsessivo ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Ora aí está!

O Orador: ... pela parte do Sr. Deputado Paulo Estevão ao Presidente do Governo e ao Governo Regional.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os açorianos e açorianas não têm de optar entre semiprivatizar ou privatizar a sua companhia aérea, como se fossem opções que trouxessem realmente resultados completamente distintos.

São essas as opções que Partido Socialista e Partido Social Democrata oferecem aos açorianos e açorianas. Opções que servem a ilusão, segundo a qual a entrada de capital privado e a consequente gestão privada operará milagres e salvaguardará o direito à mobilidade tão essencial numa Região tão condicionada geograficamente.

O PS tenta convencer os açorianos que um futuro parceiro privado na SATA não terá qualquer interesse em ter mais do que uma simples palavra sobre o funcionamento da empresa e, principalmente, nas rotas e número de voos a efetuar. Desenganem-se os mais ingénuos, qualquer futuro parceiro privado não terá qualquer dúvida sobre a opção a tomar, se o que estiver em causa for a obtenção de mais lucro ou a consecução do interesse público. Escolherá o lucro, como é óbvio.

E quando o que está em causa é o interesse público, referimo-nos à mobilidade dos açorianos. No passado dissemo-lo, e reafirmamos: é urgente proceder à recapitalização da SATA para a manter totalmente na esfera pública.

O «know how» ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual know how! Aquilo é uma tristeza!

O Orador: ... acumulado da empresa não é desprezível e as sinergias fazem-se com a necessidade de manter e melhorar a mobilidade dos açorianos e açorianas.

As recentes declarações de António Costa sobre o futuro do subsídio de mobilidade dão ainda mais importância à necessidade de contarmos com uma companhia aérea totalmente pública.

Deputado Francisco César (PS): O senhor é a favor do retorno?

O Orador: Para António Costa este novo sistema de apoio à mobilidade tem servido para financiar as companhias aéreas culpando, desse modo, a SATA que se vê obrigada a cumprir serviços que mais ninguém quer assegurar.

Foi o Governo da República quem impôs este novo modelo de financiamento, mas opta-se por não combater os abusos das companhias aéreas e colocam-se os açorianos a pagar pela sua mobilidade.

Estamos, mais uma vez, perante um ataque à Autonomia.

Continuamos a defender a recapitalização da SATA, a negociação de um verdadeiro plano de reestruturação da dívida com a banca, a atribuição de uma gestão competente à empresa e a elaboração de um plano estratégico que priorize o direito à mobilidade dos açorianos e açorianas.

Às notícias de maio sobre a acumulação de prejuízos referentes a 2018, surgiram muito recentemente mais notícias que nos dão conta de um prejuízo que ronda os 20 milhões de euros nos primeiros três meses deste ano: 10 milhões de euros pela Azores Airlines e 4 milhões de euros pela SATA Air Açores.

Estes são resultados parciais os quais, se tivermos em consideração o período homólogo do ano passado, deixam-nos antever um exercício anual pior comparativamente a 2018.

Em termos operacionais continuamos a assistir aos problemas que infelizmente se tornaram habituais e a consequências drásticas para os resultados resultantes de opções gestionárias, não só do atual Conselho de Administração, como de anteriores.

Se é mais barato ter um avião estacionado do que a operar, como é o caso do A330, então quem deve ser responsabilizado por tal erro gestor? Não serão, decerto, os trabalhadores.

Ou seria mais barato operar o A330 em vez de continuar a contratar mais ACMIS? Quantos contratos desta natureza seriam poupados caso o A330 voasse?

A primeira decisão do atual presidente do Conselho de Administração - e já se passou um ano sobre tal decisão - foi a contratação de uma especialista em comunicação, quando a companhia já conta com pessoal especializado nessa área.

Que diferença fez, nos resultados operacionais, esta assessoria e que custo teve para a empresa?

Foi concedido um aval ao Grupo SATA para um empréstimo obrigacionista de forma a cumprir aquela que é a reestruturação financeira em curso. Interessa conhecer os contornos dessa reestruturação.

Implicará a renegociação da dívida com a banca que não somente através da substituição de dívida mais cara por mais barata?

Que impacto é que esta reestruturação terá na empresa?

O plano estratégico estaria em curso enquanto estava a ser elaborado, e a sua conclusão estaria para breve, de acordo com aquelas que foram as palavras da Sra. Secretária Regional dos Transportes, em maio último.

Quando será concluído e apresentado?

A reestruturação de pessoal na empresa servirá para emagrecer os quadros intermédios e superiores? Quadros esses, na sua vasta maioria, de nomeação, esvaziados de funções ou com funções duplicadas.

Ou será que a reestruturação só servirá para despedir operacionais que tanta falta fazem?

Confirma-se que o call center será contratualizado externamente? Se assim for, quantos trabalhadores serão despedidos?

A situação atual da SATA não pode ser desligada de muitas destas opções gestionárias do passado e do presente.

A SATA tem sido o instrumento para satisfazer as necessidades do mercado do turismo na Região, facto, aliás, reconhecido pelo próprio Sr. Presidente do Governo Regional.

Sinal de que essa é uma realidade atual, é a reação dos empresários do turismo relativamente ao encerramento da rota com Frankfurt, uma rota deficitária porquanto não devidamente compensada e que só foi possível porque a SATA decidiu, apesar de tudo, operar em prol do desenvolvimento do setor.

A rota Terceira-Madrid, só foi possível porque subsidiada por financiamento público, mesmo assim não é comprovadamente sustentável, como ficou atestado com o concurso internacional que ficou deserto para a sua concessão.

Em tempos a SATA operou nesta rota, apesar de economicamente deficitária com a agravante da compensação ser paga tarde e a más horas, naquele que foi mais um exemplo do seu espírito de missão na salvaguarda da economia da Região, ao contrário de empresas privadas de charters que só voavam à condição de receber a pronto.

Quando os dois concursos internacionais para a concessão do transporte aéreo de mercadorias ficaram desertos - ou seja, perante a evidência de que as contrapartidas pelo cumprimento das obrigações de serviço público são insuficientes - a SATA teve de se chegar à frente e, mais uma vez, assegurou um serviço público essencial, pese embora registe mais um prejuízo nas suas contas.

Qual o custo do atual serviço de transporte aéreo de mercadorias garantido pela SATA e que compensação é auferida?

Repetimos a pergunta feita em julho. Como é possível aumentar o número de passageiros transportados e, simultaneamente, aumentar o prejuízo da empresa?

O atual contrato ao qual a SATA está vinculada, estipula que só quando se passar a fasquia dos 103.000 passageiros reencaminhados, por ano, ou se criarem voos

extraordinários para tal efeito, a SATA receberá uma compensação miserável de 30€ por passageiro reencaminhado.

Mas até aos 103.000 passageiros reencaminhados ou se não forem criados voos extraordinários, a SATA nada recebe por esse serviço!

Como foi possível formalizar um contrato, de acordo com o qual a SATA nada recebe por passageiro reencaminhado, incluindo passageiros para empresas com quem a SATA concorre diretamente?

O aumento do valor da compensação pelo cumprimento das obrigações de serviço público em 20 milhões de euros, anunciado pela Sra. Secretária Regional em julho, é claramente insuficiente, pois dilui-se com o aumento de passageiros transportados e refere-se a um período de cinco anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais dinheiro para a SATA!

O Orador: Estas são questões que se impõem porque ilustram como as contas deficitárias da SATA deveriam ter em conta valores a receber pela prestação destes serviços e reduções na despesa por opções de gestão ruinosas.

Quem salienta a desastrosa situação financeira e operacional da SATA deveria deduzir às contas da companhia todos estes prejuízos resultantes da prestação de serviço público deficitariamente compensado.

Obrigar a SATA a cumprir serviço público não é, de facto, um defeito, mas sim uma virtude, mas compete aos Governos Regional e da República compensar devidamente a empresa para não a deixar cair em desgraça.

Não é a SATA que apresenta contas negativas, são antes os Governos Regional e da República que têm uma dívida cada vez maior para com a Autonomia traduzida no direito à mobilidade dos açorianos e na atenuação dos efeitos da descontinuidade do nosso território.

Deputado Francisco César (PS): É rebuscado!

O Orador: É, pois, urgente recapitalizar a empresa.

É claro que o caminho tem sido outro ao tudo se fazer para criar e incentivar uma imagem pública desastrosa e, por conseguinte, arranjar um falso motivo para a privatização da SATA, aliás na linha do que foi feito na TAP.

É também óbvia a existência de erros de gestão clamorosos mas cuja responsabilidade deve ser atribuída ao Governo Regional, não fosse a gestão da companhia atribuída por nomeação.

Deputado José San-Bento (PS): É isso mesmo!

O Orador: A recapitalização da SATA é crucial para a manter na esfera pública e salvá-la, dando-lhe futuro e garantindo a mobilidade a todos os açorianos e açorianas, em vez de se incentivar e premiar a sua má gestão para a desvalorizar e vendê-la ou, quem sabe, até mesmo dá-la com custos irreparáveis para todos nós.

Obrigado.

Deputado António Lima (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na atual legislatura esta é a oitava vez que é agendado um debate de urgência ou interpeleção sobre transportes, sendo que o tema SATA assume sempre importância relevante.

É assim, por conseguinte, um dos assuntos mais debatidos neste Parlamento na atual legislatura. Mas será por teimosia da oposição? Será por falta de outros temas? Será injusto para o Governo e para a sua tutela? Entendemos que não. A situação do grupo SATA é, desde há muitos anos, motivo de preocupação crescente na Região, primeiro por questões operacionais, sendo que a época alta que agora decorre, foi mais uma vez, um absoluto fracasso com inúmeros cancelamentos, adiamentos, alterações de horários, falta de entrega de bagagens, comprometendo a mobilidade inter-ilhas e dos Açores com o exterior, manchando

o nome da Região e aqui cabe uma palavra aos trabalhadores da SATA que nessas circunstâncias têm minimizados os efeitos, têm enfrentado os passageiros e portanto, essa questão é relevante e deixar aqui uma palavra aos trabalhadores da SATA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Outra vez a mesma conversa!

O Orador: Pela falência técnica com capitais próprios negativos que em final de 2018 eram de 145 milhões de euros, além de que havia 34 milhões de euros de capital não subscrito e que estava contabilizado e por vezes, por impostos diferidos, que não foram aceites pela certificação legal de contas; pelos prejuízos que só na atual legislatura e até final do primeiro trimestre de 2019, ultrapassam os 130 milhões de euros e 220 milhões de euros desde 2008.

Com estes resultados negativos, brutais para a nossa pequena dimensão populacional e chocantes para os problemas da nossa Região, designadamente o seu nível de pobreza, perder tanto dinheiro por incompetência e ineficácia é seguramente motivo para que neste Parlamento se debata repetidamente o tema.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Antecipamos que, mais uma vez, por parte do Governo e do Partido Socialista surgiram novos atos de fé, novas desculpas e a culpabilização das oposições.

Por absurdo da bancada do Partido Socialista já foi apresentada a justificação para o caos da SATA como sendo o Governo vítima do seu elevado crescimento.

Deputado José San-Bento (PS): Vítima do sucesso!

O Orador: O Governo é vítima sim, mas sim de um mau planeamento ou ausência dele neste e noutros setores. Os exemplos sucedem-se: foi a estimativa para 2020 de 1,4 milhões de dormidas no turismo, incluída no quadro comunitário de 2013-2020, valor ultrapassado logo em 2015 e que até à data prevista do fim do quadro será duplicada; foi o adiamento da liberalização das rotas com o continente só

concretizada em 2015 com dez anos de atraso e contra a vontade do Governo e do Partido Socialista, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: ... não valorizando o impacto que teria na nossa economia.

Deputado Francisco César (PS): Essa ninguém vos tira!

O Orador: Foi o fim das cotas leiteiras, que apesar dos avisos atempados do Deputado Duarte Freitas, o Governo entrou em negação...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):

Não se meta com a agricultura!

O Orador: ... não preparando as necessárias alterações nas políticas agrícolas, apresentando-se, perante um facto consumado, como vítima.

Uma das condições essenciais para o sucesso dos Governos é o planear adequadamente, antecipar problemas, optando e executando políticas consequentes e coerentes. Este Governo apenas reage aos acontecimentos, vitimizandose perante os insucessos, e, com hipocrisia, culpando terceiros.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A SATA Air Açores em 2014, antes da alteração do modelo de mobilidade, transportou 474 mil passageiros e em 2018 transportou 732 mil, ou seja, um aumento de 55%. Mas com este aumento tão significativo e benéfico para os açorianos o que mudou na SATA? O que mudou na sua gestão e na sua maior exigência da sua profissionalização perante os novos desafios? O que mudou na organização da sua operação? O que mudou na adequação da sua frota? O que mudou nos seus recursos humanos?

Pouco ou nada mudou! Seria então expectável que o serviço respondesse à procura e ao mercado? Obviamente que não.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A SATA Air Açores tem obrigação de garantir a mobilidade aérea inter-ilhas dos açorianos, quer porque esta é a génese da sua existência e da sua história, quer porque decorre de um contrato celebrado na sequência de um concurso público, com o custo total de 105 milhões de euros para o orçamento da Região e que termina a 30 de setembro de 2020.

O caderno de encargos fixa um conjunto de obrigações, designadamente quanto às capacidades globais mínimas, de frequências, lugares oferecidos e carga para cada ilha em cada um dos períodos do ano.

Mas vai mais longe, o número três da cláusula 11.º expõe e citamos: “sem prejuízo das cláusulas seguintes, a concessionária obriga-se, em geral, em oferecer a capacidade de transporte adequada aos níveis de procura”. Ou seja, para além das obrigações fixadas em concreto em matéria das capacidades globais mínimas, a concessionária tem obrigação adicional de corresponder à procura. O clausulado prevê, inclusive, “quando ocorra uma alteração normal e imprevisível das condições em que se baseou o contrato, será o caso das condições em que se baseou, será o caso do aumento da procura nos meses de julho e agosto que tem ocorrido desde 2016, que sejam afetadas mais aeronaves com recurso a terceiros, sendo o respetivo posto adicional suportado pelo concedente – Governo – nos termos do princípio da reposição do equilíbrio financeiro.” Ou seja, a SATA supostamente não cumpre a sua obrigação contratual, para aliviar financeiramente o Governo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem razão!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Nem o senhor!

O Orador: ... mas ao não cumprir essa obrigação, aliviando Governo, penaliza os açorianos e as suas empresas.

A política de transportes, e em particular a gestão da SATA, na última década foram um fracasso, o principal responsável é o Presidente do Governo.

Mas não bastava a má governação socialista regional em matéria de acessibilidades aéreas e inter-ilhas, agora é também o governo socialista da República que ameaça os açorianos. É António Costa que pretende enjeitar responsabilidades em matéria de acessibilidades dos açorianos ao continente com a inaceitável passividade do Governo Regional.

Trata-se de um ataque inaceitável a um direito conquistado pelo povo açoriano.

Deputado Francisco César (PS): Qual é o ataque?

O Orador: Os Açores não podem aceitar cortes no número de viagens, horários ou quaisquer outros limites aos reembolsos.

Deputado Francisco César (PS): Que demagogia!

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade!

O Orador: Escusa António Costa de querer iludir os açorianos ao afirmar que as alterações de subsídio social de mobilidade só visam conferir mais autonomia às regiões.

Deputado José San-Bento (PS): É preciso não ter vergonha!

O Orador: Qualquer ajuste ao modelo não poderá reduzir direitos. Nesta matéria há muito que o PSD sinalizou o problema apresentando em abril de 2018 um projeto de resolução nesta Assembleia por sua iniciativa própria, relativamente ao modelo de mobilidade aérea entre os Açores, Portugal e o Continente.

Deputado Luís Garcia (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Ao votar contra essa iniciativa o PS, naquela altura, mostrou mais uma vez e acabou por confirmar que também nesta matéria primeiro está o Governo da República e depois os açorianos e os seus interesses.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (PS): O discurso é igual ao do PSD/Madeira!

O Orador: Termino com um conjunto de questões à Sra. Secretária, uma das quais o Sr. Deputado Paulo Estevão já fez.

E a primeira pergunta é:

- Quais os resultados do grupo SATA no segundo trimestre? Passaram dois meses e meio desde o fim do trimestre e portanto, é expectável que a Sra. Secretária tenha acesso a esses resultados.

- Manterá a confiança no Conselho de Administração da SATA se esses resultados forem semelhantes aos do primeiro trimestre, segunda questão?

- Está a ser equacionado um novo empréstimo pelo grupo SATA, até ao final do ano, com o aval da Região, tal como aconteceu em 2018?

- Quarta questão, qual o número de encaminhamentos em 2018 e até ao final do primeiro semestre de 2019? De acordo com o caderno de encargos essa informação é fornecida à SATA obrigatoriamente (caderno de encargos de concessão de serviço público).

- Outra questão tem a ver com o A330 e a pergunta é: Foi encontrada uma solução para o A330 ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi, sim senhor!

O Orador: ... ou continua imobilizado, estando a empresa a suportar os respetivos custos sem qualquer proveito?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! já está a voar na iFly!

O Orador: Última questão tem a ver com o seguinte, depois das contradições públicas entre as afirmações da Sra. Secretária e do Presidente do SDEA a pergunta é:

- Em que situação se encontra o processo de concurso de alienação de 49% da SATA Internacional?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é com ela. É com o SDEA!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sempre temos afirmado a defesa da SATA como empresa estruturante para a Região, sendo que a SATA se constitui como uma empresa absolutamente necessária e imprescindível aos Açores e ao seu desenvolvimento.

Uma boa gestão que garanta a saúde económica e financeira do Grupo SATA e que simultaneamente promova uma adequada e correta gestão operacional da sua frota tem de ser o objeto de qualquer política que se preocupe a sério com os Açores, o seu desenvolvimento futuro e acima de tudo com os açorianos.

Aquilo a que temos vindo a assistir na gestão da SATA e no seguimento da política estratégica definida pelo Governo Regional para esta empresa, longe de nos dar a tranquilidade de podermos olhar com alguma confiança quanto ao futuro da empresa, apenas nos apresenta um cenário carregado de nuvens negras e de seriíssimas apreensões quanto ao futuro.

De cada vez que são divulgados os Relatórios e Contas do Grupo Sata é maior a apreensão em relação ao seu futuro, e mesmo assim o Governo Regional ao invés de corrigir as suas políticas para a empresa e para o setor não só não altera o rumo seguido, como persiste nas mesmas políticas completamente indiferente quanto ao desastre a que estas políticas, inevitavelmente, estão a conduzir a SATA.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cerca de vinte e um milhões de euros. Foi este o montante dos prejuízos registados pelo Grupo SATA no primeiro trimestre deste ano. Quase vinte e um milhões de euros de prejuízo apenas num trimestre, sras. e srs. deputados.

De relembrar que no ano 2016 as contas do grupo SATA tinham encerrado com prejuízos de 14 milhões de euros. No ano 2017 esses prejuízos totalizaram 41 milhões de euros. E no ano 2018 superaram os 53 milhões de euros. Sempre a crescer: 14, 41, 53... e quase 21 milhões de euros de prejuízo no primeiro trimestre deste ano.

Tenhamos consciência que é a este Governo Regional, e aos dois anteriores, que devem ser imputadas as responsabilidades pela atual situação de falência técnica da SATA e pela incapacidade operacional em dar resposta aos compromissos comerciais existentes, mas também da impossibilidade real, enquanto não se encontrar uma solução para a sua recapitalização, de desenhar uma estratégia de crescimento e expansão que considere as dinâmicas do mercado do transporte aéreo. Estratégia que terá de passar, forçosamente, por uma reestruturação organizacional que responda, de forma coordenada, ágil e eficaz às exigências competitivas deste mercado.

Não pretendemos ilibar de responsabilidades as sucessivas administrações do Grupo SATA, que também as têm. Mas se vier a acontecer o encerramento da Azores Airlines, cenário que não é de todo irreal não fosse uma empresa pública e já teria provavelmente acontecido, afinal o que perdemos e o que ganhamos. Os ganhos não os vislumbramos e não tenhamos qualquer espécie de ilusão de que com a sua privatização é que se resolvem os atuais problemas da Azores Airlines, problemas que afetam todo o Grupo SATA. Com a sua privatização parcial, ou total, muito iria mudar, mas estou certo de que as mudanças não agradariam à generalidade dos açorianos ou, a manter-se o atual desenho operacional e de serviços prestados, apenas pela SATA, como seja o transporte de doentes, teria de

ser o erário público a suportar. Logo os ganhos da privatização da Azores Airlines não seriam assim tão evidentes.

O que perdíamos era, no fundo, a nossa independência em relação a transportadoras aéreas que não servem o perfil do passageiro ilhéu, nem tão-pouco, os interesses regionais. Não temos nenhum preconceito em relação à TAP, mas é bom recordar que a companhia aérea nacional não serviu a Região enquanto aqui operou sozinha, ou seja, antes do início da operação da então SATA Internacional.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A elencagem de perdas e danos, se por hipótese a Azores Airlines vier a encerrar enquanto empresa pública, pode desdobrar-se ao longo de vários itens e não será difícil cada um de nós fazer esse exercício. Se o fizerem tenham em conta que, por exemplo, a EasyJet chegou a São Miguel com grande pompa, mas abandonou a rota sem dizer “água vai”. O mesmo se poderá passar futuramente com qualquer outra, até mesmo com a SATA se esta fosse privatizada, uma vez que a rota está liberalizada. Na Terceira a RyanAir só entrou depois de ter garantido o que pretendia. E a pretensão era clara e transparente, assegurar a rentabilidade da operação à custa de dinheiros públicos. Coisa que parece ser aceite pelos cidadãos, mas quando se trata de falar na recapitalização da SATA com apoios públicos, mas aí dizem que isso é que não pode ser, esse sorvedouro de dinheiro público não pode continuar.

Há soluções, no domínio público, para recapitalizar a SATA. Não nos parece que a sua privatização seja o melhor caminho, para além de ser caro. Muito mais caro do que a recapitalização com recurso a fundos públicos num processo onde se poderia vir a envolver a Região Autónoma da Madeira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se estivesse dependente da SATA!!

O Orador: A SATA é um instrumento da autonomia açoriana do qual não podemos nem devemos abdicar. O Grupo SATA tem tudo para competir no mercado do transporte aéreo e a privatização de parte do seu capital social, numa

tramitação cujos contornos estão ainda envoltos numa densa bruma, resulta de uma opção política que, em nossa opinião, era absolutamente dispensável, para além de ser indesejável pois, trata-se de um setor estratégico para a autonomia regional e como tal devia manter-se, integralmente, no domínio público.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando vemos o aumento de 8% no número de passageiros transportados pela SATA no primeiro semestre de 2019 e verificamos o prejuízo no primeiro trimestre deste ano de quase 21 milhões de euros, fica então bem demonstrado que tínhamos e temos razão quando afirmávamos que a política do Governo Regional relativamente aos reencaminhamentos gratuitos para os passageiros das low-cost era não apenas a forma encontrada pelo Governo Regional para subsidiar essas companhias low-cost impondo à SATA essa responsabilidade, como acima de tudo e pior que tudo pondo em causa a viabilidade da própria SATA Air Açores.

Não tem sido por falta de alertas e de avisos que a situação da SATA tem vindo a degradar-se até ao ponto em que hoje se encontra.

Desde há muito que as diversas organizações representativas dos trabalhadores da SATA não só vêm denunciando os sucessivos erros da sua gestão e vêm reclamando uma correta e adequada ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São tudo santos na SATA!

O Orador: ... gestão que sirva de facto a empresa, como sobretudo têm apresentado propostas concretas com vista à viabilização e à solidez da SATA.

Já anteriormente aqui afirmámos que a situação financeira da SATA era deveras preocupante e mais grave que isso é que apesar das denúncias e dos alertas sobre o abismo para onde as políticas do Governo Regional estavam e estão a conduzir a empresa continuavam a ser prosseguidas as mesmas políticas.

Pelos vistos apenas agora, segundo foi afirmado pelo Senhor Presidente da SATA, o acionista Governo Regional descobriu que era necessário e se dispôs a avançar com um plano de reestruturação financeira da empresa.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gerir propositadamente mal uma empresa de modo a conduzi-la a uma situação de tal modo deficitária e depois lançar a ideia que apenas a sua privatização pode ser a única tábua de salvação é uma situação recorrente para a qual a Direita e o PS conduziram várias empresas no nosso país.

Também em relação à SATA o Governo Regional seguiu à letra os velhos cânones da Direita apresentando a privatização como a única tábua de salvação da SATA, o que não é nem nunca será.

Privatizar a SATA entregando a sua gestão aos critérios meramente economicistas dos privados é um grave atentado com consequências imprevisíveis a médio/longo prazo não apenas para a empresa, mas sobretudo para os Açores e para os açorianos.

É esquecer o papel estruturante que a SATA tem nesta Região.

É jogar na roleta russa a mobilidade dos açorianos e pôr em causa muito do seu futuro que numa Região insular com as características do nosso arquipélago passa inevitavelmente pela existência de um meio de transporte aéreo fiável e cujo objetivo primordial seja o de servir os Açores e os açorianos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

Nunca é demais salientar o que se passa na Região Autónoma da Madeira quanto ao transporte aéreo entre a Madeira e o Porto Santo para fazer uma ideia, ainda que muito pálida daquilo que poderá ser o martírio que estaria reservado à nossa Região com uma SATA sujeita a meros critérios de lucro fácil.

Como repetidamente temos afirmado, para nós PCP, a SATA é uma empresa que não está condenada a apresentar uma situação económico-financeira permanentemente preocupante e até mesmo catastrófica.

Pela parte do PCP não deixaremos de denunciar as políticas que têm conduzido a SATA à situação em que se encontra e continuaremos como sempre a defender a

concretização de uma política para a empresa que a retire da situação aflitiva em que se encontra e a leve a uma situação em que de facto cumpra a sua missão de servir os Açores e os açorianos.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o PCP esgotou o seu tempo com esta intervenção.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Saúdo todos os colegas, Srs. Membros do Governo, após este curto período de férias. Espero que todos tenham descansado um pouco.

Sra. Presidente, Sra. Secretária Regional começo por si:

Disse V.exa. que a SATA é uma pequena empresa regional e que tem a melhor clientela do mundo, que são os açorianos. Eu não poderia estar mais de acordo consigo, é uma pequena empresa regional que devia servir os açorianos, mas não serve, não serve a melhor clientela do mundo, antes pelo contrário.

Mas a história não começa consigo, mas espero que acabe consigo. O verdadeiro descalabro da SATA começa com a aquisição da frota dos Q400 que o CDS aqui denunciou e aqui se opôs.

Começa com António Gomes de Menezes com a célebre frase: “The atlantic and you”.

Começa com a megalomania.

Começa com querer voar para Canárias, para Faro e mais não sei para onde. Eu acho que ele até chegou a equacionar em fazer uma viagem à lua com um avião da SATA, uma SATA não atlântica, mas “transgaláctica”, era o sonho dele.

E portanto, o verdadeiro descalabro começa com o Gomes de Menezes com a aquisição dos Q400, endividando a companhia, criando rotas absolutamente deficitárias e descurando o serviço nos Açores.

O descalabro continua com Parreirão e o business plan da SATA, com os A330, continua o descalabro que deu milhões e milhões de prejuízo e portanto, a história da SATA é uma história que não orgulha os açorianos e numa ambição desastrosa, Sra. Secretária, deixaram a SATA subnutrida e os açorianos em privação de acessibilidades, foi o que esta gente fez e é mau demais para ser verdade o que aconteceu.

E eu pergunto, Sra. Secretária, aos açorianos e pergunto à Câmara: Crime e castigo a esta gente? Não! Promoção! Foram todos avalizados pelo Governo e absolvidos pelo Governo e estão em grandes cargos nacionais os dois, depois de deixarem um rasto de dívida e de destruição de uma companhia aérea atrás de si.

Sra. Secretária gente que abandona o barco a meio deixando o que deixou, o Governo não teve uma palavra de censura nem de crítica a esta gente, portanto os números não são surpresa para ninguém. É preciso agora tomar mão na SATA e tomar mão política na SATA porque o descalabro está à vista e o desastre é iminente. A SATA entrou no processo de autodestruição, não foi preciso ninguém fazer nada, entregaram o negócio à Ryanair e à TAP de “mão beijada”, prescindiram da rota do Porto, a Ryanair aproveitou, brincaram com as rotas para o continente e a TAP aproveitou e vai aproveitar mais, no futuro, com as rotas para Boston e com as rotas para Toronto, fazendo escala nos Açores como a sra. muito bem sabe e alguns de nós aqui sabemos.

E portanto, Sra. Secretária Regional, há que ter a coragem de também dizer as coisas como são, vem aqui dizer: “os funcionários da SATA, aqueles abnegados, que se entregam de coração”. Alguns, os que foram para lá por competência, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ...mas há pouco tempo, um dia destes, viajei com um funcionário reformado da SATA que teve 30 e muitos anos na SATA (eu não vou dizer quanto porque ainda vão pesquisar e identificam o homem) e sabe o que é que ele me disse? A SATA é uma empresa familiar, é uma empresa de primos e de cunhas. Há

famílias inteiras a trabalhar na SATA que são recrutados pela genética e não pela competência – a frase não é minha, Sra. Secretária – são recrutados pela genética e não pela competência. Há ilhas, por exemplo, onde todos os funcionários da SATA são da mesma família, isto é curioso. Como é que esta gente se pode esforçar? Como é que se pode exigir a esta gente? Mas isto não vem do vosso tempo, vem também daquele tempo, como o sr. muito bem disse. Aliás, basta olhar para o atual conselho de administração, não precisamos ir para mais longe e ver os graus de parentesco de então como é que aconteceram e os graus de parentescos de agora. E portanto, isto também não abona a uma empresa, Sra. Secretária. Onde é que está a redução das chefias intermédias onde a maior parte desta gente entrou lá por cunha? E é promovida por cunha e é promovida sem mérito! Tem que ser dito aqui, aquilo tudo politicamente correto, “os funcionários das SATA são os melhores do mundo”, tudo com medo de perder um voto. Não, eu prefiro salvar a SATA e perder uns votos. Prefiro isso, Sra. Secretária, e a sra. tem o dever também de perder uns votos, mas salvar a SATA. Nós temos todos esse dever ético dos nosso Açores para a mobilidade dos açorianos.

Sra. Secretária uma semana inteira como nós bem denunciámos e provámos por “a+b”, sem se poder sair dos Açores por nenhuma das suas cinco gateways, havendo apenas um lugarinho disponível por Santa Maria, numa semana inteira, Sra. Secretária, onde gente tinha que tratar assuntos urgentes, alguns até muito urgentes por doença de familiar, não conseguiram sair das suas ilhas para o continente. Isso é grave, Sra. Secretária e nós denunciámos isto aqui em julho num debate que fizemos, Sra. Secretária Regional.

E portanto, o resultado só poderia ser o descalabro que estamos a assistir e tenho pena de o dizer e portanto, Sra. Secretária, dizem que o Governo mete a mão política na SATA... Oh Sra. Secretária chega uma altura que eu acho que a SATA, este conselho de administração é incapaz, já foi aqui dito, de gerir a SATA. Tem um diretor comercial que é absolutamente um desastre, a política comercial da

SATA foi um desastre e portanto, se a outra sra. do conselho de administração é quem mais percebe de aviação, como foi dito na comissão de inquérito, eu vou-lhe dizer uma coisa, se isto é assim, a SATA não tem remédio!

E, Sra. Secretária é preciso exigir responsabilidades. Como é que se chega ao ponto, eu já não vou falar de 330, milhões e milhões de prejuízo, eu já não vou aí, esse já está discutido e estamos todos entendidos. Mas eu vou a um avião novo, um A320, que aliás Parreirão dispensou um, lembra-se? Por isso é que a SATA hoje ainda não tem aviões a fazer APMIS. O que é que acontece, vai ter que me explicar hoje aqui e aos açorianos, ao avião Charlie Siéra Tangô Kilo-Kilo, de nome Corvo? Como é que se deixa chegar esse avião ao ponto em que chegou? Como é que este avião está há nove meses sem voar? Onde é que está esse avião? O que é que lhe aconteceu? E porque é que lhe aconteceu? E o que é que lhe estão a fazer, Sra. Secretária? Até a própria Air Bus ficou abismada com o ponto de degradação a que deixaram chegar o avião e portanto, a sra. tem o dever de explicar, hoje, aos deputados eleitos pelo povo dos Açores, o que é que se está a passar com a manutenção da SATA e o que é que se passou e sobretudo com esse avião. Porque fez falta agora no verão. Era um avião para ir para a manutenção de um mês, a grande manutenção dois meses, no máximo. O que é que aconteceu? O que é que se passa?

Deputado Marco Costa (PSD): A Sra. Secretária está com cara de: era essa pergunta que eu não queria que fizesse!

O Orador: Isso é grave e há muitos mais problemas graves na SATA que a sra. sabe tão bem como eu e se o conselho de administração não é capaz de os resolver. alguém vai ter que os resolver e onde é que está a contratação de pilotos da SATA, prometida até junho? Estamos em setembro, Sra. Secretária, quantos foram contratados? Nenhum, estão todos a sair e como sabe dentro em breve vamos ter uma base da TAP em Ponta Delgada para fazer voos para Boston. A SATA perde as rotas por sua iniciativa, um conselho de administração que nos deixa vergonha

alheia, Sra. Secretária. E portanto, o Governo agora sim tem que tomar mão política na SATA, tem que ter uma decisão política sobre a SATA, não é para fazer rotas que deem prejuízo, não é para brincar com os aviões da SATA, é para salvar a SATA. É o Governo que tem que o fazer e o CDS está disponível para isso, Sra. Secretária, se quiser a nossa colaboração.

Estamos disponíveis para pôr acima dos interesses partidários, os interesses dos Açores e da SATA que é uma empresa estratégica para os Açores.

Muito obrigado.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional pede a palavra para um protesto a?

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Protesto às afirmações do Sr. Deputado Artur Lima relativamente às cunhas familiares e às promoções familiares.

Presidente: Tem a palavra para um protesto.

Dispõe de 3 minutos, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Caras e Caros Colegas:

O Governo não podia deixar de utilizar esta figura regimental para protestar e recusar as afirmações e as acusações do Sr. Deputado Artur Lima relativamente a essa matéria.

Aquele que tem sido o trabalho do Governo e a orientação do Governo relativamente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não me peça para dar exemplos!

O Orador: ... àquilo que é a administração pública regional e relativamente àquilo que é o setor público empresarial regional é obviamente pressupostos de transparência, de meritocracia, de competência e de capacidade e preparação...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... para desempenhar os cargos para os quais são designados e nomeados.

Não pode, Sr. Deputado Artur Lima. Eu até admito que isso fique bem e até admito que isso dê caixas interessantes na comunicação social ou eventualmente nas caixas de comentários das redes sociais. Eventualmente já tem sido assim, eventualmente pode já ter sido assim...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe, na nossa freguesia! O senhor até conhece melhor do que eu!

O Orador: ... há alguns anos, há longos anos, mas hoje aquela que é a orientação clara do Governo...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É preciso ter lata, Sr. Secretário!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ... Regional dos Açores relativamente a essa matéria é não compactuar minimamente e ter tolerância zero para qualquer tipo de nepotismo na administração pública regional e no setor público empresarial regional.

Disso não abdicamos e portanto, tenho que recusar frontalmente esse tipo de acusações ao Governo Regional porque a orientação do Governo dos Açores não é essa, é sim uma orientação clara de tolerância zero com qualquer tipo de abuso...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então atue!

O Orador: ... qualquer tipo de nepotismo e qualquer tipo de influência ou cunha para promoções, nomeações ou desempenho de cargos, quer na administração pública, quer nas empresas do setor público empresarial regional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Artur Lima para um contra protesto dispõe de 2 minutos, Sr. Deputado. Tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

V. Exa. disse-lhe que relatei o que me foi contado por um ex-funcionário da SATA, pessoa séria, conhecedora da SATA desde a placa, até à administração (das várias, estive lá mais de trinta anos).

V. Exa. veio aqui “tapar o sol com a peneira” e “enfiou o barrete”, foi o que lhe aconteceu porque eu não acusei especificamente este Governo Regional, eu disse que a história vinha de lá, até cá.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Mas é importante que fique claro!

O Orador: Ouça! Se o sr. enfiou o barrete, sentiu-se...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não enfiei barrete nenhum! Gosto que as coisas fiquem claras!

O Orador: ...e portanto, o que eu disse e volto a dizer, algumas situações, sobretudo em alguns cargos de chefia atuais vêm daquele tempo e continuam neste tempo e não é só o Governo que mete cunhas para meter....

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O Governo não mete cunhas para meter familiares na SATA!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Diga isso mais uma vez!

O Orador: familiares na SATA, nem é...Não familiares do Governo não. Oh Sr. Secretário Regional quer-me ouvir?

Presidente: Peço que não entrem em diálogo, por favor.

O Orador: Oh Sr. Secretário enquanto o sr. falou eu estive a ouvi-lo.

Eu já expliquei as coisas como devo explicar: eu não acusei ninguém do Governo de meter nenhuma cunha, o que eu disse... Oh Sr., o Sr. quer me deixar falar?

Há gente, funcionários, sobretudo ao nível das chefias que foram para a SATA, que estão na SATA com relações familiares diretas com dirigentes e com empregados da SATA. Isto há vários exemplos que o sr. sabe, tão bem como eu, onde eles existem, vários exemplos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

Vários exemplos e esse problema tem que ser encarado de frente porque as pessoas devem ser recrutadas como v.exa. disse, e bem, por mérito.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares
(*Berto Messias*): Com certeza!

O Orador: Mas, Sr. Secretário, não vou fulanizar aqui os exemplos, mas desde aquele tempo a este tempo que há famílias inteiras que começam de pai, de marido, de filho, de primo, de cunhado, empregados na SATA. Isto é uma realidade que não se pode escamotear e quando as pessoas não estão por mérito, não se esforçam. E portanto, nem todos os funcionários da SATA são iguais, há uns mais iguais que outros e isso é uma realidade, é olhar para a realidade.

Eu não estou a acusar diretamente ninguém, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... eu estou a constatar um facto, um facto que muita gente vê e constata. Um facto que as pessoas veem quem foi contratado e quem não foi e eu não estou a acusar ninguém, eu estou a dizer aqui uma realidade que me foi relatada por um funcionário e deu-me exemplos práticos, reais que eu até conheço e vou-lhe dizer mais, que o sr. também conhece.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Agradeço que ocupem os seus lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 06 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados peço-vos que ocupem os vossos lugares.

Sras. e Srs. Deputados vamos então dar continuidade ao debate.

Está inscrito e passo a palavra ao Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sras. Secretárias e Srs. Secretários:

Estamos nesta Casa, mais uma vez, a discutir o assunto SATA. Como já foi dito aqui por alguns colegas deputados, é claramente um dos assuntos mais escrutinados, mais esmiuçados, mais debatidos na nossa Região, seja na comunicação social, seja na opinião pública, seja também nesta Casa.

Só para referir que na anterior legislatura tivemos uma comissão de inquérito específica sobre a SATA. Nesta legislatura também já tivemos uma comissão de inquérito sobre o setor público empresarial regional onde a SATA teve a maior atenção de todos os deputados com assento naquela comissão, inclusive, tivemos pela primeira vez de forma presencial o Sr. Presidente do Governo disponível para responder a todos os srs. deputados presentes a todas as questões sobre o Grupo SATA.

Só no ano de 2019 este é o quarto debate que esta Assembleia efetua...

Deputado Marco Costa (PSD): Não resolveu nada!

O Orador: ... onde se incluí o assunto SATA.

Ao longo dos tempos a comissão de economia tem realizado um conjunto de audições que fizeram com que os Secretários Regionais da Tutela e também os Presidentes dos Conselhos de Administração da SATA tenham esclarecido e respondido a todos os srs. deputados todas as dúvidas sobre o Grupo SATA e é nesse sentido que gostava de recusar grande parte das afirmações que o Sr. Deputado Paulo Estevão referiu de falta de transparência, de informação e de respostas sobre o assunto da SATA, uma vez que teve situações mais do que suficientes para colocar, sempre e a qualquer hora, todas as suas perguntas e ver respondidas as suas dúvidas.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Esta situação permite um conhecimento aprofundado da empresa, da sua realidade, das suas virtudes, do seu papel na nossa economia, na nossa Região, mas também as suas debilidades e as suas dificuldades.

Gostava de recordar que a SATA nos últimos dez anos passou de uma empresa que transportava 900 mil passageiros, para uma empresa que transporta perto de 1,7 milhões de passageiros. Passou de ser uma empresa que fazia cerca de 7000 voos, para uma empresa que faz cerca quase 22 mil voos. Estes são alguns dos indicadores operacionais que demonstram o percurso que foi realizado pela empresa ao serviço dos Açores, ao serviço dos açorianos ...

Deputado Marco Costa (PSD): Este verão!?

O Orador: ... enfrentando uma nova realidade, um novo modelo de acessibilidades, com um mercado aberto, uma forte concorrência da TAP, das low costs, com outra dimensão, com outra agressividade comercial, mas foi a SATA e os seus colaboradores que disseram “presente”. Presente ao serviço da mobilidade dos açorianos, presente ao serviço da economia açoriana e presente aos serviço do desenvolvimento turístico da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o desastre da SATA com as rotas deficitárias!

O Orador: Recordo ainda, que foi nos tempos de crise do setor turístico que a SATA efetuou um papel de instrumento ao serviço de economia dos Açores que permitiu manter o turismo, manter receitas, manter emprego. A SATA nesse período, claramente, foi quem fez a diferença.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Chegamos a 2019 com uma situação já reconhecida pelo conselho de administração, por parte do Governo, por parte do Partido Socialista, por parte do Presidente do Governo, uma situação financeira difícil, uma situação que não pode continuar, uma situação do ponto de vista dos resultados insustentável e que tem que ser invertida, tem que ser corrigida e tem que ser alterada para bem dos Açores e do seu futuro.

Mas mesmo assim, com essas dificuldades todas reconhecidas por todos, o que é que a SATA fez em 2019?

Deputado Marco Costa (PSD): Falhou!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Cumpriu!

O Orador: Fez mais 6% de voos, transportou mais 6,7% de passageiros, permitiu que o setor turístico crescesse 17,4% em período homólogo, face ao melhor ano de sempre. A SATA continua a contribuir para a nossa economia, para o nosso PIB e para o maior nível de emprego de sempre na Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas como é óbvio queremos sempre mais e melhor para os Açores e também queremos mais e melhor para a SATA e é nesse sentido que o conselho de administração tem de continuar e prosseguir e concretizar as medidas de reestruturação que está a implementar, umas mais visíveis, outras menos visíveis,

mas que do ponto de vista financeiro, do ponto de vista operacional e do ponto de vista dos recursos humanos.

Temos claramente que ter menos custos financeiros com a dívida, temos que concluir a renovação ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Renovação?! Conserto!

O Orador: ... da frota garantindo por essa via menos custos de combustível, menores custos de manutenção, maior fiabilidade e maior pontualidade servindo assim melhor também os nossos açorianos. Temos que garantir também nos recursos humanos a formação adequada dos recursos humanos de pilotos e tripulantes para a famílias dos A320neo, de forma a garantir também menor existência de irregularidades e também a menor existência de aluguer de ACMIS e é nesse sentido que temos que continuar a trabalhar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Um balcãozinho da SATA em Boston era bom!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aconteceu tudo ao contrário do que o senhor está a dizer!

O Orador: Relativamente também à necessidade da SATA ter um parceiro, ou não, para o seu futuro, aqui também já alguns deputados nesta Casa falaram sobre a privatização, as questões da privatização ou não, do parceiro ou não. Do ponto de vista do Governo Regional e do Partido Socialista defendemos sempre o mesmo, há neste momento necessidade da SATA Azores Airlines encontrar um parceiro, não só por causa das questões financeiras, como o Sr. Deputado Paulo Mendes quis transmitir à Câmara, mas também um parceiro que dê robustez, que dê dimensão, que dê capacidade competitiva à SATA para o mercado que a Azores Airlines serve e para conseguir servir ainda melhor os açorianos.

Do ponto de vista da SATA Air Açores também o Partido Socialista e o Governo Regional nunca alteraram a sua posição, nós não abdicamos de 100% da SATA Air Açores, ao contrário de outros que navegam, consoantes os ventos, de um lado para o outro, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores estão a dar cabo da SATA!

O Orador: ... não abdicamos de uma empresa que é estruturante para a mobilidade dos Açores, queremos uma SATA Air Açores que continue a contribuir e a permitir que todas as ilhas possam crescer, que todas as ilhas se possam desenvolver, a garantir a coesão e o desenvolvimento regional de todas as ilhas.

E é neste sentido, Sra. Secretária, que lhe questiono relativamente à possibilidade e à potencialidade que existe na revisão das obrigações de serviço público no inter-ilhas, que a Sra. Secretária anunciou como processo de início de revisão dessas mesmas OSP'S, pergunto se o Governo está atento para que nesta revisão possa adequar às novas realidades e às novas exigências do mercado, aos novos fluxos, às necessidade de termos viagens de ponto a ponto, em vez de termos uma programação tanto em vaga, em que recolhemos alguns passageiros em determinado sítio e depois transportamos para o destino final e se essa revisão terá em conta toda estas questões e realidade que este grande aumento de fluxo turístico e também de passageiros à nossa Região tem vindo, como é óbvio, a trazer alguns constrangimentos, mas garantindo sempre o desenvolvimento de todas as ilhas.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para os açorianos que estão a acompanhar este debate eu penso que o Governo e a bancada do Partido Socialista estão a dar uma imagem deplorável. Porque os açorianos esperam respostas, os açorianos esperam que os seus problemas sejam resolvidos a nível da SATA, que consideram que é uma empresa absolutamente fundamental para o nosso futuro. E o que é impressionante...eu às vezes estava a

ouvir o sr. deputado do Partido Socialista e estava a tentar me colocar do outro lado da bancada, ter que fazer uma intervenção e ter às costas 54 milhões de prejuízo do ano passado e pensar que só no primeiro trimestre já vamos em 20 e tal milhões e a Sra. Secretária está a esconder os resultados deste trimestre e provavelmente, já estamos com 40 e tal milhões de prejuízo em metade do ano. Eu estava a colocar-me no vosso lugar e a perguntar: “mas como é que eu consigo falar nisto? Como é que eu tiro do meu rosto esta cara de vergonha de falar deste assunto?”....,

Deputado Carlos Silva (PS): Mais voos para o Corvo!

O Orador: ... e eu reconheço que é difícil para v.exas. falarem sobre este assunto e portanto, o que os srs. fazem é não falar, não responder às questões que vos são colocadas.

O Sr. Secretário Berto Messias pediu a palavra logo no início deste debate e eu pensei: “Bem, temos aqui uma resposta célere às perguntas que eu coloquei e que a Sra. Secretária não respondeu e o Sr. Secretário Berto Messias vinha em auxílio” – pensei eu, mas não, não era para isso, não foi para responder a nenhuma questão, foi só para exercer a sua função de “delfim autoproposto”, no âmbito do Governo Regional, essa foi a sua única preocupação, defender a honra do Sr. Presidente Regional que se encontra em Washington continuando os seus esforços, no sentido de proteger os interesses da Região, nomeadamente do âmbito do relacionamento com os Estados Unidos e eu tenho que registar que esses resultados, até ao momento, são bastante insatisfatórios.

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor tem dúvidas disso?

O Orador: Esse esforço é bastante insatisfatório, ou pelo menos o resultado desse esforço.

Depois, o Sr. Secretário misturou com algum humor o Trump, o Vasco Cordeiro, o António Costa, tanto quis, como não quis responder sobre as questões que interessam aos açorianos que quis aqui misturar vários personagens e eu devo-lhe

dizer que eu fiquei bastante preocupado com essa sua imagem porque a imagem que me veio à memória foi a seguinte: o António Costa, pelos vistos, acha que os açorianos dão prejuízo e os nossos assuntos dão prejuízo e está pronto a vender. O Sr. Trump, pelos vistos, está muito interessado em comprar, pelo menos no caso da Gronelândia e portanto, eu fiquei muito preocupado em que existe um encontro entre representantes e políticos do Partido Socialista e o Sr. Trump – uns querem vender e outros querem comprar – e devo dizer, por isso, que o que eu esperava do Sr. Secretário Berto Messias é que de alguma forma comentasse aquilo que eu trouxe aqui pela primeira vez a este plenário e que tornei público perante toda a opinião pública porque este é um assunto que se arrastou durante alguns meses e que ocupou a primeira página dos jornais, já saiu da atualidade. Mas eu como sou uma pessoa persistente ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade!

O Orador: ... fiz um requerimento, continuei a tentar obter informação e hoje trago aqui a este plenário a informação sobre o relatório, sobre a fuga de informação que deu ao Sr. Presidente do Governo Regional ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já percebemos!

O Orador: ... uma escapatória, uma janela de fuga em relação ao processo de privatização da SATA que estava a ser um desastre e portanto, o Sr. Presidente do Governo Regional não teve pejo nenhum em dizer: “não, não, há aqui uma fuga de informação, vamos já terminar com isto” – uma coisa que já estava terminada, um insucesso absoluto, aquele processo de privatização e “vamos terminar com isso”, deve ter consultado com o seu Estado maior, como por exemplo o Sr. Secretário Berto Messias e “vamos encontrar aqui uma saída, vamos meter as culpas no Parlamento. Há uma fuga de informação, vamos meter as culpas no Parlamento e vamos embora, pronto. O processo de privatização não se deve à nossa absoluta inépcia e incompetência, mas deve-se à oposição e ao Parlamento dos Açores.” O que é que veio dizer o relatório? Que afinal existia outro, outro ofício! Um ofício

que não estava, volto a repetir, o ofício e/3750/2018, estou a citar, conforme foi provado não estava devidamente classificado pela origem – que é o Governo – como tal e por essa razão não foi objeto de procedimento estabelecido e adequado ao mesmo. Então afinal de quem foi a culpa? Foi nossa? Foi do Parlamento dos Açores? Ou foi do Governo Regional que não classificou devidamente um dos documentos que remeteu para esta Casa. E portanto, o que nós servimos foi de desculpa, uma desculpa fácil, uma janela de fuga naquele período e é bom, que passados estes meses todos, tenha a oportunidade de repor aqui a verdade em relação a este processo. Eu sei que o assunto já saiu das páginas dos jornais e das televisões e das rádios há algum tempo, mas é bom que fique aqui feito o registo da verdade. Existiu um ofício não classificado que foi remetido pelo Governo e esse ofício foi depois divulgado no âmbito do Parlamento, mas a culpa em relação a esse processo não foi do Parlamento, foi do Governo Regional.

(aparte inaudível)

Mas há muita gente que é preciso repetir, insistir, mas também já perceberam, mas não querem, fazem de conta que não percebem!

Há aqui outra questão porque veja, Sr. Deputado Artur Lima, também já ouviram à primeira as perguntas que eu fiz. Eu perguntei: “Tem o Governo Regional conhecimento dos resultados do Grupo SATA neste segundo semestre do ano?” A pergunta é claríssima, tem conhecimento ou não tem? E a Sra. Secretária não me vem a mim dizer que não tem essa informação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sabe ou não sabe?

O Orador: E eu pergunto-lhe: tem ou não tem? A resposta é sim ou não? A resposta, obviamente, é sim.

A segunda pergunta que lhe faço é: está na disposição de fornecer e partilhar aos humildes deputados desta Casa essa informação em relação ao segundo trimestre, em relação aos resultados que se obtiveram?

Eu vou-lhe dizer, dizia o sr. deputado que isto aqui repete-se muito, discute-se muito. Tem que se discutir porque no final desta semana depois de ter discutido esta questão, a este ritmo, temos mais um milhão e meio de prejuízo. É porque a SATA custa atualmente à Região e ao futuro dos açorianos mais de um milhão de euros por semana. É evidente que estamos todos preocupados e queremos discutir e queremos encontrar soluções e v.exas. são questionados em relação às soluções. Sra. Secretária espero que me responda.

E depois, Sra. Secretária, a Sra. Secretária estava na comissão de inquérito quando eu lhe fiz várias vezes a pergunta: Sra. Secretária a Sra. acredita na redução de prejuízos na ordem dos 50% para 2019?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma mulher de fé!

O Orador: E a Sra. Secretária dizia-me: “Acredito”. Eu disse: então vamos tornar este assunto um bocadinho mais científico porque verifiquei que da parte de v.exa. o que existia era uma questão de fé. Disseram-lhe e a Sra. Secretária disse: “Acredito” e eu perguntei-lhe: Mas acredita porquê? Em que factos baseia v.exa. a vossa crença em relação à melhoria dos resultados?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É na fé!

O Orador: Tem análise pormenorizada, um trabalho de análise que seja minimamente credível? – perguntei-lhe eu. Porque é o que eu pediria se estivesse no seu lugar e v. exa. disse-me várias vezes: “está no relatório, acredito.”

Oh Sra. Secretária afinal acreditou em algo que não aconteceu. Não só não aconteceu como o prejuízo ainda se agravou na ordem dos 50%. Ouça, eu não quero que a Sra. Secretária perca a fé, só que neste assunto tem que perder, é uma questão de ciência porque a Sra. Secretária disse-me: “Acredito, acredito piamente em relação a esse resultado” e também perguntei ao Sr. Presidente do Governo Regional que agora é que se apresentou voluntário para ir à comissão de inquérito que eu lembro-me, que eu fiz essa solicitação a pedir ao Sr. Presidente para se deslocar à comissão de inquérito...

Deputado Francisco César (PS): Outra vez a reescrever a história!

O Orador: ... e também perguntei ao Sr. Presidente, mas acreditem, quais são os factos em que baseia a sua fé? A resposta foi evasiva e agora os resultados mostram que não existia nenhum trabalho, nenhuma perceção em relação àquilo que aconteceu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor está a dispersar como a SATA! Olhe o tempo!

O Orador: A terceira pergunta que lhe tinha colocado: Como justifica o Governo Regional a manutenção em funções do conselho de administração do grupo SATA? Eu pergunto srs. deputados, há algum sítio do mundo, algum local do mundo, alguma empresa do mundo, algum governo do mundo que mantenha em funções uma administração que apresenta estes resultados? 50 e tal milhões e agora este ano vamos superar largamente os 50 e tal milhões de prejuízo. Há alguém, tirando os Açores, tirando o Governo Regional do Partido Socialista, que mantenha em funções um conselho de administração que mantenha estes resultados? Mas há alguém neste mundo que seja tão generoso como v. exas.? Há alguém que tenha esta coragem de dizer à opinião pública: “Não, não, estes srs. estão a fazer um ótimo trabalho, 50 e tal milhões de prejuízo, primeiro trimestre 20 e tal milhões de prejuízo! Não, não, um ótimo trabalho! Nós não temos nada a dizer”. Isto é possível? Parece uma irreabilidade, parece que estou aqui a falar sobre algo que de facto não existe, mas isto é verdade e nós já estamos tão habituados que quem nos ouve de fora é que terá a perceção da dimensão deste desastre.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há 12 anos que isso é possível!

O Orador: E v.exas. estão tão atordoados que não têm respostas em relação a estas questões e até já acham isto normal.

E depois pergunto e então agora sobre o processo de privatização parcial da SATA internacional, há alguma novidade – perguntei a v.exa. – v.exa. também não respondeu. Olhe, há uma coisa que lhe ou dizer, eu não quero receber nada sobre

esse processo de privatização, não quero mais desculpas. Se um dia tiverem a capacidade de colocar esse concurso e depois iniciar esse processo de privatização eu não quero servir de desculpa para nada, nem este Parlamento. Escusam de enviar seja o que for porque eu já sei o que é que acontece e eu não quero servir novamente de desculpa, nem os restantes deputados, em relação a esta matéria.

E finalmente, pergunto: então, Sra. Secretária, sei que esteve recentemente em Lisboa numa viagem com preocupação em relação à TAP e sei que v.exa. esteve em contactos políticos importantes, quer com a Administração, quer também com o Governo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem informações importantes!

O Orador: ...pergunto-lhe: qual foi a conversa com o Sr. Primeiro Ministro em relação à ideia dele?

Deputado Francisco César (PS): Hã?

Deputado Luís Maurício (PSD): Futuro primeiro-ministro!

O Orador: O atual primeiro ministro. O que lhe pergunto, o Dr. António Costa quero lhe perguntar se por acaso falou com ele quando se deslocou a Lisboa e se ele explicou o que é que pretende fazer? O que é que pretende fazer em relação às transferências de responsabilidades para os Açores em relação a esta matéria? Perguntou-lhe, Sra. Secretária? Era importante, talvez era uma conversa importante que v.exa. deveria ter mantido durante a sua deslocação porque já sabemos que veio de mãos vazias. Bom, mas isso era expectável, agora com a proposta do Sr. Primeiro Ministro o que eu vejo é que a seguir v.exa. e o Presidente do Governo não vêm de mãos vazias, vêm com mais um prejuízo com o Sal. Porque eu pergunto-me com os açorianos e termino, então mas se a SATA está a proceder a um roubo do Estado, se a SATA está a beneficiar com bilhetes caríssimos e temos prejuízos, 50 e tal milhões, 20 e tal milhões eu pergunto assim: então mas o que é que vai acontecer se os bilhetes fossem ainda mais baratos? O que é que iria acontecer à SATA se o Sr. Primeiro Ministro não fosse roubado, como ele diz nas

suas próprias palavras? O que é que iria acontecer em relação aos resultados operacionais da SATA? O que é que irá acontecer no futuro se tudo isto é um enorme exagero e mesmo assim a SATA apresenta prejuízos?

São estas as questões que eu gostava que v.exa. respondesse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente muito se tem falado esta manhã sobre a SATA, foi dito ainda há pouco pela bancada do Partido Socialista os inúmeros trabalhos que têm sido desenvolvidos em torno desta matéria, mas acho que mais importante do que isso é saber que todo esse trabalho que tem sido discutido, falado, quer aqui, quer nas comissões de inquérito, quer na própria comissão de economia que resultados é que tem tido para os açorianos que usufruem da SATA. E isso acho que é essencial porque podermos passar o ano todo a discutir uma matéria, mas se isso não tiver frutos em relação à vida das pessoas, certamente terá pouca utilidade.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E a verdade é que durante este verão e apesar de isto ser uma temática presente na vida parlamentar, a verdade é que durante este verão assistimos à repetição do cenário de caos nos transportes aéreos. Foram atrasos constantes, foi a falta de lugares, mudança de voos, avarias, escassez de recursos disponíveis e trouxe prejuízos à vida nas mais variadas vertentes. Quer desde a parte do turismo, em que por exemplo no caso de São Jorge e acredito que em outras ilhas, mas claro que vou mencionar a realidade em que tive um contacto direto, efetivamente estas alterações de horários de voos, de dias de voos, para muitos turistas fez com que eles não permanecessem os dias que desejavam estar, por exemplo no caso da ilha de São Jorge, e chegando mesmo a existirem cancelamentos de estadias na nossa ilha, o que fez com que acarretasse prejuízos para os nossos empresários turísticos.

Passando para a questão dos residentes e dos doentes, em particular, a verdade é que mais uma vez e após tantas vezes mencionarmos isto aqui nesta Assembleia, mais uma vez o verão chegou, mais uma vez tivemos doentes a faltar às consultas médicas, a perder consultas de especialidade por não terem disponibilidade de voos para sair da nossa ilha.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Como é que a senhora sabe disso?

Deputado Carlos Silva (PS): Quantos é que são?

A Oradora: Sra. Secretária, acha aceitável um doente que está há anos à espera de uma consulta de especialidade perder essa mesma consulta por não ter forma de sair da ilha de São Jorge? Acha aceitável esse doente ter que voltar para a lista de espera e estar á espera de uma nova consulta? Infelizmente não foi uma, nem duas histórias desta natureza.

Numa resposta a um requerimento do CDS foi respondido que havia o bloqueio de dois lugares por voo nas ligações para assegurar o caso dos doentes da ilha de São Jorge, neste caso nos voos da nossa ilha. Mas a verdade é que tivemos situações de pessoas que para além daquelas que não conseguiram sair da ilha também tivemos a situação inversa, que foram aqueles que conseguiram chegar à consulta, realizaram a sua consulta, mas depois ficaram...por exemplo há uma situação de um casal que ficou 10 dias a aguardar o regresso para São Jorge. E portanto, eu queria-lhe perguntar se efetivamente há o bloqueio destes dois lugares? Se isto se aplica só em caso de pessoas que tenham alta hospitalar? Se é também para o caso de pessoas que vão a consultas médicas porque efetivamente é estranho que durante 10 dias, e se existe este bloqueio dos dois lugares, não tenham conseguido regressar a São Jorge.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Para além também daqueles que querem entrar e sair da ilha por situações pessoais ou até a nível profissional e a verdade é que também esses não conseguiram fazer durante este período de época alta.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas isso é igual para todos!

A Oradora: Porque temos situações de pessoas que até com uma semana de antecedência tentaram arranjar uma forma de sair e não conseguiram, mas também temos aqueles que também fizeram a sua reserva há um ano atrás e também tiveram problemas porque depois houve uma alteração de voos, porque depois houve alteração das ligações, chegando mesmo a existirem situações de pessoas que a opção dada por terem perdido aquela ligação a Lisboa, seria chegar a Lisboa via Frankfurt ou então conseguirem sair da ilha de São Jorge passados seis dias, que seria a altura em que estariam a regressar.

E portanto, a verdade é que muitas situações teríamos aqui para enumerar e a verdade é que não podemos continuar a aceitar este cenário na SATA, não podemos aceitar que existam outras rotas quando os açorianos não estão a ser servidos e não podemos continuar a aceitar em que uma avaria de um equipamento que sabemos...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Que acontece um cancelamento por algum motivo, seja o motivo do caos que se verificou porque estamos sempre a funcionar no limite ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não se pode querer tudo, Sra. Deputada!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e a verdade é que isto não pode acontecer.

Também só para finalizar queria-lhe perguntar que foi nessa resposta a esse requerimento do CDS que foi afirmado que para o verão IATA 2019, na ligação Terceira com São Jorge, existiu um aumento de 5 a 14% e que na ligação com Ponta Delgada manteve-se idêntica ao verão IATA 2018 e eu queria-lhe perguntar e perante o cenário que tivemos ao longo deste verão, queria perguntar à Sra. Secretária se tal foi suficiente e se este é o cenário que podemos contar, no caso particular de São Jorge, para o verão que vem?

Só dizer-lhe, para finalizar mesmo, que todas estas situações que foram enumeradas não é para pôr abaixo a SATA, todos reconhecemos a importância que a SATA tem, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sim, sim!

A Oradora: ...mas continuamos sempre a acreditar é que a SATA só faz sentido enquanto servir os açorianos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O CDS esgotou o seu tempo para o debate.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Ora bem, relativamente à questão dos transportes e quando falamos nos transportes estamos a falar de assuntos sérios e que devem ser tratados como tal.

Acabamos de ouvir a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras e até dá ideia que nos últimos anos não se passou nada em São Jorge. Não é verdade. Relativamente aos transportes é preciso ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Eu não disse que não se passou!

O Orador: ... mas deu essa ideia, Sra. Deputada – é preciso fazer um ponto de situação e tentar perceber o que é aconteceu exatamente em São Jorge.

Ora bem, o número de voos entre 2013 e 2018 aumentou entre 570 voos para 769.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 10 dias à espera!

(Diálogo entre as bancadas)

O Orador: Oh, Sr. Deputado se formos falar aqui em casos pontuais e em casos da sra. fulana tal e do sr. fulano tal, é claro que temos que encontrar muitos. Há casos em várias ilhas, exatamente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A seriedade é o respeito pelas pessoas!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Mas não é isso que está em causa, o que está em causa aqui são ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: os resultados que estão a aparecer na ilha de São Jorge ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Então as pessoas têm de ficar satisfeitas por não ter lugar!

O Orador: ... e estão a aparecer nas outras ilhas todas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado vai-me deixar agora falar. A ideia que a sra. deputada deixou aqui é que não tinha havido nada, mas não, os voos foram reforçados em São Jorge de 570 para 769 entre 2013 e 2018, os passageiros embarcados aumentaram de 24.000 para 37.000 ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... e os proveitos de hotelaria tradicional, vejam só, passaram de 596 para 1,163 milhão. Ora digam-me lá que não houve alguma evolução e se a SATA não fez um grande esforço para também ajudar a desenvolver o turismo em São Jorge?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: muito bem!

O Orador: Ajudou, ajudou São Jorge como ajudou as outras oito ilhas dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sra. Deputada eu não ouvi nada do que a sra. disse, portanto agente há de falar depois.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso é a arrogância e a prepotência de quem está há 23 anos no poder!

O Orador: Relativamente à questão da redução dos 50% dos prejuízos houve aqui um equívoco, o Sr. Deputado Paulo Estevão deu a ideia que era o Sr. Presidente do Governo que tinha dito isso, quem disse isso foi o Sr. Presidente do Conselho de Administração e convém as coisas ficarem bem esclarecidas.

Bem, relativamente à questão dos transportes, nós no Partido Socialista damos a cara quando as coisas não correm bem e nós sabemos que as coisas nem sempre correm bem na área dos transportes, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda bem!

O Orador: ... mas uma coisa é certa, a SATA tem feito um esforço tremendo para tentar resolver a questão da procura por voos em todas as ilhas dos Açores. Não é só numa é em todas e eu tenho aqui alguns artigos que até podia ler, os srs. deputados passam a vida a pedir mais voos para as suas ilhas ...

Deputado Marco Costa (PSD): O senhor não quer! Não está de acordo!

O Orador: ... e é legítimo fazer isso.

Agora, só para verem o esforço da SATA, por exemplo, tem aqui uma questão do PSD das Flores que diz que houve esgotamento da capacidade de carga da SATA para escoar o peixe das Flores. Ora bem, eu fui ver à estatística, entre 2014 e 2018, a carga aérea embarcada nas Flores passou de 132 toneladas para 178 toneladas. É claro que, neste caso, a exportação de peixe fresco baixou, mas não tem nada a ver com a questão da oferta porque a oferta aumentou, até porque as exportações foram maiores.

E há outro dado curioso, o número de voos passou de 573 para 876 nas Flores. Mas se formos ao Faial, por exemplo, no Faial a SATA internacional deve no próximo

verão IATA aumentar o número de ligações diretas a Lisboa. Pois foi, em 2014 eram 303 voos, em 2018 foram 323. Aumentou ou não aumentou?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E em 1970?

O Orador: É claro que aumentou!

Dizia o PSD de Santa Maria, dizia assim: PSD preocupado com falta de disponibilidade dos voos para Santa Maria. Ora bem, em Santa Maria em 2013 tinham 1232 voos, em 2018, 1328. Aumentaram os passageiros desembarcados de 30.000 para 46.000. Vejam lá se não houve aqui um esforço da SATA! Houve um grande esforço da SATA, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem! Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... aumentou o número de voos para Santa Maria também, para além de ter aumentado também para as Flores.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Mas não é suficiente! Qual é o problema?

O Orador: Mas, vamos por aí abaixo temos muitos mais exemplos. O PSD propõe que a SATA alugue aviões para assegurar de forma adequada e eficaz a mobilidade dos açorianos, o célebre ACMI para a Região Autónoma dos Açores.

Bem, isto sabem quanto é que representava em termos de financiamento? Mas ninguém se preocupou com isso, esta proposta não era quantificável, era numa altura em que não se preocupavam muito com as verbas nem com as contas da SATA, nunca fizeram nada por isso.

Srs. Deputados eu podia ir por aí abaixo.

PPM quer ligações com o exterior, diz que a oferta tem que ser ajustada. Ora bem, o Corvo em 2013 tinha 235 voos, passou para 345. Teve mais 110 voos. Não me digam que não houve aqui um esforço da SATA, houve um grande esforço da SATA também relativamente ao Corvo.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Os passageiros desembarcados desceram 1000, portanto, também pela SATA.

Srs. deputados, vamos ao Pico, o Pico também é a mesma coisa.

Deputado Marco Costa (PSD): Os seus autarcas é que dizem!

O Orador: O Pico critica estratégias da Azores Airlines para o Pico durante o verão. Quer mais voos. Sim, sr., 2013 – 65 voos, 2018 –138 voos. Veja lá se não houve um esforço? Houve um esforço.

Srs. Deputados ainda relativamente a esta matéria (não sei se tenho tempo, mas devo ter algum) eu queria vos dizer uma coisa: durante muitos anos andaram aqui ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a Graciosa?

O Orador: ... a Graciosa é um caso à parte. A Graciosa o sr. há de fazer a justiça de dizer alguma coisa sobre ela.

Ora bem, srs. deputados, eu queria só levantar esta questão porque todos nós, e eu estou a incluir-me também, andamos a pedir melhores acessibilidades para as nossa ilhas, todos nós, não há exceções, fazemos isso há muitos anos ...

Deputado Marco Costa (PSD): E o senhor não está satisfeito!

O Orador: ... e uma coisa é certa, se formos ver a estatística, de forma séria, temos que compreender que da parte do Governo Regional e da parte da SATA houve um esforço tremendo para satisfazer as necessidades de cada uma das nossas ilhas e isto com os deputados a pedirem mais voos, mais acessibilidades, sem nunca pensarem no lado da despesa, porque isto tem despesa....

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que dá despesa são os encaminhamentos!

O Orador: ... cada voo a mais tem despesa e eu vou dizer ...o sr. deputado sabe do que é que eu estou a falar porque ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: E eu passo a explicar: Sras. e Srs. deputados eu fui fazer uma pesquisa, desde 2009 há inúmero projetos de resolução que aumentavam a despesa. Os srs.

sabem o que é que se dizia nessa altura? Alguns deputados desta Casa o que é que diziam? Por exemplo no dia 18/06/2009 houve aqui uma discussão por causa de uma base numa determinada ilha ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E eu tinha razão!

O Orador: ... há um Secretário Regional – sr. deputado eu já chego lá – que quantificou aqui nesta sala ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E era mentira!

O Orador: ... e o que é que foi dito aqui? Que a SATA exercia uma política economicista. Imaginem, em 2009, há poucos dias! Portanto, nessa altura os srs. achavam que a SATA andava a fazer uma política economicista. Mais tarde, em 2011 ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas fale da base!

O Orador: ... um projeto de resolução que tinha a ver com a avaliação da concentração da frota da SATA, portanto é uma proposta do PSD. Houve um deputado desta Casa que dizia assim: “Pelo contrário, faz sentido concentrar ou centralizar esta frota na ilha de São Miguel?”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem dizia isso?

O Orador: Por razões economicistas, se calhar, faz sim sr. Embora não nos devemos esquecer que estamos a falar num serviço público em que o economicismo não é propriamente uma palavra de ordem. Oh srs. deputados estamos aqui outra vez a falar na SATA que está a praticar uma política economicista.

Mais tarde, já em 2012...

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso era na altura em que a SATA tinha as contas direitas!

O Orador: ... há aqui uma questão que era a redução das tarifas, aliás a abolição de uma taxa de combustível da SATA, há uma proposta e há um Secretário Regional que explica qual é o impacto negativo que essa proposta continha. Essa

proposta continha um impacto negativo na ordem dos 4,5 milhões de euros. Há um deputado desta Casa que em aparte diz assim: “E depois, e depois?”.

Srs. deputados em que é que ficamos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falava, falava!

O Orador: E a espiral da despesa? E a espiral dos prejuízos?

Agora é que se estão a lembrar deles. Nesta altura ninguém falava neles. Nesta altura queriam mais voos, mais acessibilidades, mais bases transferidas sem importar nunca ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Decidam-se!

O Orador: ... a despesa que nós tínhamos.

Portanto, srs. deputados, “sol na eira e chuva no nabal” é muito difícil!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu falei. Lembro-me bem do que disse e das mentiras que vocês disseram!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Colegas do Governo:

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: Passava agora a responder às perguntas que me foram colocadas pelos diversos deputados dos partidos políticos, começando pelo PPM.

Sr. Deputado o atraso em levantar-me e responder às suas perguntas de forma alguma deve ser interpretado como não querer responder às perguntas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é como a SATA, está sempre atrasada!

A Oradora: No que se refere aos resultados do segundo semestre, e há explicação para a não redução dos prejuízos em 50% e que consequências se retiram no que se refere aos objetivos fixados pelo conselho de administração da SATA Air Açores (primeira, segunda e terceira perguntas colocadas pelo sr. deputado), como sabe a apresentação das contas do SPER tem um prazo legal, que termina no dia 30 de setembro, serão apresentadas a esta Casa, conforme obrigação legal e serão também, conforme obrigação legal, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O discurso que a senhora faz para não dizer nada!

A Oradora: ... estaremos aqui, nós, Governo, eu pessoalmente e ainda o conselho de administração em sede própria para explicar essas contas e para se tirar delas as suas devidas conclusões.

Quanto ao processo de privatização, de facto, conforme é conhecimento público, por resolução do Conselho de Governo de abril passado a SDEA foi incumbida de conduzir e operacionalizar o procedimento de venda dos 49% da SATA Internacional. Neste sentido, a SDEA começou a trabalhar desde o primeiro dia para cumprir aquilo de que está incumbida.

As minhas declarações, e passando um pouco a responder também a uma das questões colocadas pelo Sr. Deputado António Vasco, em que me referia a um prazo para aparecimento do caderno de encargos e até para um prazo de conclusão do processo são anteriores a esta resolução do Conselho de Governo, são de março. Obviamente que há uma redefinição do procedimento com esta resolução e o que lhe posso dizer acerca desse processo é que está a ser operacionalizado nos termos que constam dessa mesma resolução.

O Sr. Deputado colocou-me também mais duas questões posteriores que confesso que me perdi, mas depois responderei, se o Sr. Deputado fizer o favor de me lembrar quais são.

Sr. Deputado Paulo Mendes da sua intervenção eu retirei que uma das perguntas seria se a reestruturação será só para despedimentos. Obviamente que não. Aliás, se bem reparar, até esta data, as medidas que foram implementadas e que foram conhecidas em abril passado, nenhuma delas implicou rescisões de contratos de trabalho, apenas se contemplou uma hipóteses de outsourcing do call center (que ainda não se concretizou, ainda está em estudo) e ainda um plano de reformas antecipadas que também se pretende ver operacionalizado até ao final deste ano.

Uma coisa é certa, se estas medidas de estabilização da empresa, juntamente com as outras, sendo esta que não é a única, ao contrário do que me pareceu resultar das suas palavras, se estas medidas não forem suficientes, pois haverá que avançar para outras, mas neste momento e todo o esforço que tem sido feito para estabilizar a empresa não passa por rescisões de contratos de trabalho e nem é esta a única medida possível. Existem outras, algumas das quais já são conhecidas, conforme disse, desde abril passado e portanto, não se cinge a reestruturação, conforme referiu, a despedimentos de pessoas.

No que se refere aos encaminhamentos, eu já tive oportunidade de mencionar essa situação, o sr. deputado também me pareceu resultar das suas palavras que a SATA nada recebe pelos passageiros encaminhados. Este é um assunto que já falámos, inclusivamente com o Bloco de Esquerda, conforme na altura tive oportunidade de referir, a revisão do valor das OSP's em 2015 contemplou um acréscimo do seu valor em parte direcionado e por causa dos encaminhamentos. E portanto, é falso que a SATA não receba nada sobre esses encaminhamentos, aliás recebe um valor fixo por um determinado número de encaminhamentos, sendo certo que, também nos termos do contrato de concessão, sempre que esse número é ultrapassado volta a ser ressarcido num outro valor, em sede do equilíbrio financeiro do contrato de concessão.

Deputado Luís Maurício (PSD): Qual valor? 30 euros!

A Oradora: Recordo que nesse aspeto as OSP 2015-2020 tem o custo de 135 milhões de euros, quando as anteriores tinham o custo de 119 milhões de euros, o que representa um acréscimo, parte do qual para fazer face à política de encaminhamentos, entretanto implementada.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros: à primeira pergunta dos resultados, já respondo que a seu devido tempo e conforme obrigação legal serão apresentados a esta Casa e nessa altura cá estaremos para os explicar, para os analisar e para deles tirar as consequências que forem necessárias tirar.

Perguntou-me ainda se estava a ser equacionado um novo empréstimo, julgo que referiu 60 milhões com o aval da Região. Eu não tenho conhecimento dessa operação de financiamento. Obviamente que neste âmbito, quer a SATA, quer o Governo Regional dos Açores utilizam todos os instrumentos financeiros que tiverem ao seu alcance para não só gerir aquele que é o plano financeiro da empresa, no que se refere à Região utilizará também aquilo que está ao seu alcance para cumprimento daquelas que são as obrigações de pagamento perante a empresa e o grupo, quer em sede de contratualização, quer como acionista e no âmbito dos aumentos de capital que são públicos e conhecidos.

No que se refere à sua pergunta do número de encaminhamentos para 2018 e 2019, temos em 2018 informação de que foram encaminhados 121 mil passageiros e no primeiro semestre de 2019, 63 mil.

No que se refere à pergunta sobre o A330, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está em Paris!

A Oradora: ... se já havia solução? Respondo-lhe que não, neste momento não foi ainda possível antecipar a devolução do A330. Tudo se prevê que se consiga fazer a entrega antecipada no primeiro trimestre de 2020.

Por último, a sua outra pergunta sobre as minhas declarações e do Presidente da SDEA e a contradição quanto ao ponto em que se encontra a privatização, eu confesso-lhe que desconheço quaisquer declarações do Presidente da SDEA acerca

do processo de privatização, públicas pelo menos e privadas também não as conheço. Conforme lhe referi o timing do procedimento que eu publicamente assumi foi numa fase anterior à incumbência da SDEA deste processo de privatização e obviamente tendo sido redesenhada seu cronograma e o seu planeamento, não é aquele cronograma a que eu me tinha referido em março deste ano.

Sr. Deputado Artur Lima: considerações sobre cunhas à parte, sendo eu uma Cunha. Há uma Cunha no Governo que sou eu, mas imagino que não seja com a mesma conotação.

Houve de facto uma semana que o PP assinalou uma semana em que estava extremamente difícil sair da Região Autónoma dos Açores e nesse sentido e mais uma vez volto a referir que nunca é de menosprezar os constrangimentos que atualmente se sentem pelo aumento brutal da procura em diversos voos. Sendo a Terceira servida por três companhias aéreas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não era só a terceira. Era a Terceira, Horta, Ponta Delgada e Pico.

A Oradora: ... e de facto, não havendo em 4 ou 5 dias hipótese das pessoas saírem da ilha é um facto que nos preocupa, no ponto de vista de que os residentes veem a sua mobilidade reduzida. É um facto que também não posso deixar de ficar com alguma satisfação naquilo que se refere à elevada procura que o destino tem.

Devo-lhe dizer que estando atenta às declarações que o vosso partido proferiu, nessa altura tivemos o cuidado de fazer uma busca por diversas outras gateways ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só Santa Maria!

A Oradora: ... nessas mesmas datas e era possível sair por outras gateways, não era só Santa Maria, sr. deputado e terei muito gosto em facultar-lhe ...sr. deputado eu até fiz o trabalho que o sr. costuma fazer, fiz prints, tenho estes documentos para lhe entregar e portanto, não era possível pela gateway da Terceira, de facto,

mas era pelas outras. E isto são as vantagens do nosso sistema, temos cinco gateways e se por uma não se consegue sair, sendo uma liberalizada ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E como eu chegava a essa gateway?

A Oradora: ... porque isto poderia levar-nos a outra discussão, se devemos de facto guardar lugares para residentes, mas sendo nós um aeroporto único com cinco gateways, garanto-lhe que nessas datas era possível sair por outras e terei muito gosto em dar-lhe os prints que fiz do sistema para que possa verificar. Muito bem, o sr. deputado também perguntou em relação ao A320, denominado Corvo, que conforme também já tivemos oportunidade aqui de falar, está a ser sujeito a uma intervenção acompanhada pela Airbus, pelo fabricante, devido a um estado de corrosão anormal. O avião está na Alemanha, em Paderborn, e está a seguir um plano de intervenções determinado pela Airbus prevendo-se que esta intervenção esteja concluída no final do mês de outubro.

Ponto de situação dos pilotos, contratações: neste momento a SATA tem o número de pilotos suficientes para operar, saíram tanto quanto é do meu conhecimento, mas mais uma vez não tenho dados exatos, saíram cerca de 20 pilotos, mas foram admitidos outros 20 e portanto, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas era preciso mais 30!

A Oradora: ... estamos neste momento com o número de pilotos corretos para a operação que a SATA tem planeada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é de bradar aos céus! Agora já tem o número suficiente!?

A Oradora: Sr. Deputado André Rodrigues conforme tive oportunidade de também referir o processo de revisão das OSP's inter-ilhas não se prendem necessariamente com a SATA, mas prendendo-se com a questão da mobilidade dos açorianos, já teve início esse procedimento, é um procedimento que implica uma comunicação à União Europeia das rotas pretendidas, temos um levantamento já feito ao nível da Secretaria e com a colaboração da SATA dos fluxos de

passageiros. De facto, conforme já tive oportunidade de falar no assunto, há neste momento uma alteração muito grande do paradigma da deslocação das pessoas. Os voos diretos terão que ser privilegiados, portanto, voos diretos, gateways para as ilhas que não tem gateways. E portanto, atendendo a esta nova dinâmica estamos a desenhar aquilo que são o número de frequências e o número de lugares que se pretende para estas novas obrigações de serviço público que como sabem, contempla um prazo de dois meses em que a União Europeia disponibiliza à concorrência para ver se há companhias interessadas a fazê-las sem compensação financeira e uma segunda fase, em que não aparecendo ninguém que se disponha a fazer em mercado aberto e como rotas liberalizadas, entra uma segunda fase em que é estabelecido uma compensação financeira para esse fim.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras eu já tive oportunidade, por diversas vezes, de referir que a ilha de São Jorge, apesar dos aqui mencionados aumentos, pelo Sr. Deputado José Ávila, de voos e de número de lugares disponibilizados, foi se calhar a ilha que este verão no inter-ilhas teve e sofreu mais constrangimentos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouça! Isto é que é seriedade!

A Oradora: Situação a que estamos totalmente atentos e que estamos a trabalhar com a SATA para o próximo ano. Foi de facto, na nossa interpretação, aquela que teve mais constrangimentos.

No que se refere aos doentes, não sei se se recordam, mas também já falei no assunto, que tivemos o cuidado desde o final do verão do ano passado (julgo que foi por essa altura) de criar um grupo de trabalho diretamente com a Secretaria Regional da Saúde para que fosse ministrada formação adequada pela SATA nas diversas unidades de saúde e hospitais, no que se refere à forma como devem ser feitas essas reservas, ao preenchimento de formulários on-line para que, do ponto de vista da empresa, também pudessem chegar atempadamente os pedidos de reservas das deslocações dos doentes. Posso-lhe assegurar que neste momento essa formação já foi dada em quase todas as unidades de saúde e hospitais da Região,

há um acompanhamento mais direto da empresa com essas unidades de saúde e hospitais por forma a obviar que as situações que muitas vezes nos são relatadas de alguns doentes que ficam a aguardar lugar para se poderem deslocar, aconteça novamente. Uma coisa é certa, as regras que a sra. deputada mencionou na resposta ao requerimento feito por vós, mantêm-se e têm que ser cumpridas e portanto, qualquer situação que extravase e em que isso não se verifique, eu agradeço que a bem de se revolver as situações das pessoas, e como disse, é o mais importante, que me sejam relatadas diretamente, têm o meu contacto, digam-me para que nós possamos resolver o mais rapidamente possível e bom regresso, sra. deputada.

Obrigada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito obrigada!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa tem ainda inscrições que ficarão para a tarde e vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Governo Regional dispõe de 10 minutos e 14 segundos, o Partido Socialista de 12 minutos e 58 segundos, o Partido Social Democrata de 15 minutos e 9 segundos, o CDS esgotou o seu tempo, o Bloco de Esquerda dispõe de 2 minutos e 13 segundos, o PCP esgotou o seu tempo e o PPM dispõe de 5 minutos e 9 segundos.

Obrigado.

Presidente: Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 05 minutos.

Presidente: Agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 05 minutos.

Muito bem. Vamos então dar continuidade ao debate que interrompemos pela hora do almoço.

A Mesa ainda tinha duas inscrições, por isso dou a palavra ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por agradecer à Sra. Secretária por ter respondido a quase todas as questões que tinha colocado e, portanto, deixo aqui a nota.

Relativamente às intervenções dos Srs. Deputados José Ávila e André Rodrigues penso que cometem os dois um erro que tem sido repetido e o erro qual é?

É que tudo o que a SATA faz, qualquer aumento que tenha, o mérito resulta disso e aquilo que os açorianos têm direito e que esperam é que a SATA corresponda à procura, mas para além de ser uma expectativa legítima dos açorianos é uma obrigação contratual de concurso. O concurso prevê para o período 135 milhões de euros, prevê um conjunto de rotas, mas prevê num artigo inicial, que é o artigo 11.º, que independentemente das cláusulas seguintes relativamente aos planos de voos e à oferta têm de corresponder à procura.

Portanto, aquilo que é importante não é que se diga que a SATA cresceu 20%, fez um grande esforço, ...

Deputado Francisco César (PS): Ah, não é?!

O Orador: ... é que efetivamente responda à procura e nessa medida que cumpra o que está contratualizado.

Deputado Francisco César (PS): E está cumprido, Sr. Deputado!

O Orador: Essa é a questão. Não está cumprindo ao contrário do que diz o Sr. Deputado Francisco César, ...

Deputado Francisco César (PS): Está, sim senhor!

O Orador: ... que normalmente engana-se em tudo o que tem a ver com a SATA,
...

Deputado Francisco César (PS): É, é! E o senhor acerta! O senhor é que acerta muito!

O Orador: ... que fala muito sobre a SATA e fala há muitos anos e engana-se e, portanto, a questão aqui é essa e se quiser podemos citar várias declarações suas, tenho aqui, de vários debates de urgência.

Deputado Francisco César (PS): Cite lá!

O Orador: Mas a questão aqui essencial é esta: há um contrato de serviço público e aquilo que é a expectativa é que a SATA cumpra na plenitude todas as cláusulas e relativamente a uma questão que foi levantada pelo Sr. Deputado José Ávila que era o ACMI que ia custar uma fortuna, até isso está previsto no caderno de encargos quando há uma procura anormal e há uma procura anormal no verão. Aliás, a Sra. Secretária disse que no mês de agosto ...

Deputado Francisco César (PS): Não é anormal! É o resultado das nossas políticas de promoção turística!

O Orador: ... há seis vezes mais procura do que aquilo que existe nos restantes meses do ano, portanto, digamos que é uma procura anormal, a expectativa e aquilo que está no contrato é que fosse contratado, e havia essa possibilidade de contratar mais uma aeronave, e isso entrava no equilíbrio financeiro, sendo a responsabilidade de pagamento do Governo.

Portanto, isto está no caderno de encargos. Basta uma leitura atenta e chega-se lá. Essa é uma questão essencial.

Ainda me mantendo no caderno de encargos há outra questão que até agora não se falou, que é a cláusula 21, que é a intermodalidade.

O que é que diz a intermodalidade e se calhar terei de maçar os Srs. Deputados com aquilo que está aqui no caderno de encargos e o que está no caderno de encargos faz parte integrante do contrato. Todas as cláusulas são obrigações. Quem

ganhou o concurso, independentemente de ter sido a SATA, obriga-se ao seu cumprimento e a clausula 21, intermodalidade, diz o seguinte: “A concessionária [neste caso a SATA, porque ganhou o concurso] em conjunto com as transportadoras que operam o transportes regular marítimo de passageiros interilhas deverá conciliar horários de forma a aumentar a intermodalidade no interior da Região.” Número um.

Número dois diz o seguinte: “A concessionária em conjunto com as transportadoras que operam o transporte regular marítimo de passageiros interilhas” ...

Deputado Francisco César (PS): Marítimo?!

Deputado Marco Costa (PSD): Não leste? Ele está a ler!

O Orador: ... “deverá garantir todos os meios humanos, materiais e processuais necessários ao despacho de bagagem, carga ou correio desde o início e entrega no destino final.”

E diz mais! Diz o seguinte o número três: “A concessionária deverá assegurar por si ou através de terceiros os seguintes serviços: transporte de bagagem de carga e de correio nos percursos aeroporto/porto/aeroporto, check-in em posições avançadas a disponibilizar nos portos da Região.”

Portanto, há aqui uma matéria que é essencial e fazia parte do PIT, que é responsabilidade contratual de quem ganhou o concurso e até agora nunca foi cumprido.

Faço a pergunta à Sra. Secretária relativamente a esta matéria o que é que se passou?

O que é que levou que a SATA nunca tenha cumprido essa clausula que estava obrigada?

Deixava por agora essa questão à Sra. Secretária relativamente à clausula 21 do contrato.

Termino aqui e ainda fico com algum tempo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, o senhor interpelou-me diretamente, falou naquilo que tinha apresentado aqui.

Eu queria dizer-lhe que eu nunca chamei o mérito a esta bancada. O mérito é de todos nós, é dos açorianos.

O facto da SATA acompanhar a procura com mais oferta o mérito é de todos nós e o senhor devia estar satisfeito por isso, porque ficaria o senhor satisfeito, ficaríamos nós e também sobretudo ficariam os empresários, porque nós em seis anos conseguimos passar os proveitos da hotelaria de 44 milhões para 94 milhões.

Deputado André Rodrigues (PS): Hotelaria tradicional!

O Orador: Está a ver! Portanto, isto é bom para todas as ilhas dos Açores. Há um grande crescimento da parte dos proveitos (e estou a falar só nos proveitos da hotelaria tradicional), houve aqui um incremento nos proveitos que é importante ressalvar. É bom para si, Sr. Deputado, é bom para o seu partido e é bom para o nosso, é bom para o Governo, é bom para todos nós.

Não chamo a nós o mérito, chamo aos açorianos, porque é através deles que a SATA está a tentar fazer um esforço e é um esforço grande (foi isso que eu disse aqui, a SATA está a fazer um esforço grande) para tentar aumentar a oferta para acompanhar assim a procura que há para todas as ilhas dos Açores sem exceção. Foi isso que eu disse, Sr. Deputado.

Pode falar nos contratos que quiser, pode falar naquilo que quiser, mas é evidente que a SATA está a fazer um enorme esforço para acompanhar a procura que tem

crescido felizmente e por isso os rendimentos do turismo também aumentaram exponencialmente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila, o contrato vale e o caderno de encargos vale, porque é uma exigência da Região que foi validada pela comunidade e, portanto, o contrato é para ser cumprido e quando digo, quando diz e todos reconhecemos que aumentaram, é evidente. Agora a questão aqui é se correspondeu à procura e se correspondeu àquilo que eram as obrigações contratuais e depois do que se passou hoje e que se tem passado nos últimos plenários, aquilo que tem sido as posições dos empresários, dos açorianos em geral, significa que relativamente à procura a SATA não tem acompanhado. Portanto, isso é evidente. Ninguém está a tirar o mérito à SATA.

Mas para além disso é bom que se diga o seguinte: o aumento da oferta não significa necessariamente que a SATA tenha que perder dinheiro. Portanto, se transporta mais passageiros e isso significa um prejuízo acrescido alguma coisa está mal na SATA e está.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito mal!

O Orador: Todos nós sabemos que sim.

Sr. Deputado, a SATA Air Açores em 2018 vendeu de passagens 22 milhões de euros, depois tem a compensação de serviço público e tem o handling e pagou de juros 8 milhões de euros, ou seja, aquilo que é a fatura dos juros está a penalizar o preço de venda e a questão é essa: uma capitalização séria da SATA, senão tivesse incorrido em prejuízos nos últimos anos, significa que teria um serviço da dívida

mais baixo, o que significa que podia transferir isso para os açorianos, que é uma exigência que deve ser colocada em cima da mesa. Não é justo que se pague 124 euros para viajar de uma ilha para a outra.

Deputado Francisco César (PS): Não é justo!?

O Orador: É caro e se a SATA estivesse organizada e se estivesse sido gerida de outra maneira, se não estivesse em falência como está, esses 8 milhões de euros que foram pagos de juros podiam ser refletidos numa redução das passagens que neste momento percebo que é difícil.

Deputado Carlos Silva (PS): E reduzir na tarifa o que é que ajudava?

O Orador: Sr. Deputado Francisco César, desculpe, mas eu ouvi o seu aparte. Eu estou a falar da SATA e tenho que dizer o seguinte: nós temos aqui as suas intervenções em 20 de abril de 2019 e tenho aqui também um ano antes, em 20 de abril de 2018 ...

Deputado Francisco César (PS): Estou cá desde 2008. Deve ter intervenções minhas que nunca mais acabam!

O Orador: Estou a falar de 2017, em abril, o primeiro debate de urgência que houve aqui, ou interpelação, e o Sr. Deputado fala aqui no sucesso da SATA: “A SATA está forte, recomenda-se, os resultados ...”

Deputado Francisco César (PS): Hã!!!

O Orador: Está aqui. Tenho aqui as transcrições, mas recomendo que leia o Diário das Sessões ...

Deputado Francisco César (PS): Sim, sim! Eu sei o que digo!

O Orador: Até diz que a SATA aguentou a concorrência e aumentou.

No ano seguinte, por acaso no mesmo mês do ano seguinte, já defende que precisa de um parceiro para aguentar a concorrência.

Portanto, incoerências estão aqui. Não me vou dar ao trabalho de estar a ler o Diário das Sessões, tenho pouco tempo, mas o Sr. Deputado se ler com cuidado e alguém que queira ler tem aqui matéria para discutir a sua coerência nessa matéria.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu bem sei, Sra. Secretária, que mediante aquele que foi um clima de diabolização à SATA que foi criado na opinião pública, que fica popular desafiar a Sra. Secretária para até mesmo proceder a despedimentos indiscriminados. Não é isso que o Bloco de Esquerda defende, nem vai desafiar a Sra. Secretária para tal, mas também (e como diria o deputado popular “nem tanto ao mar, nem tanto à terra”) nós sempre consideramos que existem neste momento na SATA quadros intermédios e superiores que estão em excesso e que não deveriam lá constar, não só por terem sido nomeados politicamente, mas porque não exercem funções com um conteúdo verdadeiramente, digamos, funcional para a própria empresa, que procure o desenvolvimento da empresa e zelar por aqueles que são os interesses de todos nós e que não fazem sentido. **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah! Seja sério na sua observação!

O Orador: Mas também é verdade que nós valorizamos e não é somente o Bloco de Esquerda, como creio que todo o Sr. ou Sra. Deputada nesta Casa também valoriza, aqueles que são os trabalhadores que estão no terreno e que garantem aquele que é um serviço prestado pela SATA. E mais do que isso: acabam muitas vezes por disfarçar e defender aquela que é a honra da própria empresa, mediante aquelas que foram opções gestionárias muitas vezes questionadas, tomadas por estes quadros intermédios e de topo da própria empresa.

Refiro-me aqui muito concretamente (e a Sra. Secretária até assumiu) ao call center da SATA.

A Sra. Secretária assumiu que estão a ponderar a contratualização externa do call center da SATA. Isso implica o quê no futuro?

Implica despedimentos nos trabalhadores que neste momento asseguram essas funções no call center da SATA?

Implica a transferência destes trabalhadores para uma qualquer empresa de trabalho temporário, sendo estes trabalhadores mais uma vez sujeitos a uma precariedade crescente?

Estas são questões que devem ser clarificadas.

Presidente: Agradeço que termino, Sr. Deputado.

O Orador: Só para terminar.

Sra. Secretária, parece-me que fui bastante claro e objetivo na minha intervenção inicial acerca daquelas que são as condições verdadeiramente desastrosas para a SATA no que diz respeito aos reencaminhamentos.

O que eu disse e torno a dizer, afirmar e a assumir e é bom que esta mensagem, esta informação, passe para a opinião pública, porque parece-me que não tem passado, é que até aos 103 mil passageiros reencaminhados pela SATA não há lugar a qualquer tipo de compensação.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Outra vez!

O Orador: Essa é uma realidade que foi transmitida e denunciada pelo meu camarada António Lima ainda no plenário de julho e que deve ser transmitida à opinião pública para que a opinião pública perceba que no exercício entre o deve e haver, entre o Governo Regional e a SATA, a SATA está muito desvalorizada relativamente àquilo que são as compensações dadas pelo Governo Regional pelo cumprimento deste serviço público.

Teria mais para dizer, mas não digo, porque não tenho tempo, infelizmente.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Não tem, não Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate.

Eu passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Colegas do Governo:

Sr. Deputado António Vasco, a clausula 21 do contrato de concessão refere (tem dois pontos) o primeiro em que obriga a concessionária em conjunto com as transportadoras que operam no transporte regular marítimo de passageiros a conciliar horários de forma a aumentar a intermodalidade no interior da Região e isto é feito pela SATA em conjunto com a Atlanticoline; a segunda medida refere também, tal e qual como está previsto no PIT, um encaminhamento de bagagem do transporte marítimo para o aéreo e do aéreo para o marítimo e isto já foi dito aquando do ponto de situação das medidas do PIT que aqui temos dois problemas que têm impedido a implementação desta medida: temos um de ordem de segurança, no que se refere ao manuseamento da bagagem de um transporte para o outro; e temos um segundo problema de ordem de sistema informático por parte da transportadora marítima.

Portanto, não é verdade que esta clausula esteja a ser incumprida, está a ser cumprida na sua plenitude no número um. No número dois não está a ser cumprida por causas que não são imputáveis à concessionária.

Deputado Marco Costa (PSD): Ora bem! Afinal!...

A Oradora: Sr. Deputado Paulo Mendes, ...

Deputado Marco Costa (PSD): O ponto três!

A Oradora: ... no que se refere ...

Qual é a outra? Não sei.

Sr. Deputado Paulo Mendes, no que se refere aos encaminhamentos eu de facto não sei como é que lhe hei de explicar de outra forma.

Eu já lhe disse, e basta ler o contrato de concessão, que houve um aumento do valor da concessão das obrigações de serviço público de transporte aéreo de passageiros no período de 2015/2020, houve um aumento do valor dessa concessão para fazer face à nova obrigação imposta à concessionária dos encaminhamentos e considera-se que esse valor dá para ressarcir ... cinco anos, 2015, 16, 17, 18, 19, 20, estamos ainda em 20 ...

Deputado Paulo Mendes (BE): Tem de ter em conta o número crescente!

A Oradora: Para a frente há de ser previsto no novo contrato, Sr. Deputado. Qual é a dificuldade?

Não estou a perceber. Se calhar a dificuldade é minha.

Esse valor foi pago acrescentando ao valor anterior precisamente para fazer face a uma nova obrigação da transportadora de proceder aos encaminhamentos dos passageiros. Ainda assim é prevista ainda uma clausula até determinado número, conforme disse e bem, a partir de determinado número dá lugar ao reequilíbrio financeiro do contrato, um pagamento extra valor fixo e que também está previsto no contrato. Leia as clausulas, Sr. Deputado. Portanto, eu não percebo qual é a sua dificuldade em entender isto ou se calhar a dificuldade é minha em explicar.

Quanto ao que se refere aos despedimentos e como é que vai ser feito ou não a externalização do call center e o programa de pré-reformas que se pretende fazer. Conforme também já disse, são situações que estão em análise, não quer dizer que sejam feitas.

Também já aqui afirmei que até agora a intenção foi não haver despedimentos.

Obviamente que o percurso de estabilização da empresa neste momento é no sentido de não haver. Não quer dizer que não os venha a haver e não quer dizer que havendo uma externalização do serviço de call center ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já está feito!

A Oradora: ... os elementos que lá estão não possam ser reaproveitados para outras áreas da empresa.

Portanto, isto são situações que estão em análise. Compreendo a sua preocupação em querer saber mais sobre isto, mas neste momento se está em análise não lhe posso adiantar mais nada.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária citou o artigo 21.º, o ponto 1, a compatibilização de horários, com certeza; o ponto 2 o que diz é que não é possível e que não foi possível, já decorreram quatro anos do contrato e que não foi possível, mas há ainda o ponto 3 da clausula 21 e que tenho que ler novamente. Diz a alínea “a) transporte de bagagem, de carga e de correio nos percursos aeroporto/porto/aeroporto” e a alínea “b) check-in em posições avançadas a disponibilizar nos portos da Região.” Portanto, isto é uma obrigação da concessionária e a verdade é que passaram quatro anos e essa obrigação, que estava prevista no envelope financeiro, supostamente haveriam custos que estavam contemplados nos 135 milhões de euros e que não foram cumpridos.

Falou o Deputado André Rodrigues na alteração do caderno de encargos. Com certeza que há melhorias significativas, mas é importante que tudo o que lá esteja e que está no atual também seja cumprido, porque se não estiver cumprido também não vale de nada.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Colegas do Governo:

Sr. Deputado, de facto não mencionei o número 3, mas se ler o número 3 é uma decorrência do número 2. Não é possível estabelecer, nem é minimamente proveitoso estabelecer pontos de transporte de bagagem, carga e correio nos percursos aeroporto/porto/aeroporto se a bagagem não pode circular com segurança, segundo normas da ANAC, entre uma modalidade de transporte e a outra.

De qualquer forma de facto não mencionei o número 3, mas aqui está a explicação. Se o número 2 não é concretizável ou não está a ser possível ser concretizado, o número 3 por consequência também não será.

Obrigada.

Deputado Francisco César (*PS*) e **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu percebi o que disse a Sra. Secretária. Então o que nos diz é que no próximo caderno de encargos essa clausula será retirada do caderno de encargos porquanto há impossibilidade material de a cumprir. Ou seja, tudo aquilo que era essencial no PIT, que era exatamente a integração dos vários meios de transporte ficará excluída no próximo caderno de encargos, ou seja, se em quatro anos não foi possível ultrapassar essas limitações e porventura até são limitações legais que o Governo não teve o cuidado antes da elaboração do caderno de encargos de as confirmar junto das entidades próprias, significa que em quatro anos não cumpriu, agora no próximo seguramente que será afastada.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Colegas do Governo:

Sr. Deputado António Vasco, primeiro, não sei se houve o cuidado ou não de assegurar as regras legais, mas só posso presumir que tenha havido.

Segundo, se fomos demasiado ambiciosos naquilo que queríamos para os açorianos, pois culpa nossa. Somos e continuaremos a sê-lo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Há que assumir por diversas vezes, e não temos medo de o fazer, que há medidas que conseguimos concretizar e há medidas que não conseguimos concretizar. Esta medida, neste caso concreto, até esta data, não tem sido possível concretizar pelas razões que já lhe enunciei.

Não lhe posso dizer se farão parte ou não do novo caderno de encargos, porque apesar de ter feito já referência ao início do processo de revisão das OSPs não chegámos ainda à fase do caderno de encargos.

Conforme expliquei este início de procedimento passa primeiro por uma análise dos fluxos de tráfego e dos movimentos dos passageiros, segue-se uma comunicação à União Europeia que poderá durante dois meses aparecer alguém, alguma companhia que faça as rotas inter-ilhas sem compensação financeira e só mais tarde é que entraremos numa oferta pública com compensações financeiras.

Qual será o molde do caderno de encargos e se contemplará este aspeto ou não ainda não lhe posso adiantar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Não havendo, vamos então encerrar o debate.

Pergunto ao Governo se com o tempo que lhe resta ainda quer fazer mais alguma intervenção.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Não, obrigada!

Presidente: Não.

Sendo assim, Sr. Deputado Paulo Estêvão, para encerrar o debate, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta última intervenção tem como objetivo realizar uma espécie de balanço deste debate e da informação relevante que dele resultou para os açorianos.

Desde logo é importante concluir que este debate foi um debate útil, foi um debate útil não pela informação que o Partido Socialista e o Governo Regional transmitiram aos açorianos, não pelo facto de terem transmitido qualquer possibilidade de recuperação da situação em que a empresa se encontra, não por terem apresentado qualquer tipo de solução em relação ao estado em que a empresa se encontra. Não têm nenhuma solução, nenhuma perspetiva otimista em relação ao futuro.

Mas este debate foi importante porque ...

Deputado André Rodrigues (PS): Só porque o PPM o fez!

O Orador: ... reduz a margem de manobra da má governação do Partido Socialista e do Governo Regional. Reduz essa margem de manobra porque nós temos fixado por parte da administração da empresa e aceite por parte da Sra. Secretária e do Presidente do Governo Regional um objetivo que foi definido por parte da administração e que foi aceite e foi defendido por parte do Governo.

Esse objetivo era uma redução da despesa dos prejuízos da SATA, uma redução dos prejuízos da SATA tendo como referência o ano de 2018, uma redução na ordem dos 27 milhões de euros.

Ora, em apenas três meses a SATA apresentou um prejuízo de 22 milhões de euros.

Isto faz-me lembrar aqueles jogos de playstation em que há uma série de vidas e depois às tantas o jogador perde porque, entretanto, já esgotou as vidas todas.

Ora, se o objetivo era não ter um prejuízo superior a 27 milhões nos primeiros três meses o Governo já esgotou praticamente todas as suas vidas, porque já vai em 22. Aliás, não é verdade. Neste momento a Sra. Secretária já sabe quais são os prejuízos deste segundo trimestre. Ela já sabe, mas não o quis dizer, não quis aqui assumir as suas responsabilidades.

Deputado José Ávila (PS): O senhor sabe?

O Orador: Portanto, a informação que nós temos, a informação que eu tenho é que se trata de um prejuízo tremendo também neste segundo trimestre, o que quer dizer que temos uma situação absolutamente descontrolada. Uma situação absolutamente descontrolada!

Quando é que nós vamos ficar a saber qual foi o prejuízo deste segundo trimestre?

Bom, vamos ficar a saber, diz a Sra. Secretária, no dia 30 de setembro, mas ela não foi muito precisa e isto é preciso que fique bem explícito. Ela disse que apresentasse dia 30, mas depois ela própria explicará. Espero que explique e apresente esses resultados antes do dia 6 de outubro, ...

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Não foi isso que eu disse!

O Orador: ... porque eu tenho uma desconfiança muito grande baseada num histórico muito grande ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Só pensa em eleições!

O Orador: ... em relação ao Partido Socialista nestas matérias que esses resultados possam surgir antes das próximas eleições, ou seja, antes do dia 6 de outubro.

Quero também dizer nesta última comunicação que o que é chocante também, além de não apresentarem resultados, além de não assumirem as suas responsabilidades com resultados que são absolutamente catastróficos, porque estamos a falar em mais de um milhão de euros de prejuízo a este ritmo até mais do que isso, mais de um milhão de euros de prejuízo todas as semanas. No final deste debate parlamentar, no final desta semana, a SATA terá acumulado mais um milhão de prejuízo. Isto é insustentável para uma Região pobre como a nossa e com tão poucos recursos. É absolutamente insustentável! Isto é um desastre!

Mas o que é importante aqui referenciar é que se o Governo não tem soluções a sociedade civil, a vontade de participação da sociedade civil também é para o Governo Regional algo que deve ser afastado.

Bem pode a sociedade civil, os diversos agentes económicos, bem podem preocupar-se com uma situação de falência, de quebra e de rutura, bem podem bater à porta para tentar participar nas soluções, para tentar participar no sistema político, para tentar participar de alguma forma na recuperação da empresa, que foi o que fizeram um conjunto de cidadãos que apresentam soluções e que querem ver discutidos os problemas da SATA.

O que é que aconteceu?

Foram-lhes fechadas as portas. Há um conjunto de audições importantíssimas, nomeadamente dos trabalhadores, nomeadamente da câmara do comércio, que seriam importantes para se poder ouvir as opiniões da sociedade a este respeito, para que todos pudessem apresentar as suas soluções. Bateram à porta e o Partido Socialista fechou e blindou-se em relação a esta matéria.

Portanto, quando alguns fazem este exercício de patriotismo autónomico em dizer que todos nós temos que nos juntar para alterar esta situação, temos que juntar esforços para alterar esta situação, há um obstáculo que não é a boa vontade do PPM, do PSD e do CDS, do Bloco e do PC em relação a esta matéria, também o obstáculo não é a sociedade civil. O obstáculo é o Partido Socialista e o Governo

Regional que se fecham neste problema, que não conseguem resolver, mas que também recusam todo o tipo de ajuda por parte da sociedade civil, por parte do sistema político.

Por isso, meus senhores, alguns perguntam qual é a solução. A solução é de facto política, é que o Partido Socialista e o Governo Regional deixem de ter responsabilidades nesta matéria enquanto é tempo para que esta empresa se possa salvar e se possa salvar muito do que é o futuro dos Açores, porque muito do futuro dos Açores depende da SATA.

Deputado João Vasco Costa (PS): Dois minutos a mais!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos assim este nosso ponto da Agenda.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, pede a palavra para?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos então dentro de 15 minutos.

Eram 15 horas e 37 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 56 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Conforme ficou definido pela Conferência de Líderes os pontos dois e três da nossa Agenda serão respetivamente debatidos nas manhãs de quarta e quinta-feira,

por isso, entramos agora no ponto quatro da Agenda: **Recurso quanto aos fundamentos da não admissão do “Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 40/XI – Cria a figura do Provedor do Animal na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

A iniciativa assim como o parecer jurídico dos serviços desta Assembleia que consubstanciou a decisão de não admissão foram distribuídos por todos.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão recorreu desta decisão ao abrigo do artigo 121.º do Regimento, recurso esse que também foi distribuído por todos.

Com base naquilo que foi estipulado pela Conferência de Líderes os tempos distribuem-se da seguinte forma: para recorrer o Sr. Deputado Paulo Estêvão dispõe de cinco minutos, querendo qualquer outro grupo ou representação parlamentar, assim como o Governo dispõe também de cinco minutos, uma única vez, para fazerem a sua intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Decidi apresentar um recurso para o plenário desta Casa em relação a uma decisão da Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores por dois motivos.

Deputado Carlos Silva (PS): Não eram três?

O Orador: O primeiro deles, o mais importante, preservar a nossa autonomia político administrativa, preservar a visão do Parlamento dos Açores enquanto um dos órgãos de governo próprio que tem na nossa Região uma visão ampla da autonomia e que tem uma visão não subordinada aos poderes centralistas.

Devo dizer que essa questão sendo uma questão específica, trata-se de um Projeto de Decreto Legislativo Regional que cria a figura do Provedor do Animal na Região Autónoma dos Açores, sendo esta a questão prática do ponto de vista conceptual, o que é colocado aqui em crise é o alinhamento da Sra. Presidente da

Assembleia Legislativa com as posições mais centralistas do constitucionalismo português.

Devo dizer antes de chegar à componente mais teórica o seguinte: que nesta visão não existe nenhuma limitação do ponto de vista constitucional, há a criação de provedores setoriais, que nesta visão não estou sozinho.

Desde logo quem me acompanha é o Partido Socialista no âmbito destas eleições para a Assembleia da República. Eu tenho aqui na mão ...

(Neste momento, o Orador mostra um documento à câmara)

... o programa eleitoral do Partido Socialista para as legislativas de 2019. Está aqui. Com certeza um programa responsável, é um programa feito por gente com conhecimentos constitucionais e jurídicos, gente com responsabilidade com certeza, é feito por um partido que está no Governo, portanto, tem um acesso a um conjunto de juristas e a um conjunto de conhecimentos provenientes da administração nacional que lhe permite ter uma posição com certeza sólida em relação a esta matéria.

E o que é que diz o programa do Partido Socialista em relação ao provedor dos animais?

É provedor setorial, porque é isso que está aqui em causa.

Diz o seguinte na página número 59, recomendo a leitura da página 59 (tem outras coisas que agora não é possível referenciar), mas logo no primeiro ponto em relação às iniciativas no âmbito de conservar a natureza e recuperar a biodiversidade o programa diz o seguinte: “criar um provedor do animal”. É isto que o programa do Partido Socialista defende: criar um provedor do animal.

Ora, esta é a posição do Partido Socialista, mas também temos a posição do Parlamento da Madeira, que tem também do ponto de vista constitucional ...

Deputado Francisco César (PS): Que é um provedor do animal totalmente diferente, que é para os municípios!

O Orador: ... é a mesma. Estamos a falar da mesma Constituição, a Constituição é a mesma a que também vigora no território da Madeira e aqui temos publicado no dia 5 de agosto de 2019 uma resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, n.º 26/2019/M, recomenda a criação da figura do Provedor do Animal.

Mas este argumento pode ser contrariado no sentido de dizer: “Isso é uma recomendação, não é um projeto de decreto legislativo regional.” É a primeira coisa que se pode dizer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É exatamente isso!

O Orador: E a segunda coisa que se pode dizer é que a solução é diferente porque remete para os municípios.

Bem, mas temos um terceiro exemplo, que é também uma iniciativa do PCP, que entrou também na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, a recomendar a criação de um Provedor de Animal e o presidente considerou e inviabilizou a entrada da proposta?

O Presidente da Região Autónoma da Madeira inviabilizou a entrada de um Projeto de Decreto Legislativo Regional realizado pelo PCP?

Não! Também não considerou que fosse inconstitucional.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina, Sra. Presidente.

Bem, a mesma coisa se poderia dizer também a uma das criações do nosso atual Primeiro-Ministro enquanto Presidente da Câmara, o Provedor Municipal dos Animais de Lisboa, que também existindo competências nesse sentido a constitucionalidade não foi colocada em causa.

Finalmente, Sra. Presidente, porque não há tempo para mais dizer-lhe apenas que é o próprio Tribunal Constitucional que diz o seguinte: o próprio Tribunal

Constitucional diz que existe doutrina, admite que existe doutrina, que considera que os provedores regionais não violam a Constituição.

Quem é que o diz?

O Dr. Rui Medeiros tantas vezes aqui citado, cujo parecer nós solicitámos no âmbito da nossa revisão do Estatuto. É o Dr. Rui Medeiros que diz que não há nenhuma inconstitucionalidade aqui e esses pareceres que V. Exa., Sra. Presidente, já pediu também ao Dr. Rui Medeiros sobre muitos outros aspetos. Ele acha que não é inconstitucional.

Portanto, estou muito bem acompanhado. Agora eu acho é que o nosso Parlamento fica muito mal acompanhado se acompanhar as teses mais centralistas de Portugal do ponto de vista constitucional e impedir que a Região Autónoma dos Açores e este Parlamento de forma específica possa utilizar as suas competências, porque essa visão é uma visão com que poucos concordam neste momento em Portugal e vê-se que em relação a todas estas iniciativas ...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... não existiu essa leitura centralista.

Eu tenho muita pena que só quem tem essa leitura centralista em relação a este projeto, em relação à criação do Provedor dos Animais ou outros, seja a Presidente do Parlamento dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Aqui estamos!

O Orador: ... é sempre fundamental não confundir aquilo que é com aquilo que gostaríamos que fosse.

O Partido Socialista sente-se muito à vontade e continua a sentir-se nesta matéria. Foi o Partido Socialista com outros há mais de 10 anos com o CDS-PP, com o PSD que consensualizou e integrou no nosso Estatuto, na terceira revisão do nosso Estatuto Político Administrativo, a existência de provedores setoriais regionais.

Pensávamos e pensamos que não é inconstitucional, que a sede estatutária é uma sede legítima para tal e assim o fizemos.

Ouros tiveram outras ideias. Todos nós sabemos que essa terceira revisão mereceu um particular ódio e uma perseguição implacável por parte do Sr. Presidente da República, Cavaco Silva; todos sabemos que também sobre essa possibilidade e de uma forma absolutamente corporativa o então Provedor de Justiça, Nascimento Rodrigues, se manifestou contra, disse “cobras e lagartos” e ameaçou que ia também recorrer disso. Entretanto, o Sr. Presidente da República exerceu esse direito, recorreu preventivamente, impugnou ou vetou politicamente, voltou a recorrer sucessivamente e na sequência disso saiu efetivamente o acórdão do Tribunal Constitucional 403/2009, de 30 de julho, que entre outras declarou essa matéria inconstitucional.

Portanto, temos que ser práticos: o Tribunal Constitucional que é ...

Não é apenas uma opinião. Nós também temos uma opinião e achamos que a nossa é legítima e achamos que a nossa até é mais correta, mas há um tribunal como órgão de soberania e é o único em última análise que decide e que tem este entendimento.

Assim sendo, o que devemos fazer? Que fazer, Sr. Deputado?

Eu acho que não é desistir, eu acho que não é mudar de convicções. Eu acho que é, mantendo essas convicções e preocupados com o resultado, ver qual é a melhor maneira de lá chegarmos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o programa do Governo?

O Orador: Já lá vou, Sr. Deputado.

Vermos qual é a melhor maneira de lá chegarmos, porque ao contrário do que há não muito tempo o Sr. Deputado Paulo Estêvão acusava o Partido Socialista, para nós as conquistas autonómicas e a reforma da autonomia não são manobras de diversão para desviar as atenções do que quer que seja e muito menos da política dos Açores. Para nós é para ser feita e é para ter resultados e nessa matéria temos que ser pragmáticos.

Foi por isso naturalmente que o Partido Socialista a 26 de outubro de 2018, como sabe, apresentou um projeto de revisão constitucional onde prevê claramente que os provedores setoriais regionais estejam constitucionalmente previstos para matar de vez e sem qualquer tipo de dúvida essa questão.

Já discutimos isso. Eu acho que ninguém disse (e bem!) que essa norma não fazia sentido, porque o problema já estava resolvido e porque já tínhamos essa competência.

Essa é a maneira prática de resolvermos o problema e o Partido Socialista apresenta essa proposta e apresenta essa alteração.

Não desistimos da ideia.

Aliás, de resto o Tribunal Constitucional como sabe, Sr. Deputado, ...

(Apartes do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Deixe-me falar.

Como sabe o Tribunal Constitucional tem este entendimento e tem inclusive para os provedores municipais. Agora, os tribunais por natureza são passivos e a lei por natureza é uma ordem de liberdade e pode ser violada, enquanto não for eventualmente há coisas inconstitucionais por aí.

Eu não fiz, como deve calcular, o programa do Governo do Partido Socialista de 2009, se calhar temos que dizer (e o Partido Socialista na altura certa perceberá) que para criar provedores setoriais provavelmente vai ter que fazer uma revisão

constitucional, independentemente de serem regionais ou não, coisa que poderá eventualmente fazer.

Esta é que é a realidade e é conscientes desta realidade e sem minimamente mudar de princípios que nós achamos que o caminho é outro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está no Diário da República!

O Orador: Não achamos agora, Sr. Deputado, porque apresentou isso. Achamos há algum tempo e provamo-lo dizendo, porque consubstanciámos isso, a 26 de outubro do ano passado como muito bem sabe. Essa é que é para nós a solução, porque o que nos interessa na autonomia e nos seus progressos é que eles efetivamente ocorram. Não é para nós uma arma de arremesso, uma manobra de diversão ou uma guerrilha artificial.

Queremos resultados, resultados face à realidade e a realidade é o que é e o Tribunal Constitucional é um órgão de soberania. Pensamos clarissimamente que a solução para isto é a que apresentamos através de uma revisão constitucional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a vossa é o quê?

O Orador: Como a realidade é o que é e num estado de direito não há vacas sagradas e pode-se discordar exatamente por isso também temos que ser pragmáticos, temos que perceber que num estado de direito as decisões dos tribunais são para se cumprir, temos que perceber que uma das declarações, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas isto é para levar a sério ou não?

O Orador: ... um dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral é ela ser vinculativa para as entidades públicas e privadas e, portanto, o caminho não é esse, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado tem muito a mania de fazer corridas em matéria autonómica.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os senhores são centralistas!

O Orador: Por alguma razão sente muito essa necessidade. Saberá porquê. Faz exercícios de autossatisfação em espiral e corridas pensado que isso o coloca ...

Como reparou, Sr. Deputado Paulo Estêvão, não há em matéria autonómica, felizmente, um período antes do Estêvão e depois do Estêvão. O Sr. Deputado não estava cá e nós já (o CDS, o PSD, o PS) pensávamos em provedores setoriais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não estava cá antes de nascer!

O Orador: Bem-vindo, Sr. Deputado.

Mas tem que ir pelo caminho certo, porque se não for por um caminho certo é justo e legítimo duvidar das suas reais intenções.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que desilusão! Estou desiludido!

O Orador: O Sr. Deputado com esta proposta, com esta corridinha não está a ser amigo da autonomia, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado está quando muito a ser e só “amigo da onça”.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e antes de dar a opinião do Bloco de Esquerda no que diz respeito ao recurso propriamente dito, quero afirmar que o Bloco de Esquerda nada tem contra, pelo contrário, concorda no abstrato com a existência de provedores setoriais, avaliando obviamente caso a caso aquelas que são as propostas dos provedores ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe o PAN!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas isto vêm todos aqui negar os seus programas!

Presidente: Vamos permitir que o Sr. Deputado António Lima possa continuar a fazer a intervenção.

O Orador: O Bloco de Esquerda concorda com a possibilidade de existência de provedores setoriais e concorda na prática com a proposta de criação de um provedor setorial na Região Autónoma dos Açores, neste caso o Provedor do Animal.

No entanto, aquilo que está aqui em discussão não é propriamente a proposta, é um recurso face à decisão de rejeição da Sra. Presidente relativamente a esta proposta.

Obviamente que a rejeição foi feita, essa decisão foi tomada, com base numa decisão do Tribunal Constitucional que para nós é obviamente clara. De acordo com a atual Constituição e de acordo com a jurisprudência do Tribunal Constitucional a existência de provedores setoriais, através de Decreto Legislativo Regional, aprovado nesta Assembleia não é possível.

Nós não concordamos com essa decisão como é óbvio, mas o que é facto é que é uma decisão do Tribunal Constitucional e quando o Bloco de Esquerda já recorreu por diversas ao Tribunal Constitucional teve sempre a expectativa que as decisões do Tribunal Constitucional fossem para ser cumpridas por todos os órgãos de soberania, por todos os órgãos, neste caso também, com poder legislativo, como são as assembleias legislativas regionais e quando fomos ao Tribunal Constitucional no período da Troika para repor rendimentos era essa a expectativa que acontecesse e foi isso que aconteceu.

Não poderíamos, como é óbvio, chegar aqui e dizer que uma decisão do Tribunal Constitucional seria para ignorar e para avançarmos com esta proposta.

Posto isto, resta-nos dizer aquilo que também já foi dito pelo Sr. Deputado Francisco Coelho. Está aberto um processo na CEVERA de início de revisão de uma proposta de revisão constitucional de alteração ao Estatuto, ou seja, há aqui

um caminho que pode ser feito no âmbito da CEVERA e o PPM pode perfeitamente participar e está a participar neste debate e pode fazer também estas propostas, seja na revisão constitucional, seja eventualmente em revisão de Estatuto, pode fazê-lo e é isto que deve ser feito, porque não é com uma proposta que será claramente inconstitucional que esse caminho será feito.

Neste momento no processo da CEVERA é esse caminho que deve ser feito e nós estamos obviamente disponíveis para ele.

Obviamente que não podemos acompanhar o recurso do PPM nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Permita-me alguma boa disposição neste momento entre o Sr. Deputado Francisco Coelho e o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Eu patrocino a corridinha dos dois e no fim pago o jantar ao vencedor, obviamente.

Deputado Francisco Coelho (PS): E nós aceitamos!

O Orador: Portanto, Vs. Exas. podem combinar a corridinha e no fim o jantar é oferecido pela minha pessoa.

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas quem escolhe o sítio?

O Orador: Eu! (*Risos*)

Sra. Presidente, Sr. Deputado Paulo Estêvão, ninguém nega o seu combate (eu pelo menos não nego, o CDS não nega) e a sua combatividade nas causas autonómicas, a sua entrega às causas com que defende e apreciamos variadíssimas vezes alguns contributos que tem dado e algumas lutas que tem travado, nem sempre com sucesso, mas entrega-se sempre com espírito de sacrifício e de missão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Acabo sempre por ganhar!

O Orador: Agora, Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Sr. Deputado Francisco Coelho já assim o referiu, que era já vontade nossa quando foi da revisão do Estatuto, da

terceira revisão do Estatuto, da comissão presidida pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, onde estava o CDS e o PSD, e fizemos algumas lutas também que V. Exa. desconhece para criar os provedores setoriais regionais. Foi uma luta daquela comissão.

V. Exa. na altura andava ausente e não se lembrava dessa coisa, mas nós já nos lembrávamos, nós pusemos isso em discussão, mas depois há uma coisa que se chama Constituição e a Constituição como o Sr. Deputado já defendeu quando lhe deu jeito é para cumprir. Portanto, se ela é para cumprir nuns casos, é para cumprir em todos.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A Constituição não diz isso!

O Orador: Diz, sim senhor!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, a Constituição consagra um provedor único para todo o território nacional com funções plurifuncionais na defesa, não judicial nos direitos das pessoas independentemente das matérias.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vamos ficar na idade da pedra!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Paulo Estêvão, o acórdão 403 de 2009 que o senhor leu, que eu sei que o senhor leu, que eu sei que o senhor estudou, portanto, não estou aqui a cometer nenhuma inconfidência, estabelece inconstitucionais as normas que previam a criação dos provedores regionais. O senhor sabe isso tão bem ou melhor do que eu, que até o leu mais vezes do que eu, e nesse sentido o Sr. Deputado não pode vir aqui ...

Uma coisa é a Assembleia da Madeira, que é uma resolução, não é letra de lei, não é um decreto legislativo regional. É uma resolução.

Mais! Como foi aqui dito ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a do PCP?

O Orador: Foi chumbada.

Como foi aqui dito a questão só se levanta quando alguém levantar o problema da inconstitucionalidade. Se ninguém o levantar vai embora. Portanto, é o problema da Câmara de Lisboa que o Tribunal Constitucional não tem a atuação ativa sobre o poder local. É manifestamente passivo nessa matéria. Se alguém fizer esta denúncia de inconstitucionalidade obviamente que o Tribunal atua, como não fizeram ... Agora isso não torna constitucional o provedor setorial regional. Não torna, Sr. Deputado!

Por muita vontade que o senhor tenha (e eu entendo) não torna.

Deputado João Vasco Costa (PS): Bem dito!

O Orador: Agora, da idade da pedra, Sr. Deputado, o senhor ainda andava na idade da pedra nós já andávamos na idade do ouro em 2009 e na idade dos provedores regionais e efetivamente quando V. Exa. fala na idade da pedra eu devolvo com a mesma simpatia o adjetivo e a classificação.

Portanto, o CDS não pode acompanhar V. Exa. nesta sua pretensão e votará contra este seu recurso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem agora a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós enquanto partido naturalmente não estamos contra o bem-estar e a proteção da saúde animal. Não temos relativamente a esta matéria lições a receber, como bem disse o Sr. Deputado Francisco Coelho, o PSD foi um dos intervenientes da comissão da revisão do Estatuto e lá está previsto precisamente a criação de provedores setoriais.

Acontece, porém, que pelo acórdão do Tribunal Constitucional de 2009 foi colocada a esta matéria um muro e nós só temos uma de duas situações: ou batemos com a cabeça no muro e provavelmente não o conseguiremos derrubar; ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Podemos contornar o muro!

O Orador: ... ou então contornamos o muro no sentido desta pretensão legítima do povo dos Açores configurada na terceira revisão do Estatuto seja na verdade atendida.

Aliás, sobre essa matéria e se a minha memória não me falha (peço desculpa se errar) o próprio Governo Regional (se não me falha a memória era titular da saúde o Sr. Deputado Domingos Cunha) na altura retirou uma proposta de criação de Provedor Regional da Saúde ...

Deputado Francisco Coelho (PS): E da criança acolhida também!

O Orador: Essa foi anterior, foi em 2004.

... precisamente com base na inconstitucionalidade que o Tribunal Constitucional invocou e contornou por via administrativa através de uma resolução de Conselho do Governo no sentido de criar o Provedor do Utente, contorno esse que a Câmara de Lisboa também fez e que a própria Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira também fez, não criando por decreto legislativo regional o Provedor do Animal, mas através de um projeto de resolução recomendando à Associação de Municípios da Madeira a criação desse provedor.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, não está em causa o princípio da defesa da saúde e do bem-estar animal, não está em causa aquilo que este Parlamento por via da terceira revisão do Estatuto pretendia, agora, há tribunais e há Tribunal Constitucional e temos que respeitar as regras do Tribunal Constitucional e saber contorná-las. Se conseguirmos no âmbito de uma futura revisão constitucional que se faça cair o conceito de que o provedor de justiça é ele próprio o provedor universal não permitido que haja provedores setoriais, se conseguirmos fazer constitucionalmente cair essa pretensão temos o nosso problema resolvido, até lá temos que cumprir com aquilo que é a Constituição da República Portuguesa e, portanto, neste sentido, Sra. Presidente, concluindo, por todos os motivos que expliquei o PSD não vai acompanhar o Partido Popular Monárquico.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, eu quero entregar-lhe para que seja distribuído por todas as representações e grupos parlamentares desta Casa o programa do Partido Socialista que prevê a criação do Provedor do Animal, a folha; quero entregar-lhe também o programa do Bloco de Esquerda que prevê a criação do Provedor do Animal no programa ... Acho que estão a falar a sério para os eleitores, não estão a enganar.

Irei também fazer distribuir, Sra. Presidente, as propostas que foram aprovadas no Parlamento da Madeira e também a deliberação, não um projeto, mas uma deliberação da Câmara Municipal de Lisboa na altura em que era governada pelo Partido Socialista que criou o Provedor do Animal.

Portanto, quero que V. Exa. faça a distribuição, vou fazer-lhe chegar todos estes documentos que demonstram que nesta matéria os Açores ficam sozinhos, no resto do país estão a ser criados Provedores do Animal.

Deputado João Paulo Ávila (PS): O senhor é que fica sozinho!

Presidente: Sr. Deputado, depois de receber toda essa documentação havemos de a distribuir.

Não havendo mais intervenções, eu também vou-me abster, porque poderia fazer aqui um sem número de considerações não só sobre o parecer que estive na base da primeira decisão de não admissibilidade, mas também a informação jurídica dos serviços que tive a oportunidade de entregar aos líderes e aos Membros da Mesa que rebate naturalmente o recurso apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas penso que aqueles que intervieram disseram tudo aquilo que eu poderia também referir nesta altura.

Vamos então passar à votação deste recurso.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O recurso anunciado foi rejeitado 28 votos contra do Partido Socialista, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se há uma coisa que me indigna, Sra. Presidente, é que os eleitores sejam enganados, que não se diga a verdade aos eleitores, que se apresentem programas eleitorais a dizer que se vai criar um Provedor do Animal. Este é um programa do Partido Socialista de 2019.

Presidente: Sr. Deputado, está no âmbito da declaração de voto.

O Orador: Não está nas alterações constitucionais, está nas medidas concretas que vão ser executadas e, portanto, Sra. Presidente esta matéria ao contrário... Até vou aproveitar um aparte: a questão nem sequer é no provedor regional como quem lê o acórdão vê, é a questão do provedor setorial. Até podia estar aqui escrito não o dos Açores, mas o provedor dos animais. Ponto. Que é isso que está no programa eleitoral do Partido Socialista.

Portanto, não está em causa a existência de um provedor regional, está em causa um provedor setorial.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Tem razão!

O Orador: Essa é que é a questão. Essa questão está contemplada nos programas eleitorais dos partidos, de alguns dos partidos que agora tomaram uma posição diferente aqui nesta câmara.

Deputado João Paulo Ávila (PS): E o seu programa eleitoral?

O Orador: Sra. Presidente, esta é uma situação grave para a questão autonómica e é uma questão grave do ponto de vista dos avanços que são necessários realizar no âmbito do bem-estar dos animais, Sra. Presidente, porque a questão é esta fundamentalmente: a questão é que há regiões do nosso país, municípios, regiões autónomas que já estão a avançar significativamente nesta matéria e o que eu considero é que o que aqui existe é um pensamento retrógrado em relação a esta matéria, em relação à proteção e bem-estar dos animais. Há um pensamento que nos deixa completamente de fora daquilo que é a evolução dos diversos territórios do nosso país.

A verdade é que há municípios, cada vez mais municípios, cada vez mais entidades autónomas a avançar e a criar provedores dos animais. A verdade é que a nossa Região, que durante muito tempo, ao longo de todos estes anos esteve na linha da frente do ponto de vista do debate autonómico nós aqui estamos a ficar para trás.

Deputado João Paulo Ávila (PS): O senhor é que fica para trás!

O Orador: Nós nesta matéria estamos a ficar para trás e não há nenhuma justificação, porque o vosso medo do Tribunal Constitucional, do papão do Tribunal Constitucional não serviu para a Madeira.

Porque é que o Tribunal Constitucional não fez uma intervenção e ninguém lho pediu e ninguém lho solicitou para parar a legislação da Madeira?

Porque é que o Tribunal Constitucional não parou, ninguém lho pediu, ninguém lho solicitou para parar a criação do Provedor do Animal em Lisboa, que aliás foi aprovado pela totalidade dos partidos?

Porque os tempos são outros, porque há outro tipo de preocupações, porque há um avanço que é necessário fazer nestas matérias e porque aquela decisão do Tribunal Constitucional que não foi consensual (em que há uma escola que defende que aquela interpretação está errada, nomeadamente o Dr. Rui Medeiros, que é uma referência do ponto de vista de muitas alterações estatutárias que nós realizámos), aquela decisão é uma decisão datada, que não corresponde a estes tempos e que

provavelmente já nem corresponde há atual interpretação do Tribunal Constitucional, porque o Tribunal Constitucional nesta matéria, como em muitas, altera a sua decisão. O Tribunal Constitucional nesta matéria, como em muitas outras matérias, tem apreciações diferentes, não há uma decisão rígida em relação ao Tribunal Constitucional do ponto de vista de jurisprudência.

Eu sou de história, mas sei isso. É suficiente para analisar a evolução da jurisprudência do Tribunal Constitucional em muitas matérias. Há uma evolução não se tendo alterado as normas constitucionais. Há uma evolução e neste momento os senhores deixam-se ficar por uma interpretação datada, uma interpretação que ninguém segue neste país. Ninguém segue neste país esta interpretação do Tribunal Constitucional, que é uma interpretação datada. Ninguém a segue! Ou melhor, alguém a segue: a Região Autónoma dos Açores.

Tenho muita, muita pena que a Região Autónoma dos Açores não utilize a sua autonomia para avançar nesta matéria, que é uma matéria que é essencial, uma matéria progressista e que a vossa interpretação, o vosso cerrar de fileiras com uma decisão datada do Tribunal Constitucional impede que se possam realizar avanços significativos e termino, Sra. Presidente, dizendo apenas o seguinte: se entretanto a Constituição não for alterada, se não existir um acordo que é difícil, porque depende de uma maioria qualificada ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... eu pergunto-vos: nós teremos de ser mesmo os últimos a ter um Provedor do Animal, a ter matéria específica sobre esta matéria, a avançar nesta matéria quando todo o resto do país já está a avançar?

Nós temos de ficar ao lado de uma decisão do Tribunal Constitucional datada?

Deputado Carlos Silva (PS): Está muito preocupado com os animais!

O Orador: Temos de ficar amarrados a esta decisão quando todos os outros já caminham na direção do progresso e na direção do novo posicionamento da sociedade nesta matéria?

Nós temos de ser os únicos portugueses que não avançamos nesta matéria?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De forma muito breve e mesmo para fazer uma declaração de voto para que não haja dúvidas: o Partido Socialista e tanto quanto percebi os restantes partidos com assento nesta Assembleia não concorda com a substância do acórdão do Tribunal Constitucional. O Partido Socialista entende, como sempre entendeu, conjuntamente com os outros partidos e com o consenso gerado aquando da terceira revisão do nosso Estatuto Político Administrativo, que a Região tem neste momento competência nesta matéria, mas isto não nos pode levar a ignorar, a fazer de conta que não há um acórdão do Tribunal Constitucional que tem um entendimento oposto e que por essa via, mais tarde ou mais cedo, corre sempre o risco de aquilo que se criar ser anulado, revogado, por uma declaração de inconstitucionalidade.

Portanto, como aqui foi dito, não abdicando destes princípios, o que pensamos que devemos fazer, na expressão feliz do Sr. Deputado Luís Maurício, em vez de bater contra o muro, é contornar o muro, é preocuparmo-nos com o resultado, porque é isso que nos interessa.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Pensei que queria saltar o muro, Sr. Deputado!

O Orador: Tal como a respeito da Lei Eleitoral quando se duvidava se esses princípios eram materialmente estatutários e se também em matéria eleitoral nós beneficiávamos do privilégio da iniciativa legislativa exclusiva resolveu-se isso de uma forma muito prática: a Constituição passou a dizer que as Assembleias Legislativas têm iniciativa legislativa exclusiva quer em matéria de Estatuto, quer

em matéria eleitoral. Acabou o problema. É para isso que nós existimos, para resolver problemas e não para fazer manobras de diversão.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, eu espero é que resulte daqui algo de positivo. Eu espero é que à parte os direitos proprietários afinal, afinal estejamos todos de acordo e aproveitemos a oportunidade que está em cima da mesa e na qual estamos a trabalhar de, de forma unânime e em matéria de revisão constitucional, propormos e conseguirmos que a Constituição preveja expressamente, para que não haja qualquer de dúvida, que é lícito, que é legítimo, que é positivo, que é possível, que é uma competência das regiões autónomas, através das suas assembleias legislativas, criarem provedores setoriais regionais.

É em termos práticos também o melhor, o útil, o prático, positivo que deve resultar desta discussão.

Como também aqui foi dito e muito bem não podemos efetivamente confundir, embora às vezes confundamos, o que é uma resolução (independentemente do ardor que possamos compreensivelmente pôr em algumas) com aquilo que é uma lei, que também é nossa competência.

A respeito de haver outros que até não cumprem. Bom, isso acontece sempre. Eu gostava de lembrar a este respeito que os atos da Presidente desta Assembleia são atos políticos para os quais cabe recurso para este plenário, não cabe naturalmente nestas matérias recurso judicial, mas creio que toda a gente também percebeu (cada um fará aquilo que entender) que a Sra. Presidente da Assembleia tem um respaldo jurídico fortíssimo para a sua decisão. Alguma coisa há de querer significar uma declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral.

Respeitarmos o estado de direito, mesmo quando nalguns casos legitimamente não concordamos, é um princípio essencial para manter a democracia e a autonomia.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições o ponto está encerrado.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos dentro de 15 minutos.

Eram 16 horas e 39 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 01 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto cinco da Agenda: **Apresentação e debate do Relatório da “Comissão Eventual de Inquérito à Rede de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores”**.

Rege esta matéria o artigo 16.º do DLR n.º 37/2012/A, de 18 de setembro, e o artigo 132.º do nosso Regimento.

O Relator da comissão dispõe de 15 minutos para apresentação deste relatório e cada grupo e representação parlamentar, assim como o Governo, dispõe depois de 10 minutos para participarem no debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha, relatora da comissão.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Relatório da comissão eventual de inquérito à Rede de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores

A 1 de Agosto de 2018 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um requerimento para a constituição de uma Comissão Eventual de Inquérito à Rede de Cuidados Continuados da Região Autónoma dos Açores, subscrito por doze deputados do Grupo Parlamentar do PSD, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 73.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A constituição da Comissão foi decidida por despacho de Sua Excelência a Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, n.º 1581/2018 de 4 de setembro de 2018, publicado no Jornal Oficial, II Série, n.º 170 de 4 de setembro de 2018.

A Comissão Eventual de Inquérito à Rede de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores é composta por um total de 13 deputados, sendo 7 eleitos pelo PS, 4 pelo PSD, 1 pelo CDS-PP e 1 pelo Bloco de Esquerda. Os deputados das Representações Parlamentares do PCP e do PPM participam na comissão sem direito a voto.

A Comissão Eventual de Inquérito à Rede de Cuidados Continuados da Região Autónoma dos Açores é constituída pelos seguintes Deputados:

PS: Pedro Moura, Mónica Rocha, João Paulo Ávila, Marta Couto substituída por Renata Botelho, Mário Tomé, Tiago Branco e Sónia Nicolau;

PSD: Mónica Seidi, Bruno Belo, Carlos Ferreira e Sabrina Furtado;

CDS: Rute Gregório substituída por Jorge Paiva;

BE: Paulo Mendes;

PCP: João Corvelo (participa sem direito a voto).

PPM: Paulo Estevão (não participou nos trabalhos da Comissão).

A Mesa da Comissão Eventual de Inquérito à Rede de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores foi eleita em reunião realizada a 9 de setembro pelas 14:30 horas, na sede da ALRAA.

Foram eleitos para Presidente o deputado Pedro Moura (PS), para relatora a deputada Mónica Rocha (PS) e para secretária a deputada Sabrina Furtado (PSD).

Na segunda reunião da Comissão Eventual de Inquérito, realizada a 8 de outubro de 2018 na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na cidade da Horta, foi aprovado por unanimidade o regimento de funcionamento interno, o qual orientou o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão.

Nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional 37/2012/A de 18 de setembro procedeu-se à prorrogação do prazo de conclusão do inquérito por um período de 90 dias.

A 6 de junho de 2019 em sessão plenária da ALRAA foi aprovada a deliberação de suspensão da data para entrega do relatório final pela Comissão Eventual de Inquérito à Rede de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores até ao dia 16 de julho de 2019.

Nos termos do despacho n.º 1581/2018 de sua excelência a Presidente da ALRAA, a Comissão tem o seguinte objeto:

- a) analisar e avaliar os procedimentos adotados pelas Secretarias Regionais da Solidariedade Social e da Saúde, bem como pelos departamentos do Governo Regional e entidades públicas tuteladas pelas referidas Secretarias Regionais nos casos de alegados maus tratos a idosos divulgados por órgãos de comunicação social;
- b) analisar e avaliar os procedimentos adotados pelas entidades que gerem as unidades de internamento que compõem a Rede de Cuidados Continuados Integrados (RCCI) nos casos referidos na alínea a);
- c) apurar se houve falhas ou omissões por parte das entidades envolvidas nos casos referidos nas alíneas a) e b);

- d) apurar se as eventuais falhas ou omissões detetadas no âmbito dos casos a que se reportam as alíneas a) e b) persistem na atualidade;
- e) analisar e avaliar os procedimentos atuais seguidos por todas as entidades, públicas e privadas, da Região, que tutelam ou gerem as unidades de internamento que compõem a RCCI;
- f) analisar e avaliar os indicadores de qualidade dos cuidados prestados nas unidades de internamento que compõem a RCCI;
- g) analisar e avaliar os recursos humanos disponíveis nas unidades de internamento que compõem a RCCI, bem como os planos de formação existentes para os prestadores de cuidados aos utentes da RCCI;
- h) analisar e avaliar a necessidade de aperfeiçoamento legislativo em matéria de Cuidados Continuados Integrados e de alterações ao modelo de financiamento das unidades que compõem a RCCI.

Na terceira reunião da Comissão, ocorrida a 15 de outubro de 2018, na sede da ALRAA foi aprovado por unanimidade o questionário indicativo do inquérito parlamentar, elaborado nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do DLR 37/2012/A de 18 de setembro composto por oito objetivos e 51 quesitos.

Com a finalidade de responder aos objetivos e quesitos acima apresentados foram realizadas 19 reuniões, 10 visitas e 25 audições.

Atendendo ao objeto que fundamentou a criação da presente Comissão de Inquérito e em resultado das diligências realizadas e da análise da documentação solicitada, e que faz parte integrante deste relatório como anexo, a Comissão apresenta as seguintes conclusões e recomendações:

CONCLUSÕES:

1. As primeiras denúncias sobre os casos de alegados maus-tratos tiveram origem em informações anónimas em agosto de 2016.
2. As Secretarias Regionais da Saúde e da Solidariedade Social, após o conhecimento das denúncias de alegados maus-tratos e inconformidades detetadas de diversa

natureza, desencadearam um conjunto de ações para que fossem avaliadas todas as situações reportadas nos órgãos de comunicação social.

3. Aumentou-se o número de ações inspetivas à Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, após o conhecimento das denúncias realizadas no ponto 1.
4. Um dos procedimentos adotados foi o encerramento da Unidade da Rede de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, por despacho de 19 de outubro de 2016, do ex-Delegado de Saúde, Dr. Paulo Margato.
5. Foi criada, pelas Secretarias Regionais da Saúde e da Solidariedade Social, uma Equipa Multidisciplinar, com funções pelo período de seis meses sob a responsabilidade do ex-Delegado de Saúde, Dr. Paulo Margato, a partir de outubro de 2016 e que resultou na revogação parcial do despacho referido no ponto 4. das Conclusões.
6. Através dos diversos atos e procedimentos comprovaram-se inconformidades do foro estrutural, comportamental e procedimental na Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.
7. A Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada reconhece a existência de constrangimentos ao nível estrutural, comportamental e procedimental.
8. A Unidade de Cuidados Continuados Integrados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada não resolveu as necessidades corretivas com a celeridade desejável, criando obstáculos ao trabalho realizado pela Equipa Multidisciplinar.
9. A Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada solicitou uma avaliação à União de Misericórdias ao qual não se conheceu o seu resultado e à data da audição do Provedor (8 de março de 2019) ainda não tinham ocorrido visitas por parte de quem estava a fazer essa avaliação à Unidade.
10. Na Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada atestou-se o acompanhamento contínuo no sentido de assegurar a boa prestação de cuidados de saúde por parte da Equipa Multidisciplinar.

11. De acordo com as inquirições realizadas aos elementos da Equipa Multidisciplinar, aquando do início das suas funções na Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, a avaliação efetuada aos procedimentos realizados pela entidade era negativa.
12. Não houve omissões ou falhas, uma vez que a partir do momento do conhecimento das denúncias referidas no ponto 1. destas conclusões, as entidades desencadearam os procedimentos necessários para averiguar e atuar perante a situação.
13. Conforme a audição do Dr. Paulo Margato, ex-Delegado de Saúde de Ponta Delgada, este informou ter conhecimento de inconformidades na Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada desde 2006, através do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas.
14. O compromisso assinado entre a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada e a Delegação de Saúde de Ponta Delgada em outubro de 2016, realça as inconformidades existentes e com necessidade de correção premente, o que configura a assunção quer de falhas quer de omissões por parte desta Unidade.
15. Por parte da Equipa Multidisciplinar, não obstante o referido no ponto 4, havia uma expectativa de que a mesma se mantivesse em funções, o que, na opinião dos ouvidos, teria contribuído para uma contínua melhoria dos cuidados prestados.
16. Constatou-se nas audições realizadas aos elementos da Equipa Multidisciplinar que, após a reunião para apresentação do último relatório elaborado por parte desta Equipa, mantiveram-se em funções na Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada os técnicos desta, à exceção dos técnicos em representação da área da Saúde, sem qualquer coordenação por parte do responsável (ex-Delegado de Saúde, Dr. Paulo Margato).
17. Pela audição dos membros da Equipa Multidisciplinar apurou-se que à data da apresentação do Relatório estavam reunidas as condições de melhoria do serviço prestado e criadas condições para a readmissão de doentes na Unidade da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada. Estas ações traduziram-se numa melhoria

dos indicadores de qualidade utilizados pela Estrutura de Coordenação Regional, explanadas nas grelhas de avaliação que se encontram presentes no sítio da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados.

18. De acordo com a inquirição ao atual Delegado de Saúde de Ponta Delgada este informou que foi realizada uma vistoria em dezembro de 2018 tendo sido identificadas inconformidades, mas que estas não estavam relacionadas com os alegados casos de maus-tratos.
19. De acordo com a informação prestada na audição do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada está-se a proceder à regularização das inconformidades ao nível infraestrutural.
20. A Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados dos Açores, formalmente constituída em 2008, mostra-se como importante resposta social e com margem de progressão naquelas que são as necessidades que suportam a constituição da Rede e os serviços prestados.
21. Em todas as inquirições e visitas realizadas constatou-se a importância da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados nos Açores.
22. O tempo que mediou a nomeação dos responsáveis para a Equipa de Coordenação Regional, entre novembro de 2016 e março de 2019, pode ter fragilizado o funcionamento da Rede, incluindo-se aqui o período temporal em que dois elementos desta Equipa pediram a demissão das suas funções.
23. De novembro de 2018 a março de 2019 a Coordenação da Rede foi assumida pela Direção Regional da Saúde.
24. Foi tornada pública a 7 de março de 2019 a nomeação de uma nova Equipa de Coordenação Regional.
25. Com base nas inquirições realizadas constatou-se que a comunicação existente entre a Equipa de Coordenação Regional e as Equipas de Coordenação Locais até novembro de 2018 era manifestamente insuficiente.

26. Em resultado das visitas e inquirições realizadas, constatou-se que a plataforma de comunicação implementada entre as Equipas de Gestão de Alta (EGA) e as Equipas de Coordenação Local (ECL) foi uma mais-valia na agilização dos processos, desde a sinalização à colocação do utente numa Unidade.
27. Todas as Unidades de Cuidados Continuados Integrados dos Açores visitadas cumprem os requisitos e objetivos previstos nos protocolos celebrados.
28. Foi possível aferir, com base na documentação solicitada e recebida por esta Comissão, que as reclamações formalizadas são residuais, tendo seguido os procedimentos estabelecidos para o efeito.
29. A ausência da definição de instrumentos de medição da qualidade (por exemplo, grelhas) de forma uniformizada para todas as Unidades prejudica a avaliação da qualidade, bem como a sua efetiva aplicação a todas as Unidades.
30. Do trabalho desenvolvido (documentação e visitas), constatou-se que as Unidades que compõem a Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados cumprem com os rácios exigidos pela legislação, ou seja, a relação entre o número de técnicos por utente.
31. Com base nas audições ao Secretário Regional da Saúde, e nas visitas efetuadas às Unidades na dependência da USISM, resultou que nas Unidades de Rede instaladas nos Centros de Saúde quando não era possível o cumprimento dos rácios estabelecidos ou atendendo ao grau de dependência dos doentes internados era suspensa a admissão de mais utentes para estas Unidades. O objetivo era manter o nível de qualidade na prestação dos serviços.
32. Constatou-se que os processos concursais para a área de Enfermagem já se iniciaram e permitirão mitigar a situação referida no ponto 32.
33. Foi possível perceber, com base na documentação solicitada e recebida que as Unidades que compõem a Rede têm o seu próprio Plano Formativo e que abrange todas as valências da Instituição.

34. Não foram implementados planos específicos de formação para as Unidades de Cuidados Continuados dos Açores até novembro de 2018.
35. A legislação produzida no início da constituição da Rede permitiu iniciar a implementação e operacionalização de uma Rede de Cuidados Continuados nos Açores de forma progressiva e consistente. Porém, face à dinâmica dos serviços prestados e das exigências da sociedade importa revisitar a legislação que suporta o funcionamento da Rede.
36. Das inquirições realizadas foi unânime que o valor protocolado entre as instituições e o Governo Regional deve ser atualizado.
37. As ilhas com menos população onde as relações familiares e de vizinhança são mais intensas constituem realidades mais propícias ao envolvimento das equipas de apoio domiciliário integrado. Contudo, e conforme confirmação – quer pelos responsáveis das respetivas unidades de saúde de ilha, quer pelo Secretário Regional da Saúde – a ação das unidades de cuidados continuados das ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico e Flores não é complementada pela ação destas equipas.
38. A Equipa Multidisciplinar teve um papel fundamental na tentativa de estabelecer parâmetros mínimos infraestruturais e de funcionamento de serviços e de organização na unidade de cuidados continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.
39. A rotatividade do pessoal de enfermagem é uma característica transversal a todas as instituições privadas com quem a Região mantém protocolos no âmbito da prestação de cuidados continuados. Nesse sentido, a acumulação de funções entre o setor público e privado pode contribuir para prejudicar o serviço prestado nas unidades de cuidados continuados protocolados.
40. Os indicadores utilizados (como por exemplo, as taxas de mortalidade) têm subjacente dados que podem distorcer a realidade, dada a dimensão, tipologia, idade dos utentes e natureza dos cuidados prestados.

41. À data da última audição ao Sr. Secretário Regional da Saúde, ainda não se encontrava definido o modelo de monitorização e avaliação, de acordo com o Art. 22.º da Portaria n.º 37/2015, de 31 de março.

RECOMENDAÇÕES:

1. Importa clarificar o quadro legislativo e regulamentar sobre quem, e como, exerce a monitorização ou avaliação periódicas das unidades de cuidados continuados.
2. As tutelas, quanto antes, devem definir o modelo de monitorização e avaliação, previsto no Art. 22.º da Portaria n.º 37/2015, de 31 de março e atender à necessidade de se distinguirem os indicadores de avaliação dos cuidados prestados para as unidades de média duração e reabilitação das unidades de longa duração.
3. Reforçar a articulação entre as autarquias, agentes comunitários locais e a Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados, por forma a facilitar os processos de identificação de casos nas respetivas comunidades.
4. Garantir que sejam criadas equipas de apoio integrado domiciliário em todas as ilhas, com especial atenção às ilhas menos populosas e mais envelhecidas demograficamente.
5. A certificação das diversas instituições que compõe a Rede Regional de Cuidados Continuados e Integrados, de forma a melhorar a uniformização de procedimentos. Por fim, o PS aprovou a totalidade de 41 conclusões apresentadas; o PSD votou a favor de 38 conclusões e votou contra 3; o Bloco de Esquerda votou a favor de 38 conclusões e absteve-se em 3; o CDS votou a favor de 38 e absteve-se em 3 conclusões.

O presente relatório foi aprovado com os votos favoráveis de 7 deputados do PS, 1 do deputado do Bloco de Esquerda e 1 do deputado do CDS e 4 votos contra dos deputados do PSD.

Disse.

(Para leitura integral do referido relatório aceder a:
<http://base.alra.pt:82/DocNoticias/NI12234.pdf>)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Relatora.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A confiança dos açorianos nas suas instituições sejam elas públicas ou privadas é, para o PSD/Açores, da maior importância.

A correta prestação de cuidados continuados aos nossos idosos nunca pode ser posta e causa e se tal vier a acontecer é obrigação do PSD/Açores, enquanto partido líder da oposição, encetar todos os seus esforços para que o cabal esclarecimento e apuramento dos responsáveis sejam levados a efeito.

Assim, e face às notícias que foram surgindo na comunicação social da Região e do país em julho de 2018 que davam conta de denúncias de maus tratos a utentes da Rede Regional de Cuidados Continuados o PSD/Açores considerou e propôs a constituição de uma comissão de inquérito parlamentar que tivesse por objetivo o apuramento de eventuais falhas ou omissões na prestação de cuidados a idosos e avaliar indicadores de qualidade de toda a Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados.

Os trabalhos desta comissão de inquérito decorreram entre setembro de 2018 e julho de 2019, tendo sido inquiridas diversas personalidades ligadas à Rede Regional de Cuidados Continuados.

Ao fim de nove meses de trabalho é com profundo desagrado que constatamos que os objetivos primordiais desta comissão e que motivaram da nossa parte a constituição da mesma não foram atingidos por diversas razões é certo, mas o que sobressai no final destes nove meses é que os objetivos não foram alcançados.

Dizer que houve falta de tempo para a conclusão dos trabalhos ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Mas quem é que disse que houve falta de tempo?

A Oradora: ... não serve como argumento para a forma como os mesmos se desenvolveram.

Não poderemos discordar mais deste argumento. Ora vejamos.

Consultando as convocatórias facilmente se verifica que esta comissão só após quatro meses da sua constituição procedeu às primeiras audições, a 25 de janeiro de 2019. Recordamos ainda que as mesmas foram agendadas de forma potestativa e que foram propostas pelos deputados do PSD/Açores.

Recordamos também que em fevereiro de 2019 se procedeu à prorrogação por mais três meses dos trabalhos desta comissão, conforme se encontra previsto legalmente, ou seja, os trabalhos decorreram durante nove meses, o que em nosso entender seria o tempo necessário para que pudéssemos, por exemplo, visitar todas as instituições da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados da Região o que não aconteceu, porque o PS não quis.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Se a senhora estivesse disponível era possível!

A Oradora: Recordamos ainda que entre o plenário da Assembleia Legislativa do mês de maio que terminou a 10 de maio de 2019 e que até ao dia 11 de junho do mesmo ano não foi emitida nenhuma convocatória. Mais uma vez os deputados do PSD/Açores não concordaram com esta atitude, tendo dela dado conhecimento ao Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito.

As visitas previstas às unidades foram assim substituídas pela realização de audições várias durante uma manhã aos responsáveis das Unidades de Cuidados Continuados das ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico e Flores. Esta atitude não merece concordância da nossa parte. Não houve falta de tempo, houve sim falta de vontade política do Partido Socialista ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): E falta de disponibilidade do PSD!

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... em cumprir o plano de trabalho delineado.

Na última reunião da comissão parlamentar de inquérito foi aprovado o relatório final com as suas conclusões, tendo o PSD votado contra o mesmo. Na nota prévia presente no capítulo 8 afirma-se que em pleno curso dos trabalhos foi rececionada uma comunicação oficial do Ministério Público que transmitia a impossibilidade legal de ouvir intervenientes chave deste processo.

Ora, esta afirmação é pouco rigorosa. A presente comissão reuniu 22 vezes entre reuniões e visitas a instituições da ilha de São Miguel, uma instituição da ilha Terceira e uma instituição do Faial.

Deputado João Paulo Ávila (PS): A quantas é que a senhora foi?

A Oradora: As duas comunicações do Ministério Público que nos foram facultadas têm data de 5 de fevereiro de 2019 e 8 de abril de 2019. Esta última foi-nos entregue a 24 de abril, sendo que o seu conteúdo, ao contrário das primeiras, era objetivo e identificava de forma clara os intervenientes que se encontravam sob segredo de justiça. Portanto, impedidos de serem ouvidos.

Recordamos, e também para tal basta consultar as convocatórias desta comissão, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Ou as atas! As convocatórias ou as atas!

A Oradora: ... que nesta última data já tinham sido realizadas 18 reuniões da comissão e dois dos intervenientes mencionados pelo Ministério Público já tinham sido ouvidos.

Recordamos ainda que após o conhecimento da deliberação de 24 de abril de 2019 apenas foram realizadas mais quatro reuniões, sendo que apenas uma foi para realizar audições, nomeadamente a última audição ao Exmo. Sr. Secretário Regional da Saúde e à Exma. Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social, ambas pedidas pelo PSD/Açores.

Sob pena de haver colisão entre os trabalhos do Ministério Público e os trabalhos da comissão e de forma a proteger todos os membros desta comissão o PSD em reunião que ocorreu a 8 de maio de 2019 ...

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade! Muito bem!

A Oradora: ... anunciou que iria propor a suspensão dos trabalhos até ao trânsito em julgado das decisões que encerrem os inquéritos identificados na comunicação do Ministério Público.

Em sede de comissão todos os partidos se pronunciaram de forma favorável à suspensão dos trabalhos.

A 9 de maio, portanto, no dia seguinte, procedeu-se à votação do projeto de deliberação de suspensão dos trabalhos da comissão e lamentavelmente o Partido Socialista que no dia anterior tinha concordado com esta decisão em plenário alterou o sentido de voto e chumbou a deliberação.

Deputado Francisco César (PS): Eu não estou a perceber nada do que está aí a dizer!

A Oradora: A nota prévia do relatório final refere ainda que a comissão tem toda a informação pública e confidencial para efeitos de conclusão do presente relatório. Os deputados do PSD/Açores, membros desta comissão parlamentar de inquérito, discordam desta afirmação. Aliás, é um claro exemplo que motiva que a comissão não tinha concluído os objetivos a que propôs uma vez que até ao momento existem documentos que não foram entregues à comissão, pois segundo a tutela e o Exmo. Sr. Presidente da Comissão estão sob segredo de justiça.

Ora, consideramos que estes documentos são peças fulcrais e essenciais para o cumprimento dos objetos acima propostos. Acresce ainda que apenas as instituições que não estão na dependência direta da tutela nos fizeram chegar a informação solicitada e definida previamente em setembro de 2018 com a agravante das instituições que estão sob alçada da Secretaria Regional da Saúde não terem rececionado qualquer pedido sobre o material requerido por esta

comissão de inquérito, ou seja, os documentos com informação relevante sobre a matéria que a comissão solicitou ao Governo Regional não foram fornecidos à comissão, porque o Governo não enviou esse pedido às unidades de saúde que estão sob a sua tutela.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

(Berto Messias): Isto não é verdade! O Governo entregou à comissão tudo o que foi pedido, com exceção do que estava em segredo de justiça!

A Oradora: Assim, os deputados do PSD/Açores membros da comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar eventuais falhas ou omissões na prestação de cuidados e avaliar indicadores de qualidade de toda a Rede Regional de Cuidados Integrados propuseram alterações cirúrgicas à nota prévia do relatório final, mas mais uma vez o Partido Socialista não quis aprovar uma versão mais rigorosa, mais clara e realista daquilo que deveria constar no documento final.

No que concerne às conclusões e recomendações o Grupo Parlamentar do PSD/Açores tem ainda a referir que apresentou 22 propostas de alteração, onde se incluem obviamente conclusões diferentes das apresentadas pelos restantes partidos e cinco recomendações.

O Partido Socialista apenas aprovou uma proposta de alteração e uma recomendação, chumbando todas as restantes.

O PSD considera que a inclusão destas propostas seriam uma mais valia para o relatório final, transpondo de forma mais rigorosa o que foi ouvido em sede de comissão pelos demais intervenientes. O Partido Socialista assim não o entendeu.

Ficou claro que a falta de instrumentos de avaliação uniformizada a todas as instituições dificultou uma avaliação rigorosa dos cuidados que são prestados aos utentes e não se compreende como é que ao fim de três anos após as denúncias pouco ou nada tenha sido feito pela tutela neste sentido.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isso não é verdade!

A Oradora: O Partido Socialista não quer encontrar responsáveis para as inconformidades constatadas, sendo que algumas delas ainda persistem. Prova disso mesmo é o facto da equipa multidisciplinar que estava a desenvolver a sua ação de forma eficaz e que isto mesmo foi reconhecido por todos os intervenientes ouvidos em sede de comissão, traduzindo-se numa melhoria de indicadores de qualidade utilizados pela Estrutura de Coordenação Regional, ter sido afastada ou fim de seis meses de atuação, quando todos os elementos tinham a perceção que seriam uma mais valia continuarem a sua missão.

Não compreendemos ainda como é que é possível que o Partido Socialista não acolha a recomendação deste grupo parlamentar no sentido de recomendar ao Governo Regional que proceda a uma maior disponibilização de vagas nas valências de lar ou estruturas residenciais para idosos.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Só este ano foram mais de 100!

Deputado Luís Maurício (PSD): Onde?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Nas várias ilhas!

A Oradora: Segundo o Partido Socialista o reforço anunciado para este ano é suficiente ignorando os relatos que nos foram transmitidos por diversas instituições que nos dizem que não tão poucas vezes há doentes que após a alta da rede aguardam mais de um mês por vagas em lar.

Não obstante, ainda no presente ano de 2019 a insuficiência de respostas sociais destinadas ao idoso motivou diversos constrangimentos ao nível de cancelamento de cirurgias no hospital de Ponta Delgada.

Votámos contra o relatório por todos estes motivos, porque o nosso desígnio foi sempre de apurar a verdade e tranquilizar os açorianos.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sim, sim!

A Oradora: Os açorianos mereciam mais, mais rigor e mais transparência.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Mais rigor do PSD!

A Oradora: O PSD quis sempre cumprir na íntegra os objetivos que fundamentaram a constituição da comissão de inquérito, desiderato este que foi permanentemente dificultado pelo Partido Socialista.

Disse.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Olhe que não!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Francisco César pediu a palavra para uma interpelação à Mesa.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, é para informar a Mesa que o Deputado Pedro Moura não está presente no dia de hoje, nem na sessão plenária deste mês por motivos que penso que todos conhecem de força maior e daí não compreender que 80% de uma intervenção esteja a ser feita pela parte do PSD ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Não é 80%! O senhor é que está a dar essa impressão!

O Orador: ... a interpelar uma pessoa que não está presente, nem se pode defender. Com isso lamento profundamente a forma como o PSD orientou essa sua intervenção atacando alguém que não se pode defender por aqui não estar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pede a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi para?

Deputada Mónica Seidi (PSD): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Lamento profundamente os motivos de infelizmente o Sr. Deputado Pedro Moura não estar presente, mas também deixe-me que lhe diga Sr. Deputado Francisco César ...

Deputado Francisco César (PS): Falou no presidente da comissão pelo menos cinco vezes!

A Oradora: ... que não esteve atento à minha intervenção, porque foram faladas propostas de alteração, foram faladas recomendações.

Portanto, a sua crítica não colhe deste lado, porque infelizmente ao longo dos nove meses de trabalho havia muito mais material infelizmente a referir, havia mais ...

Deputado Francisco César (PS): Eu por acaso dirigi-me à Sra. Presidente!

Deputada Mónica Rocha (PS): Dos dois lados!

Deputado João Vasco Costa (PS): Qual é a interpelação?

A Oradora: Portanto, Sra. Presidente, dizer que 80% da minha intervenção é dirigida ao Sr. Deputado Pedro Moura, que infelizmente não está aqui presente, não corresponde de todo à verdade e acresce que também falei em propostas de recomendação de conclusão e outros assuntos tratados em sede de comissão que não versavam diretamente o deputado que aqui se fala, ...

Deputado Francisco César (PS): Sim, sim, os outros 20%!

A Oradora: ... que lamento profundamente o facto de não estar aqui presente e que obviamente não tem qualquer sentido aquilo que foi proferido pelo meu colega, Deputado Francisco César.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Mendes, para intervenção no debate, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Comissão Eventual de Inquérito à Rede de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores nasceu da contingência de responder às dúvidas levantadas sobre o funcionamento das unidades de cuidados continuados protocoladas com as Santas Casas da Misericórdia Ponta Delgada e Angra do Heroísmo.

O clima de suspeita na opinião pública teve origem em denúncias com eco na imprensa regional e em julho de 2018 num canal televisivo nacional.

Foi precisamente na esteira deste reporte mediático que o proponente fez uso do seu direito potestativo para criar esta comissão.

Consideramos que a criação desta comissão de inquérito fez todo o sentido, não só para esclarecer cabalmente responsabilidades sobre eventuais maus tratos, negligência e más práticas nas instituições protocoladas visadas, como igualmente para avaliar o funcionamento da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores.

Recorde-se que se trata de uma rede formalmente criada em 2008, mas que só deu os seus primeiros passos na sua implementação seis anos depois quando se elaborou o primeiro plano estratégico de cuidados continuados e paliativos e se deu início a uma experiência piloto no Centro de Saúde da Povoação.

Verificou-se dessa forma um espaço de tempo considerável entre a constituição formal da rede e o início da sua implementação. Aliás, julgamos que passados 11 anos a rede ainda não se encontra em pleno funcionamento, não só nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, como também e sobretudo nas restantes ilhas sobre as quais esta comissão deveria ter dedicado mais tempo e ter tido acesso a documentação crucial para avaliar o cumprimento de requisitos de funcionamento e preparar as audições aos respetivos responsáveis pelas unidades de saúde de ilha. A comissão compreensivelmente priorizou o esclarecimento sobre os alegados casos de maus tratos, negligência e más práticas reportados na comunicação social.

Todavia, viu-se impedida legalmente pelo Ministério Público de ouvir responsáveis chave pelo que até esse esclarecimento ficou incompleto.

O nosso voto favorável é em grande parte graças ao reconhecimento em nota prévia às conclusões deste relatório, acerca destas limitações, as quais concorreram para conclusões menos perentórias sobre o ocorrido nestas duas instituições e sobre o funcionamento e implementação da Rede de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores.

Se para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda é importante garantir a não interferência das comissões parlamentares de inquérito nas investigações judiciais no cumprimento do princípio da separação de poderes, também não seria menos importante zelar pela não interferência do poder judicial no cumprimento da natureza e objetivos políticos das comissões de inquérito.

Sentimos que a eventual e possível interferência do Ministério Público no desenrolar dos trabalhos da comissão de inquérito na consecução dos seus objetivos não foi esclarecida e deveria tê-lo sido, não só em prol desta comissão de inquérito, como de outras no futuro.

Consideramos que as investigações e processos judiciais impeditivos da ação política desta comissão de inquérito poderão, no futuro, caso impliquem responsabilidades políticas ser motivo mais do que válido para a constituição de uma nova comissão de inquérito.

Foram diversas as evidências documentais e testemunhais de responsáveis no decurso de várias audições que atestam a ausência de condições infraestruturais adequadas, procedimentos e comportamentos contrários às boas práticas em cuidados continuados na Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada. Essa é uma das conclusões mais importantes desta comissão de inquérito.

Contudo, e pese embora as evidências, nunca se chegou de facto a consumir o encerramento da Unidade de Cuidados Continuados desta instituição nem a acatar a recomendação da equipa de coordenação regional da rede para que as tutelas

cessassem os protocolos mantidos naquela que era e continua a ser a unidade com o maior número de utentes na rede.

Sentimos que a resistência em não encerrar e em não revogar o protocolo não deve ser compreendida sem considerar a dimensão desta unidade no computo geral da rede, no peso relativo na prestação destes cuidados na ilha de São Miguel e no concelho de Ponta Delgada.

A Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada era e continua a ser demasiado grande para que se revogue o protocolo com a Região e muito menos para ser determinadamente encerrada, porque não fica comprovada a existência de respostas alternativas para acomodar utentes desta instituição em caso de necessidade. Tudo foi feito para que a Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada não fosse encerrada pelo então Delegado de Saúde de Ponta Delgada, o que não significa que tivesse sido cúmplice dos responsáveis pela manutenção de desconformidades.

O Delegado de Saúde de Ponta Delgada à época reportou todas as irregularidades detetadas e coordenou uma equipa pluridisciplinar para intervir e instituir as mudanças necessárias ao adequando funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.

Se as mudanças infraestruturais foram feitas, atestadas inclusive por visita realizada por esta comissão à unidade em causa de acordo com os membros desta equipa faltou proceder a alterações procedimentais, pois esta equipa, apesar do mérito reconhecido por todos pelo trabalho que desenvolveu, acabou desmembrada e sem viabilidade para prosseguir o seu trabalho por mais tempo.

O reconhecimento das faltas detetadas na Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, aliado à resistência por parte dos seus responsáveis para as suprir e o mérito atribuído à ação da equipa pluridisciplinar encontram-se espelhados igualmente nas conclusões do relatório e foram também razões para o nosso voto favorável.

A comissão de inquérito também reconhece numa das conclusões do relatório a elevada rotatividade de pessoal de enfermagem nas unidades de cuidados continuados protocoladas, sendo esse um fator que prejudica a qualidade dos cuidados prestados.

Consideramos que essa rotatividade tem origem numa carreira de enfermagem no Serviço Regional de Saúde não plenamente reconhecida em termos remuneratórios, o que leva muitos destes profissionais a procurar um complemento remuneratório nestas instituições, nas quais também não usufruem de uma carreira e estatuto remuneratório condizente com a responsabilidade e natureza das funções desempenhadas.

Há, pois, que valorizar a carreira e as remunerações destes e outros profissionais de saúde para possibilitar a sua dedicação exclusiva à prestação de cuidados de saúde desta natureza.

A rotatividade de pessoal de enfermagem associado a carreiras sem a devida valorização quer no Serviço Regional de Saúde, quer nas instituições privadas até parece indicar que não estamos perante a prestação de cuidados de saúde diferenciados os quais deveriam estar sujeitos à tutela única da saúde, o que não quer dizer que os cuidados de saúde independentemente da sua natureza tenham de ser exclusivamente medicalizados numa perspetiva puramente biomédica.

Comprova-se, aliás, que a tutela da Solidariedade Social justifica-se exclusivamente pela participação de vida aos utentes em instituições protocoladas.

A protocolização da prestação destes cuidados de saúde com instituições particulares não foi o resultado de um qualquer determinismo técnico, ou de comprovada boa gestão do erário público, ou da garantia em prestar um serviço de saúde universal e gratuito. Foi, sim, resultado de uma opção política e ideológica que perspetiva a prestação de cuidados de saúde como o caminho para o acesso

tendencialmente gratuito e por uma rede protocolada com privados num lógica que nem é de complementaridade para com as respostas do Serviço Regional de Saúde. Tudo indica que o próximo passo no caso da Região será mimetizar o rumo seguido na República com um sistema cada vez mais dependente de protocolos e até mesmo com empresas numa lógica de negócio.

A Região não pode prescindir da prestação de cuidados continuados no seio do Serviço Regional de Saúde quer pelas unidades de saúde de ilha, ou por outras estruturas, se for o caso, e deve reforçar esse investimento num sistema de respostas redundantes para suprir necessidades emergentes no futuro.

Em suma, a protocolização destes cuidados deve ser uma exceção de cariz supletivo e transitório e nunca como regra.

Justificar a delegação de uma obrigação constitucional acometida à Região por uma alegada competência histórica da Misericórdia de Ponta Delgada na prestação de cuidados de saúde também serviria para defender que a Região nunca deveria ter chamado a si a responsabilidade para constituir e gerir o atual hospital de Ponta Delgada.

Essa confiança cega numa experiência histórica na prestação de cuidados não pode ter sido o único requisito para formalizar protocolos nesta área com a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, como parece ter acontecido, dada a ausência de qualquer tipo de licenciamento atribuído à Unidade de Cuidados Continuados à data da assinatura do protocolo.

A Região formalizou protocolos para a prestação de cuidados continuados, portanto, cuidados de saúde diferenciados com unidades privadas de saúde com valências de internamento sem que estas estivessem devidamente licenciadas. Esse é um facto incontornável. É certo que a legislação para licenciamento específico destas unidade só surgiu após a formalização destes protocolos em 2016. Porém, teria sido possível licenciar estas unidades como se fossem e são para todo o efeito unidades de saúde privadas com valências de internamento.

Enquanto qualquer gabinete médico, clínica privada e consultório médico dentista requer licenciamento (e ainda bem que assim o é) para funcionar à data da formalização destes protocolos considerou-se que para a prestação de cuidados continuados tal não seria obrigatório nem necessário.

É, pois, necessário investir na disponibilização de mais camas no Serviço Regional de Saúde em cuidados continuados, reforçar a resposta em cuidados paliativos e os cuidados ao domicílio através das equipas multidisciplinares naquele que é um recurso previsto na legislação que criou a rede, porquanto as camas para a prestação de cuidados continuados não podem continuar a ser ocupadas por utentes que precisam de cuidados paliativos ou por uma resposta de lar.

Estas equipas multidisciplinares poderão ser, aliás, um recurso aos cuidadores informais de número desconhecido na Região, mas que prestam decerto um serviço inestimável nas várias ilhas cujo reconhecimento deve ser formalmente instituído na rede.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Este relatório também traça um conjunto de recomendações demonstrativas do empenho dos membros da comissão de inquérito no diagnóstico, das falhas, insuficiências da rede, tendo sido esse também um motivo para o nosso voto favorável.

Assim, sendo certo que o quadro legislativo atual deve sofrer alterações com vista à sua atualização e clarificação de papéis e respetivas competências acometidas às diversas estruturas o principal problema reside na falta de vontade política para o concretizar.

Finalmente, creio que os deputados e deputadas desta comissão serão unânimes em reconhecer o enorme potencial que esta Rede de Cuidados Continuados encerra, um potencial que interessa preencher e ultrapassar na medida em que tendencialmente serão cada vez mais os seus utentes.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate.

Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra para o Presidente desta comissão de inquérito que infelizmente não pode estar connosco hoje. Bem sei o quanto o queria fazer, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

O Orador: ... tal como o fez de forma responsável a todas e em todas as reuniões e visitas realizadas ao contrário de outros.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em julho de 2018 foi criado um alarme social na nossa Região e que teve por base um programa televisivo que veio por em causa a prestação de um serviço tão essencial para a nossa Região e que foi criado com um árduo trabalho de vários profissionais das áreas da saúde e social, bem como o trabalho de vários políticos dos governos do Partido Socialista que rapidamente perceberam a importância da criação e da existência deste serviço.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Os deputados do Partido Socialista nesta Assembleia, reconhecendo que o referido programa necessitava de uma imediata e cabal resposta das entidades competentes na matéria em causa, prontificaram a fazer, através da chamada com carácter de urgência à Comissão de Assuntos Sociais, o dos alegados responsáveis eventualmente por ação ou omissão pelos maus tratos infligidos nas citadas unidades de cuidados continuados.

Foi o Partido Socialista o primeiro partido nesta Casa a querer esclarecer tudo o que os açorianos viram naquele programa.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Mas houve quem não ficasse satisfeito com os esclarecimentos obtidos e iniciasse uma corrida desenfreada que culminou com o anúncio de um inquérito parlamentar, o qual apenas visava ganhos políticos e nunca pelo período temporal de vigência de uma comissão de inquérito o imprescindível e célere esclarecimento de todas as graves, inaceitáveis, criminosas situações apresentadas naquela peça televisiva.

Deputado Luís Maurício (PSD): A justiça é que vai dizer isso!

O Orador: Senão vejamos: todos os quesitos desta comissão de inquérito foram aprovados por unanimidade, todas as diligências decididas para responder a todos os quesitos foram aprovadas por unanimidade, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Não foram foi cumpridas! Aprovadas foram!

O Orador: ... nenhum partido utilizou a prerrogativa de um agendamento potestativo (julgo ser a primeira vez nesta Casa numa comissão de inquérito), ou seja, a unanimidade gerada em torno desta comissão foi notória e só não se pode comprovar em documentos oficiais desta comissão, porque o PSD que tinha a responsabilidade de secretariar esta comissão com toda a plenitude que lhes era exigida numa matéria desta natureza, sendo ainda para mais o proponente da mesma, não elaborou qualquer ata do início ao fim dos trabalhos.

Deputado José San-Bento (PS): O que é isso?

O Orador: Aliás, não é verdade que se tenha impedido diligências já que aquando do anúncio de encerramento da comissão, na reunião do dia 24 de abril, na delegação da ilha Terceira, o PS insistiu para que se marcassem mais diligências, mas nenhum partido se mostrou disponível para o fazer.

Ora, isso demonstra bem quem estava de corpo e alma nesta comissão de inquérito, quem agia de forma responsável, quem queria responder de forma exaustiva e

esclarecedora àqueles que eram os verdadeiros objetivos desta comissão de inquérito.

O PS foi o garante de estarmos hoje aqui a debater este relatório.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Foi o PS que garantiu a elaboração de um documento esclarecedor que responde aos anseios criados nos açorianos.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sim, sim!

O Orador: Foi o PS que garantiu que, perante os processos judiciais que decorrem, se salvaguardasse esta Casa, os deputados desta comissão de inquérito e todas as pessoas nela inquiridas quando se propôs que audições fossem realizadas à porta fechada para que todos os deputados pudessem perguntar o que quisessem e todos os inquiridos pudessem responder o que quisessem sem que para isso houvesse perigo de violação do segredo de justiça.

Deputado Bruno Belo (PSD): Podiam ser realizadas à porta aberta!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Enganaram-se nas audições!

O Orador: Foi o PS que garantiu que tudo ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Foi o PS que garantiu que tudo pudesse ser perguntado e tudo pudesse ser respondido.

Deputado Bruno Belo (PSD): Foi o PS que escondeu essas audições!

O Orador: Por outro lado, houve quem não agisse dessa forma.

O PSD foi o partido que propôs a criação da comissão de inquérito, mas foi o partido que abandonou reuniões, abandonou inquirições, não quis perguntar, não quis saber.

O PSD foi o partido que propôs a criação desta comissão de inquérito, mas foi o partido que quis que ela terminasse antes do seu tempo, sem que esta Casa terminasse aquela que era a sua obrigação de esclarecimento dos açorianos. Por isso é que é importante dizer e repetir vezes sem conta: esta comissão de inquérito respondeu aos anseios dos açorianos e não aos interesses do PSD.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Permitam-me que termine esta minha intervenção saudando o CDS-PP, o Bloco de Esquerda que trabalharam junto com o PS para que os consensos alargados prevalecessem até ao final ...

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor é o único que está certo!

O Orador: ... e que permitiu que as conclusões finais do relatório fossem aprovadas com votos favoráveis de três dos quatro partidos com assento na comissão, que mais de 80% das respostas aos quesitos fossem aprovadas por unanimidade e 98 fossem aprovadas por três partidos.

Uma palavra também ao PCP que a determinada altura dos trabalhos desta comissão foi essencial para o normal decorrer destes trabalhos.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Isto é surreal!

Deputado Bruno Belo (PSD): Não vá o diabo tecê-las! A votação do orçamento é daqui a dias!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A verdade está refletida nas conclusões e o contributo para a melhoria de todo o sistema consta das respetivas recomendações, ou seja, foi possível clarificar e esclarecer a importância que esta resposta social e de cuidados de saúde tem na

nossa Região e também permite clarificar a margem de progressão e melhoria que existe.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso é que para o Partido Socialista é importante ver que o Governo Regional dos Açores de forma responsável já dá seguimento àquelas que foram as recomendações desta mesma comissão de inquérito.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é que é governar!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É assim que de forma responsável se dá resposta aos anseios dos açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta comissão surge em agosto de 2018 com os objetivos gerais de apurar as responsabilidades e falhas na forma como são tratados os idosos nos Açores e em particular nas unidades de internamento que constituem a Rede de Cuidados Continuados Integrados e avaliar a qualidade dos cuidados prestados aos idosos em toda a Região.

No requerimento do PSD estava também mencionado o facto de apurar os factos relativos às denúncias que tinham surgido na comunicação social e foi com este intuito que surge esta comissão eventual de inquérito.

É verdade que no decorrer dos trabalhos da comissão existiram várias situações, como o impedimento que já foi aqui mencionado da audição legal da Dra. Margarida Moura, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

(Berto Messias): A Dra. Margarida Moura foi ouvida!

A Oradora: ... dos representantes da Santa Casa da Misericórdia por estarem a decorrer os inquéritos judiciais que se encontravam em segredo de justiça ou não termos acesso a determinados documentos e sem dúvida que isso fez com que os resultados esperados por esta comissão não fossem atingidos na sua plenitude.

O CDS votou favoravelmente este relatório por estarem refletidos vários aspetos que estão a correr menos bem nestas instituições e nesta rede e também porque no relatório, a verdade, é que estão plasmados os factos dos trabalhos que decorreram em trabalho de comissão o que não significa que estejamos de acordo, ou que estejamos satisfeitos com os resultados que se obtiveram desta comissão, porque a verdade é que estamos aqui nesta guerrilha política entre o PS e o PSD (o que é que aconteceu, quem é que esteve mais tempo, quem é que esteve na comissão), mas a verdade, aquilo que os açorianos pretendem saber é se efetivamente existem ou não existiram maus tratos nestas instituições e se existe a confiança para colocarem os seus idosos nestas instituições e é isso que eles pretendem que seja respondido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E não foi!

A Oradora: Derivado a várias circunstâncias, efetivamente podemos ler as conclusões do relatório, isso não é clarificado.

Também ao longo dos trabalhos parece-nos que (e isso está ressalvado nas conclusões do relatório) certas instituições como as unidades de ilha foram ouvidas numa manhã, mas a verdade é que também não foram visitadas *in loco* e isso também seria importante.

No decorrer dos trabalhos da comissão depararam-se com algumas falhas. É verdade que ficou refletido também em relatório a falta da implementação das equipas de apoio domiciliário integrado. Sem dúvida que é algo que é importante principalmente em ilhas mais pequenas onde fará até todo o sentido que estas estejam a funcionar, o mesmo não decorre.

Também ao longo do trabalho de comissão o próprio Secretário da altura da Saúde mencionou que iria dar-se um início de um processo de certificação das respetivas unidades integradas da rede. Isso também acho que é algo, essa certificação, que tem de ser implementado também como forma de garantia de como é que estas estão a funcionar, mas a verdade é que esta situação, e de uma forma mais generalizada, parece-nos que mais uma vez temos aqui uma situação em que temos uma legislação que foi criada em 2008, com a criação desta rede, mas na prática não funciona como seria exetável perante este decreto lei. A verdade é que neste caso, como em tantos outros, a lei escrita não está a corresponder à lei prática e isso é uma falha que foi detetada em vários aspetos e parece-nos que é isto que tem de ser ultrapassado e também torno a ressaltar: votámos favoravelmente o relatório, é verdade, parece-nos que estão refletidas e plasmadas a maior parte daquilo que foram as conclusões que se obteve do resultado desta comissão, isso porém não significa que estejamos satisfeitos com o trabalho que se obteve com o resultado desta comissão.

Muito obrigada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A posição da Representação Parlamentar do PPM em relação a este relatório é bastante (eu queria utilizar uma palavra que não ofendesse quem realizou este

trabalho), vamos dizer, critica. Isto é claramente insuficiente. Isto não responde aos objetivos que foram apresentados para a criação da comissão.

Os açorianos queriam respostas e a verdade é que esta comissão de inquérito não lhes dá nenhuma resposta.

Tem aqui um trabalho burocrático, administrativo, tem aqui um trabalho político ... Aliás, o representante do Partido Socialista veio aqui com um ar triunfalista e só lhe faltou foi agredir os outros intervenientes porque “o Partido Socialista garantiu”, “o Partido Socialista foi transparente”, “o Partido Socialista fez isto”, “o Partido Socialista fez aquilo” e vem aqui ... Depois, no final de tudo tinha ali umas alíneas “o PCP também foi importante; o Bloco foi compreensivo; o CSD participou” e pronto ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Uma falta de respeito por aqueles que participaram!

O Orador: Mas no final de tudo quem é que fez isto tudo?

O Partido Socialista. Foi o Partido Socialista que fez isso tudo. “Fomos nós que fizemos.”

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): De corpo e alma!

O Orador: E vê-se que foi o Partido Socialista que fez. Vê-se perfeitamente que foi feito pelo Partido Socialista, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Pela qualidade!

O Orador: ... porque este documento não tem respostas, este documento fugiu às suas responsabilidades.

Alguém consegue compreender se de facto se consegue provar nas questões dos maus tratos, das negligências, há aqui alguma afirmação que seja assumida por parte do Partido Socialista e por parte do Governo Regional?

Há aqui alguma *mea culpa* que seja devidamente assumida pelo Partido Socialista e pelo Governo Regional?

Não! É como se ninguém tivesse visto as imagens do que aconteceu, como se não existissem responsáveis e depois existe sempre a sombra do Ministério Público. Quando há qualquer coisa que é mais palpável, que é mais suspeita, que pode atingir a reputação do Governo, das instituições e de algumas pessoas envolvidas aqui há sempre a sombra do Ministério Público.

“Não, o Ministério Público não deixa, por aqui não se pode avançar.” Ou seja, este documento, lamento dizê-lo, é um documento que não dá nenhuma resposta, é um documento que a opinião pública pode ler, mas não tem nenhuma informação, não assume nenhuma consequência, não prova nenhum facto, não imputa nenhuma responsabilidade.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não apresenta nenhuma segurança aos açorianos que queiram deixar os seus idosos!

O Orador: No fim de todo este trabalho a verdade é que este documento representa um falhanço total no âmbito do desenvolvimento do trabalho deste Parlamento em relação a este caso específico.

Normalmente as comissões de inquérito em parlamentos em que existem maiorias absolutas são pouco informativas e fundamentalmente têm uma linha de pensamento que se impõe a todos os outros, mas esta é muito mais do que isso. Esta linha de pensamento, este relatório de facto em relação àquilo que se pretendia investigar e analisar não tem nenhuma, mas é que nenhuma mesmo, nenhuma resposta.

Deputada Mónica Rocha (PS): Não se deu ao trabalho de aparecer, mas critica levianamente!

Deputado Francisco César (PS): Eu gostava era de saber as votações!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

O relatório final da Comissão Eventual de Inquérito à Rede Regional de Cuidados Continuados e Integrados da Região Autónoma dos Açores permite logo à partida tirarmos três conclusões.

A primeira diz respeito à total disponibilidade do Governo Regional desde a primeira hora para prestar todo e qualquer esclarecimento aos Srs. Deputados e, portanto, a esta Assembleia sobre os casos dos alegados maus tratos a idosos divulgados por órgãos de comunicação social e sobre o funcionamento da rede no seu geral, tendo mesmo antes da constituição desta comissão eventual solicitada a Comissão de Assuntos Sociais a audição dos membros do Governo com competência nas matéria em apreço.

A segunda conclusão que podemos retirar à partida é que o relatório reflete que o Governo encetou um conjunto de diligências com vista ao cabal apuramento dos factos constantes da reportagem naquilo que são competências próprias da administração regional, mas também prestando colaboração às entidades judiciais em aspetos reservados à esfera de atuação destas últimas.

Por fim, o relatório permite concluir ainda que o Governo dos Açores encarou este processo como uma forma de identificar os principais constrangimentos em termos do funcionamento das estruturas que compõem a rede de cuidados continuados e, sobretudo, como um momento de sinalizar as oportunidades de melhoria.

Nesse sentido, de entre as iniciativas adotadas após a reportagem destacam-se a auscultação dos familiares dos utentes internados nas unidades de Angra e Ponta Delgada, a peritagem aos processos clínicos pela Ordem dos Médicos, a realização de uma avaliação externa ao funcionamento das estruturas da rede, o processo de certificação ou o início do processo de certificação das unidades que integram a rede por proposta do Sr. Secretário Regional da Saúde da altura, a realização de um

processo administrativo de averiguações tendo por base os factos constantes da reportagem.

Sras. e Srs. Deputados:

Durante todo este processo foi sempre assegurado o funcionamento da rede com normalidade, embora seja importante referir que daqui tenham decorrido implicações notórias nas relações entre as entidades intervenientes, o que conduziu a que desde março de 2019 a nova Equipa de Coordenação Regional tenha determinado como primeiro objetivo da sua atuação a melhoria da comunicação na rede e o restabelecimento das relações dentro das equipas que a constituem, assim como com as outras instituições que suportam o funcionamento da rede, nomeadamente Equipas de Coordenação Local, equipas de gestão de altas, equipas domiciliárias e hospitalares, unidade de cuidados continuados integrados nas suas diversas formas e outras instituições, designadamente hospitais, unidades de saúde de ilha, misericórdias e IPSSs.

Para o efeito foram realizadas diversas reuniões com as referidas equipas e instituições, assim como efetuadas visitas às Unidades de Cuidados Continuados para conhecimento dos doentes, auscultação dos seus dirigentes e profissionais com vista à reorganização do funcionamento, tendo em vista a melhoria da qualidade da prestação de cuidados.

Sendo o restabelecimento das relações um aspeto determinante não foi naturalmente o único a merecer a atenção por parte da coordenação regional e do Governo.

Por isso, dedicámos especial atenção a um conjunto de aspetos fundamentais para garantir a acessibilidade e qualidade dos cuidados, designadamente implementar um Sistema de Informação da Rede Regional de Cuidados Continuados, definir o Modelo de Monitorização e Avaliação, avançar com um programa de formação dos trabalhadores da Rede Regional de Cuidados Continuados e Integrados.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: No domínio da acessibilidade, celeridade e transparência dos processos e admissão e movimentação nas unidades que compõem a rede destacaria a implementação do sistema de informação que efetua uma gestão de todo o processo de referenciação até à alta do utente de forma clara e transparente, o que permite o acompanhamento e monitorização por parte da Coordenação Regional de todo o funcionamento da rede.

Com base neste sistema, já foi possível disponibilizar no site da rede informação estatística relativa ao funcionamento desta rede durante o primeiro semestre de 2019, concluindo que de janeiro a agosto de 2019 ocorreram 214 admissões.

Relativamente à definição do modelo de monitorização e avaliação, a Equipa de Coordenação Regional, em conjunto com as secretarias regionais da Solidariedade Social e Saúde, está a preparar o modelo de grelha que se encontra em fase de consulta nas coordenações locais, que serão aprovados por despacho conjunto nos termos daquilo que se encontra previsto nos artigos 31.º e 32.º do DLR 16/2008, de 12 de junho.

Concomitantemente a ECR já efetuou a seleção de indicadores para avaliação da qualidade que numa primeira fase serão os seguintes: percentagem de úlceras por pressão adquiridas nas UCCIs; número de doentes com SNGPC, ou seja, com sonda nasogastrica ou gastrostomia endoscópica percutânea; número de doentes imobilizados; número de quedas no internamento; grau de satisfação dos doentes através da aplicação de questionários de satisfação aos doentes e familiares.

Estes indicadores de avaliação da qualidade serão aprovados e publicados em despacho de acordo com os normativos também já mencionados.

Relativamente à formação. A Direção Regional de Saúde tomou a iniciativa de em 2019 assumir o desenvolvimento de duas ações concretas. O primeiro curso a pessoa nos cuidados continuados integrados realizado no Faial em junho contou com 34 formandos, entre os quais enfermeiros, assistentes sociais, assistentes operacionais, técnicos de diagnóstico e terapêutica, encarregados, médicos das

UCCIs de São Jorge, do Faial, das Flores e do Pico, estando previsto outro curso em outubro em Ponta Delgada.

Foi ainda ministrado um curso básico de cuidados paliativos destinado a profissionais de cuidados paliativos e continuados da ilha Graciosa de 29 a 31 de maio de 2019.

Para além disso, a Equipa de Coordenação Regional já se encontra a auscultar as diferentes equipas da rede quanto a eventuais necessidades de formação para implementar um plano de formação ajustado a essas necessidades identificadas já em 2020.

Para além destas três ações consideradas estruturantes estão em curso negociações com a União Regional das Misericórdias dos Açores e com a União Regional das IPSSs para atualização da diária das unidades que compõem a rede de cuidados continuados, bem como o processo de avaliação das necessidades de vagas por instituição e por tipologia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo será naturalmente diligente na implementação das recomendações constantes do relatório agora em discussão, algumas delas conforme acabo de dar conta em plena execução e outras com ações já definidas com vista à sua concretização, reafirmando assim o seu empenho e compromisso com a transparência e qualidade dos cuidados prestados.

O Governo dos Açores reafirma que não tolerou, não tolera, nem tolerará situações que ponham em causa a dignidade dos utentes de instituições que desenvolvem a sua atividade na área social e da saúde, sejam eles jovens, crianças ou idosos, de forma muito especial nos casos em que esses utentes se encontrem numa situação de maior debilidade ou de maior fragilidade.

É também por isso que no que se refere concretamente à área dos cuidados continuados por decisão do Governo existe um conjunto de requisitos que quer as

instituições que prestam apoio nessa área, quer as pessoas que trabalham nessa área têm de cumprir para poderem prestar este tipo de serviços e este tipo de cuidados.

Ao Governo cabe assim uma obrigação específica de zelar pelas condições de funcionamento destas instituições e pela qualidade de serviço que é prestado aos utentes, para além da obrigação geral de encaminhar para os serviços competentes, nomeadamente autoridades judiciais os casos em que se verifiquem crimes, como são os de ofensa à integridade física, maus tratos ou negligência ou abandono de pessoa idosa.

Utilizamos a expressão obrigação geral para salientar que essa é uma obrigação que para além do Governo impende sobre qualquer pessoa e em nosso entender de forma especial sobre aqueles que têm os utentes à sua responsabilidade.

Continuaremos a acompanhar de perto, mas acima de tudo, a trabalhar em conjunto com a Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores para que a rede seja uma rede sólida e de confiança para todos os utentes, seus familiares e população em geral, garantindo sempre um serviço de qualidade a quem deles necessita.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Volto ao debate porque ainda me faltaram algumas coisas por dizer.

É porque eu acho que este tema é uma tema fundamental, é um tema importante.

Deputada Mónica Rocha (PS): Podia ter estado na comissão!

O Orador: Sra. Deputada, eu estou em mais reuniões do que V. Exa. conseguirá estar se estiver no Parlamento os próximos 50 anos e trabalhei mais do que V. Exa. conseguirá trabalhar se estiver 100 anos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Mas que arrogância é essa! Mas que falta de humildade!

O Orador: Devo dizer que nesta matéria o que era exigida era uma resposta ...

Eu não tenho paciência para este assunto, Sr. Secretário.

Eu não tenho paciência para que não se deem respostas objetivas e que se assumam responsabilidades nesta matéria. Eu não tenho paciência.

Diz V. Exa.: “O senhor está sem paciência.”

Estou sem paciência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Eu não disse nada!

O Orador: Os açorianos estão sem paciência em relação a esta matéria. Os açorianos queriam saber o que é que aconteceu, quem foi o responsável, quais as consequências desses atos, querem saber se foram criadas as condições para que não volte a suceder e estas respostas não foram dadas.

Quando tiverem que tomar decisões em relação aos seus familiares, aos seus idosos, estes açorianos tomam decisões sem ter todas as respostas, sem o poderem fazer de consciência tranquila, porque não têm respostas e não têm essas garantias.

Esta comissão de inquérito não deu essas respostas e este Governo não deu essas garantias.

Deputado Carlos Silva (PS): Era só isso?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César, é para se inscrever?

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, para um protesto.

Presidente: Um protesto a?

Deputado Francisco César (PS): Em relação às declarações do Sr. Deputado sobre a Sra. Deputada Mónica Rocha que referiu ...

Presidente: Para defesa da bancada tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Se nós fossemos a fazer votos de protesto todas as vezes!...

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, quem não se sente não é filho de boa gente e eu acredito que na bancada do Partido Socialista todas as pessoas são pessoas de bem e que se sentem.

Vou repetir isto as vezes que forem necessárias: todos nós podemos concordar e discordar, o que não podemos nunca concordar é com a ofensa ou com a comparação entre qualidades de deputados.

Portanto, o Sr. Deputado está no seu direito de criticar o Partido Socialista pelas suas posições políticas, o que eu não lhe admito, a si nem a ninguém neste Parlamento, é que critique as qualidades das pessoas que aqui estão, porque estas pessoas são pessoas que estão aqui eleitas com o mesmo direito que têm e que estão aqui para discutir ideias e posições políticas.

Deputada Graça Silva (PS): Muito bem!

O Orador: Nós sabemos o que é que Eleanor Roosevelt dizia sobre quem discutia ideias e sobre quem discutia pessoas.

Nós com muita satisfação ficamos no campo das pessoas que discutem ideias.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para um contraprotesto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O ofendido aqui fui eu. O ofendido fui eu em relação àquilo que estava a dizer com os apartes que era preciso trabalhar, que era preciso fazer isto e que era preciso fazer outras coisas.

Deputada Mónica Rocha (PS): Mentira! A sua presença na comissão!

O Orador: Foram os apartes em relação a esta matéria que era um profundo desrespeito ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... em relação à intervenção que eu estava a realizar.

O que eu posso aqui garantir é o seguinte: à Sra. Deputada não lhe disse que a Sra. Deputada era mais ou menos inteligente, mais ou menos culta. Disse-lhe é que trabalhava menos e isso é um facto. Portanto, eu não posso aceitar estar a ser vítima, porque a vítima aqui sou eu, de apartes só da bancada de V. Exa. e V. Exa. como líder da bancada parlamentar é que tem essa responsabilidade de dizer que as intervenções, de transmitir que as intervenções dos vossos adversários políticos devem ser respeitadas.

Portanto, eu estava a ser ofendido com apartes contínuos e, portanto, a resposta que dei é aquela em que eu acredito e que é factual.

Portanto, Sr. Deputado, com apartes desses terá sempre uma resposta deste nível.

Deputado João Vasco Costa (PS): A gente já sabia!

Presidente: A Mesa de momento não tem inscrições para participação no debate.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho pouquíssimo tempo, mas gostava de fazer três considerações.

A primeira é que naquilo que foi dito quer pela Sra. Relatora, quer pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila, não está aqui em causa aquilo que o PS aprovou, está também em causa aquilo que o PS não aprovou, nomeadamente as 21 propostas do PSD, propostas de alteração, que não constam no relatório ...

Deputado João Paulo Ávila (PSD): Ninguém aprovou! Se tivesse as atas sabia!

A Oradora: ... e que transmitem de forma rigorosa e realista aquilo que se passou ao longo dos nove meses de comissão.

Portanto, com isso nós não compactuamos, porque acreditamos que as nossas propostas também eram válidas e traduziam de forma rigorosa aquilo que aconteceu.

Deputado Francisco César (PS): E as atas?

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mais! Sr. Deputado João Paulo Ávila, tentou também de várias formas atacar o PSD. Falou em corrida desenfreada, em ganhos políticos, mas nem vou perder tempo por aí, porque nem vou também classificar as suas declarações em relação à prestação dos deputados do PSD na reunião.

Sabe o que é que óbvio, o que é que fica ao fim destes nove meses?

É que é mais do que óbvio que esta comissão de inquérito serviu apenas para responder aos interesses do Partido Socialista e do Governo e não respondeu àquilo que são os interesses dos açorianos. Isso é o que consta ao fim destes nove meses de trabalho.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para finalizar, Sra. Secretária, ...

Presidente: Tem de terminar.

A Oradora: ... disse na sua intervenção que o Governo encetou um conjunto de diligências. A pergunta que lhe faço é quando?

Porque V. Exa. teve conhecimento das denúncias em agosto de 2016 e chamou os familiares no verão de 2018.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): E a senhora insiste!

A Oradora: Que outras diligências é que o Governo teve ao longo destes dois anos?

E mais! Ainda em sede de comissão assumiu que não tinha informado o Exmo. Sr. Presidente do Governo Regional destas denúncias. Portanto, V. Exa. desvalorizou perante todos os açorianos as denúncias que foram rececionadas.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O PSD esgotou o seu tempo para o debate.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma última intervenção para esclarecer aqui alguns pontos, aliás, para que todos aqueles que estão a ouvir este debate percebam o que está aqui em causa.

Desde o início dos trabalhos desta comissão de inquérito que todos nós aqui, nesta Casa, e todas as pessoas lá em casa sabiam que estavam a decorrer processos judiciais. Nós falámos variadíssimas vezes sobre esse assunto nas nossas reuniões.

Mais uma informação que poderiam constar das atas que não existem.

Mas, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nós sabíamos que havia uma linha vermelha. É verdade que os deputados de uma comissão de inquérito têm poderes de investigação, mas a verdade é que à justiça o que é da justiça e à política o que é da política e eu, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, considero-me um político. Não sou polícia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não ia entrar neste assunto, porque há efetivamente deputados nesta Casa que na falta de argumentos e na falta de conhecimento sobre o assunto o truque é aumentar o tom de voz e nós não podemos compactuar com isso ao ponto de dar tamanha importância, mas quando se entra em inverdades aí esta Casa merece esclarecer.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu sei efetivamente quem é que elaborou o relatório: foi o Partido Socialista, foi o Bloco de Esquerda, foi o CDS-PP, foi o Partido Social Democrata e sobretudo sei quem nada fez nesta comissão de inquérito e quem nada contribuiu nesta comissão de inquérito e isso foi o PPM.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Factual!

O Orador: Diga, Sr. Deputado!

Deputado João Vasco Costa (PS): Factual!

Presidente: Por favor não entrem em diálogo, Srs. Deputados.

O Orador: Estou aqui para responder. Diga, Sr. Deputado, o que é que queria dizer.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, está no âmbito do uso da palavra. Pode continuar a sua intervenção.

O Orador: O quê? Factual?

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos lá ver se nos entendemos em relação a esta matéria.

A Representação Parlamentar tem um deputado em 57. Eu não integrei esta comissão de inquérito e não integro as comissões todas. Integro, apesar de tudo, muitas comissões e integro muitas reuniões, participo em muitas reuniões, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Integrava sem direito a voto!

O Orador: ... faço imensas intervenções no Parlamento, entrego um conjunto grande de propostas e de requerimentos. Portanto, em relação ao meu trabalho eu estou de consciência tranquila, Sr. Deputado.

Agora o senhor vem aqui dizer que um partido que não integra uma comissão não fez nada. Mas é suposto que o PPM participe em todas as comissões desta Casa?

Deputado João Paulo Ávila (PS): O PCP participou!

O Orador: Para isso eu preciso que os açorianos votem mais no PPM, que não elejam um, que elejam dois, três, quatro, cinco deputados, que elejam mais deputados.

O senhor teve saudades do PPM?

Eu não posso estar em todo lado, eu não sou omnipresente. Eu não sou omnipresente, Sr. Deputado!

V. Exa. sabe perfeitamente e todos os açorianos conhecem o meu trabalho. Eu estou de consciência tranquila em relação ao trabalho que realizo.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso não é desculpa!

O Orador: Agora, V. Exa. diz: “Mas o senhor não fez parte da comissão?”

É evidente que não posso fazer parte de tudo!

Eu não posso estar em todo lado, Sr. Deputado.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Há prioridades!

O Orador: Portanto, o que lhe digo é que Vs. Exas. são 30. 30!

Se eu tivesse um grupo parlamentar de 30 ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não!

O Orador: ... eu transformava esta Região, Sr. Deputado.

Eu tenho a certeza absoluta, Sr. Deputado, que multiplicava várias vezes a produtividade do vosso grupo parlamentar, mas não! Mesmo assim deve estar ela por ela. Deve estar ela por ela, Sr. Deputado! Se formos verificar bem iniciativas, requerimentos e tudo isso deve estar ela por ela, mesmo assim. Eu mais não posso fazer.

V. Exa. acha que eu sou o super-homem. Eu sou um simples deputado como qualquer outro. Portanto, Sr. Deputado, essa crítica é uma crítica completamente deslocada, Sr. Deputado. É uma crítica completamente deslocada!

Eu sei que V. Exa (e termino) está muito ofendido. Pelos vistos teve uma participação muito extensa no relatório e não gostou que eu dissesse mal do relatório. Não gostou! Ficou ofendido! Está melindrado!

Mas o que lhe quero dizer é que eu aqui venho dizer a verdade. Como dizia o Sr. Deputado: aquilo que estou a transmitir são dados factuais e V. Exa. não quer que eu diga que isto está bom, porque não está. Não quer que eu diga que isto tem respostas, porque não tem. Não quer que eu diga que isto assume responsabilidades, porque não as assume.

Deputado José Ávila (PS): O senhor leu o relatório?

O Orador: Sra. Presidente, está a ouvir os apartes? Está a ouvir os apartes?

Presidente: Não estou, nem compete à Mesa ouvir apartes. Eu tenho outras coisas aqui para ir organizando, Sr. Deputado.

O Orador: Eu vou fazer de conta que não ouvi.

Por isso, Sr. Deputado, o senhor não gostou da apreciação que eu fiz em relação ao seu relatório.

Aliás, V. Exa. daquela tribuna disse bem de quem era a posse, rubricou várias vezes. “É meu, é meu, é meu!”

Eu digo-lhe: é mau, é mau, é mau!

O que é que quer que eu lhe diga?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Uma intervenção final apenas para clarificar um aspeto que me parecia que ao longo destas diligências pelo menos esse tivesse ficado convenientemente esclarecido, mas ao que parece não.

Eu queria dar nota de que permaneceu ao longo das audições e das questões que foram sendo colocadas penso que ao Governo uma dúvida ou uma confusão entre as diligências que foram adotadas em 2016 no decurso de um conjunto de denúncias ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): E porquê?

A Oradora: ... e em 2018.

Sra. Deputada Mónica Seidi, é verdade que o PSD votou contra o relatório, mas curiosamente votou a favor do terceiro quesito, ou seja, da resposta ao terceiro quesito que dizia exatamente respeito a procedimentos e diligências que foram adotados por estas entidades ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... em resposta às denúncias e no relatório consta exatamente todas as diligências que foram adotadas pelo Governo após as denúncias de 2016.

Deputada Mónica Seidi (PS): Não, não! Após a reportagem!

A Oradora: Portanto, no mínimo, não é razoável que a senhora venha reeditar esta questão aqui, hoje e agora.

Deputada Mónica Seidi (PSD): É sim razoável! Quisemos que lá estivesse escrito temporalmente!

A Oradora: Não é possível de facto reescrever a história, ...

Deputada Mónica Seidi (PS): Não posso! Não posso!

A Oradora: ... mas se não for suficiente o PSD ter votado favoravelmente este quesito em particular que refere as diligências de 2016, o Governo após ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

A Oradora: ... a reportagem de 2018 fez questão de tornar público por via de uma conferência de imprensa todas as diligências que adotou após as denúncias, não

sendo isso suficiente solicitou a audição dos membros do Governo exatamente com o objetivo de elencar todas as diligências adotadas pelo Governo após as denúncias de 2016 ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Após a reportagem!

A Oradora: Portanto, eu repito, não é razoável que findos largos meses de trabalho desta comissão pelo menos este aspeto não tenha ficado clarificado ou se tente reescrever aquilo que é o óbvio, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... ou seja, há um antes e um conjunto de diligências adotadas pelo Governo Regional antes da reportagem de 2018 e há um conjunto de diligências adotadas depois dessa reportagem. Isto porquê?

Porque era fundamental restabelecer a confiança dos açorianos e das açorianas no trabalho que é desenvolvido na Rede Regional de Cuidados Continuados e Integrados ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

A Oradora: ... e para tal e em função disso o Governo adotou (e eu já as referi aqui hoje as diligências que foram adotadas após essa reportagem e muito antes desta comissão de inquérito) um conjunto de diligências e eu elenquei aqui cinco.

Portanto, penso que pelo menos isso, justiça seja feita a todos os Srs. Deputados que votaram consigo favoravelmente a resposta a este quesito, que pode muita coisa ser dita à volta deste relatório, mas não pode ser dito que o Governo Regional não adotou um conjunto de diligências quando foram feitas denúncias concretas sobre o funcionamento de algumas das unidades da rede.

Presidente: Tem de terminar Sra. Secretária.

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado João Paulo Ávila (PS): E esse reconhecimento também está nas conclusões! Também foi aprovado pelo PSD!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Governo também esgotou o seu tempo para o debate.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Julgo não haver.

Vamos então encerrar este nosso ponto da Agenda e entramos agora no ponto seis.

Sr. Deputado Luís Maurício, pede a palavra para?

Deputado Luís Maurício (PSD): Para uma interpelação.

Solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos dentro de 15 minutos.

Eram 18 horas e 28 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 55 minutos.

Entramos no ponto seis da nossa Agenda: **Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 39/XI – “Regime jurídico de apoio ao cuidador informal na Região Autónoma dos Açores”.**

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. deputados, Caros Colegas:

O Governo dos Açores assume como uma bandeira transversal às diversas políticas públicas a promoção da coesão social e bem-estar das populações e é exatamente nesse contexto que apresentamos este projeto de decreto legislativo regional que visa criar o regime jurídico de apoio ao cuidador informal na Região Autónoma dos Açores.

Este diploma agora em discussão nesta Assembleia concretiza a promoção de apoio estruturado aos cuidadores informais de pessoas idosas e dependentes, consubstanciando assim mais uma medida de política social ativa que valoriza as respostas de proximidade.

Assistimos nas últimas décadas a um reforço significativo das respostas dirigidas ao atendimento da pessoa idosa e da pessoa dependente com tradução no aumento da capacidade de acolhimento em estrutura residencial, no alargamento e ajustamento dos serviços de apoio domiciliário em função das necessidades dos seus utilizadores e no incremento dos centros de dia e dos centros de noite.

Contudo, não obstante o crescimento desta rede a realidade dá-nos conta que uma parte significativa destas pessoas se mantém no seu domicílio, o que só é possível devido ao papel assumido pelos cuidadores informais.

Mas os progressos registados relativamente ao aumento da esperança média de vida e ao papel da mulher na sociedade impõem desafios acrescidos, no sentido de manter os cidadãos em situação de dependência, no seu contexto natural de vida e integrados na sua comunidade.

Importa, por isso, propiciar as condições necessárias para que estes cuidadores tenham apoio nesta missão, capacitando-os para a prestação de cuidados e para a promoção e manutenção do seu bem-estar, designadamente no que respeita a uma melhor conciliação da vida familiar e da vida pessoal.

Esta proposta vem estabelecer um conjunto de apoios diretos do cuidador informal, que vão desde o acesso à informação e formação, ao apoio psicológico, ao apoio na adaptação das habitações, ou ao apoio financeiro, entre outros. Garante ainda através de uma estreita articulação entre os serviços públicos, nomeadamente nas áreas da solidariedade social e da saúde, um plano de cuidados adequado às necessidades, quer da pessoa cuidada, quer do cuidador informal.

Neste sentido, será criado um apoio aos cuidadores informais de acordo com o grau de autonomia da pessoa cuidada num valor ainda a definir pelo Governo Regional.

Sabemos que ter pessoas idosas ou dependentes a cargo se torna um esforço acrescido em termos financeiros, pelo que este apoio será um apoio que pretende fazer face a algumas despesas que o cuidador possa ter para manter a pessoa cuidada com a devida dignidade e de forma adequada.

E porque há milhares de açorianos doentes em casa e outros tantos a cuidar deles sem ninguém os ter ensinado a fazê-lo teremos também em conta o apoio psicossocial e psicológico ao cuidador, que visa contribuir para a promoção do seu bem-estar, através do apoio na gestão das dificuldades e desafios inerentes à prestação de cuidados, assim como a informação e formação, que vão permitir uma formação adequada para o exercício das funções do cuidador, disponibilizando também informação sobre recursos e respostas.

Estará definido ainda o sistema de folgas dos cuidadores informais, com o propósito de os substituir por pequenos períodos diurnos, assim como o período de descanso anual do cuidador, que se traduz no acolhimento temporário da pessoa cuidada em estruturas residenciais, acolhimento familiar e na Rede de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores, até ao limite máximo de 90 dias por ano, por forma a que o cuidador informal possa, efetivamente, ter direito a um período para pensar em si e nas suas necessidades.

Será também garantido ao cuidador a integração em grupos de autoajuda com o objetivo de apoiar o cuidador na resolução de problemas através da partilha de experiências, assim como promover a autoestima, a autoconfiança e a estabilidade emocional dos cuidadores informais.

O Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal será uma realidade que irá funcionar como estrutura de apoio aos cuidadores, sendo constituído por profissionais das áreas da ação social, da saúde, das respostas sociais e dos cuidados continuados integrados.

Sras. e Srs. Deputados, o Estatuto do Cuidador Informal é compromisso deste Governo para com as pessoas que assumem como função a assistência a outra pessoa que por razões variadas não tem autonomia.

Com a criação deste regime jurídico de apoio ao cuidador informal estamos a cumprir com o previsto no programa do XII Governo Regional através da promoção das respostas de proximidade dirigidas à população idosa e dependente e de valorização do cuidador informal.

É, por isso, um orgulho estar aqui hoje a apresentar esta proposta, pois reflete a forma como o Governo Regional tem vindo a promover o nosso desenvolvimento e o nosso bem-estar, pensando em cada um dos açorianos.

Esperamos, por isso, que esta proposta seja encarada por todos como uma mais valia política que visa garantir respostas melhor adaptadas aos desafios do nosso território e que pretendem apoiar ainda mais pessoas, garantindo condições e qualidade de vida a todos os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que se inscrevam para o debate, caso contrário avançamos para o debate e votação na especialidade ou para a votação na generalidade em primeiro lugar.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que esta é uma proposta que carece da parte desta bancada a sua aprovação e não há qualquer contestação em relação a isso mesmo. Aliás, em sede de orçamento para 2019 inscrevemos uma menção que dizia respeito aos cuidadores informais, aos seus direitos e aos seus deveres.

Portanto, sem dúvida que a ausência do Estatuto de Cuidador Informal tem constituído até agora uma lacuna neste setor.

Consideramos que este é um primeiro passo para começar a cuidar de quem cuida e, portanto, consideramos que a existência desta estrutura legal, na qual se inscrevem direitos e deveres do cuidador informal, será uma mais valia e também será mais fácil num futuro próximo completá-la e obviamente melhorá-la.

Sabemos também em relação àquilo que são os números a nível nacional, que existem cerca de 800 mil cuidadores informais, sendo que 250 mil são cuidadores informais a tempo inteiro, mas não sabemos os números da nossa Região. Portanto, consideramos que teria sido uma mais valia termos feito uma caracterização do perfil e sabermos exatamente o número de cuidadores informais que temos na nossa Região.

Pensamos que fazia todo o sentido conhecermos a realidade para *a posteriori* produzirmos um documento que fosse mais fidedigno daquilo que é a realidade da nossa Região. Foi assim a nível nacional. Inicialmente houve a constituição de um grupo de trabalho e que então posteriormente surgiu um documento que se designa por Estatuto do Cuidador Informal.

Relativamente à proposta que o Governo aqui traz hoje.

Como disse em sede de comissão a Exma. Sra. Secretária da Solidariedade Social é um documento simples e despretensioso. É isso mesmo. É um documento que em nosso entender pode ser melhorado e seguramente sê-lo-á ao longo do tempo, mas também com medidas simples que nós hoje trazemos a esta Casa, porque achamos que de facto são um contributo para os milhares de açorianos que necessitam destas medidas.

No entanto, lamentamos que as medidas que nós consideraríamos mais eficazes, nomeadamente as medidas de proteção social, as medidas laborais e as medidas fiscais, também sabemos que são as medidas que não são consensuais, não cabem neste documento obviamente porque a Região não tem competência para tal, mas uma referência a isto porque obviamente será no futuro, ou num futuro próximo seguramente aquilo que não será consensual e que levará a um debate mais amplo que não sê-lo-á certamente nesta Casa.

Também de forma simples, como referi, de forma simbólica, apresentamos propostas de alteração que visam obviamente melhorar o documento, nomeadamente a nível do artigo 13.º, quando se fala ... Desculpem, no artigo 8.º, quando se fala no sistema de folgas, nós propomos que o tempo que está preconizado no documento original das oito horas por mês seja aumentado para 16 horas por mês, porque pensamos nós ser o mais adequado. Aliás, num dos pareceres rececionado no âmbito deste diploma houve também uma instituição que vai de encontro àquilo que é a nossa pretensão, obviamente com benefício quer do cuidador informal, quer da pessoa cuidada.

Relativamente ao artigo 9.º, no que concerne ao período de descanso anual do cuidador, nós consideramos que não deveria haver nesta fase inicial limite máximo atribuído, até porque seguramente há cuidadores informais que necessitarão de mais de 90 dias, mas também existirão outros que obviamente não gozarão do tempo máximo limitado, mas havendo uma estrutura, nomeadamente o Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal, que faz a gestão deste plano de cuidados pensamos que com esta estrutura em vigor e no terreno não é necessário haver um limite máximo de dias, porque serão eles os responsáveis por traçar o plano também do cuidador, onde incluirão obviamente o tempo de descanso anual.

Portanto, estar aqui a limitar este descanso não faz sentido, até porque a pergunta é: o que é que acontece quando forem ultrapassados os 90 dias de tempo de descanso anual?

Nomeadamente ao nível do artigo 13.º temos que salientar de facto que consideramos uma mais valia a existência de um plano de cuidados. Relembrar que esta medida também foi defendida pelo Bloco de Esquerda na Assembleia da República que merece obviamente a nossa concordância e também sugerimos a introdução aqui de duas novas alíneas no sentido de haver uma melhor definição daquilo que será, portanto, o plano de cuidados, nomeadamente o sistema de folgas, porque é óbvio que face àquilo que será a dependência da pessoa cuidada haverão necessariamente cuidadores que necessitarão de mais dias e outros de menos dias. Portanto, isto não é uma realidade estanque, carece de avaliação, pensamos nós que é preciso ter esta consideração em conta ao nível do plano de cuidados.

Ao nível do artigo 18.º, nas competências do Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal, esta bancada propõe que seja criada uma linha de apoio para todos os cuidadores da Região, linha essa que funcionará de forma via telefónica, ou então por endereço de mail.

É óbvio que temos de considerar a linha telefónica, porque de certeza a maior parte dos cuidadores informais desta Região serão idosos que dificilmente terão acesso ao mail, sendo neste momento o recurso da linha telefónica uma mais valia. Queremos que essa linha obviamente seja utilizada, que seja uma forma também de colmatar a existência física do Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal na ilha a que o cuidador recorre e que através destes recursos os cuidadores possam esclarecer dúvidas, possam receber orientações ou simplesmente partilhar a sua experiência e reforçar a sua confiança.

Para terminar, mais uma vez uma menção às questões laborais, porque (volto a repetir-me) serão aquelas menos consensuais, mas também sabemos que a nível da República o documento foi mais além e foram tomados pequenos passos que não vigoram neste documento. Portanto, fazemos uma referência a nível da informação que sejam disponibilizados a todos os cuidadores informais qualquer atualização, ou as medidas que vigoram a nível nacional e que os mesmos tenham direito a nível da República, pensamos que será uma mais valia, uma informação clara e transparente para que os nossos cuidadores informais possam ter de forma justa e de forma merecida todos os cuidados a que têm direito.

Obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos hoje perante uma iniciativa legislativa da autoria do Governo Regional de extrema importância. Trata-se do Regime Jurídico de Apoio ao Cuidador Informal na Região Autónoma dos Açores e digo que é de extrema importância, porque é um reconhecimento formal da importância de um trabalho que tem um carácter, infelizmente, invisível, aliás, à semelhança de muito do trabalho doméstico

desempenhado na nossa Região, o que não quer dizer que os cuidados prestados pelos cuidadores informais sejam exclusivamente de caráter doméstico e entram, claro, como não poderia deixar de ser, no domínio daqueles que são cuidados de saúde exercidos de forma informal, aliás, como o próprio conceito o indica.

É um trabalho invisível exercido maioritariamente por mulheres. É certo, e tal como referiu a Sra. Deputada Mónica Seidi, que sabemos que atualmente no país estima-se que existirão 800 mil cuidadores informais, sendo que esse número, e tal como assumiu a Sra. Secretária em comissão, na Região é desconhecido.

Importava, e tal como a Sra. Deputada Mónica Seidi referiu, conhecer este número e não se trata de um preciosismo. Trata-se de uma etapa importante nem que seja para prover, por exemplo, a bolsa de cuidadores formais e até mesmo os recursos da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados de forma a atender às necessidades destes cuidadores informais e é claro, como não poderia deixar também de ser, às pessoas que são cuidadas.

Não podemos esquecer que as pessoas com dependência são de todas as idades, sendo que, é claro e como é natural, as pessoas com idade mais avançada sejam em número predominante.

É uma realidade do continente e depreendo que também deverá ser uma realidade aqui na Região e tal como a Sra. Deputada Mónica Seidi também transmitiu muitos desses cuidadores informais têm uma idade avançada. Também interessava, já agora, reconhecer não só o número de cuidadores informais, mas também a sua caracterização e entre os vários dados, entre vários aspetos que devem ser considerados, também a estrutura etária.

Devo aqui salientar que estas pessoas que estão numa situação de dependência passam por situações de doença crónica e também sofrem de quadros demenciais e nesse sentido acho por bem salientar aqui o papel exercido pelas equipas de enfermagem ao domicílio. É um papel que foi salientado também num relatório da autoria do professor Eduardo Ferraz da Rosa, um relatório que penso que deve ter

uns 10 anos e que na altura procurava fazer uma avaliação diagnóstica daqueles que eram os cuidados continuados prestados na Região e esse é um aspeto que é salientado nesse relatório, sendo que (e a verdade, também é bom que se lhe diga) estas equipas de enfermagem domiciliárias não são equipas especializadas em cuidados continuados, são equipas de enfermagem com o enfoque na intervenção comunitária, coisa diferente seriam as equipas multidisciplinares de apoio ao domicílio que estão aliás contempladas na atual Rede Regional de Cuidados Integrados e que ainda não saíram do papel, aliás, essa foi uma das conclusões daquele que foi um relatório que foi anteriormente discutido ainda neste plenário.

Penso que esse deverá ser um passo a ser dado. Confiamos que o será em prol também não só da concretização daqueles que são os cuidados continuados na Região, mas também no apoio conjuntamente, é claro, com os cuidadores formais a quem presta estes cuidados em termos informais.

Há que reconhecer de facto o trabalho e o papel destes cuidadores formais e se a aprovação desta proposta será importante nesse reconhecimento, é também verdade que devemos ter em consideração que este é também um trabalho que pode ser traduzido em valor, inclusive em valor monetário.

Estima-se que a nível nacional este trabalho tenha um valor que ronde os 4 mil milhões de euros. Portanto, é um trabalho que deve ser reconhecido também seu impacto económico e não só falamos de impactos sociais e económicos decorrentes da prestação de cuidados por estes cuidadores informais, mas também os impactos que sofrem estes cuidadores, impactos a nível físico e impactos a nível psicológico. São pessoas, estes cuidadores, que correm também maiores riscos de pobreza, maior possibilidade de abandono do emprego, maiores riscos de isolamento e de rutura de relações e da vida social, também correm o risco acrescido de desenvolverem quadros depressivos, de virem a sofrer de exaustão e de stress.

Portanto, estes são aspetos que devem ser devidamente considerados e penso que este sistema de apoio contempla algo que para nós (e acho que para todas as Sras. e

Srs. Deputados) será extremamente importante que é o apoio psicossocial destes cuidadores.

Portanto, este é um dos aspetos positivos que também salientamos nesta proposta, além do reconhecimento como não poderia deixar de ser dos direitos destes cuidadores formais, também salientamos como aspeto positivo a criação de um Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal.

É verdade que também é introduzido um sistema de folgas e período de descanso anual, consideramos é que poderia ter ido mais além, daí termos também feito uma proposta de alteração nesse sentido e algo inédito mesmo a nível nacional e devo reconhecer esta proposta também garante aquele que é um apoio para intervenção habitacional, coisa que penso que nem existe no diploma da República que foi aprovado muito recentemente a 6 de setembro e a possibilidade de integração em grupos de autoajuda também como fazendo parte daquele que é o apoio psicossocial.

Aspetos que deveriam ser incluídos e essa foi uma matéria que eu tive oportunidade de confrontar a Sra. Secretária em sede de comissão e que tem a ver com aquele que é o sistema e com o código do trabalho aplicável e as alterações que podiam daí advir de forma a permitir uma redução do tempo de trabalho aos cuidadores informais, a flexibilidade do horário laboral, autorização para trabalho a tempo parcial e até mesmo o acesso a um regime diferenciado no que toca a licenças, faltas e dispensas.

A Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social, aliás, à semelhança daquela que tem sido a posição do governos anteriores e até do Partido Socialista, considera que nós não temos competências autonómicas para legislar em matéria laboral. Essa é uma discussão que não será feita aqui e agora, mas também é verdade que o diploma da República de forma imediata não contempla, não considera estas questões, mas remete estes aspetos para uma futura identificação e aplicação aos cuidadores informais não principais.

Aliás, essa é uma razão para nós introduzirmos um artigo (aliás, é a única proposta de aditamento que nós fazemos, uma disposição final) que abre este diploma a futuras medidas legislativas e regulamentares que possam ocorrer na República em matéria laboral.

Aspetos negativos. Não deve ser, no nosso entendimento, instituído um regime preferencial de acesso à rede de apoio formal, aliás, tal como está estipulado no artigo 7.º da proposta e é aqui dada uma preferência de acordo com aquele que é um único critério e que diz respeito a todos aqueles cuidadores informais, creio eu que serão intitulados ou designados como cuidadores informais não principais, portanto, que têm outra atividade profissional, consideramos que não deve ser dado um critério preferencial, não deve ser dada preferência a estes cuidadores no acesso à rede de apoio formal. Isto porquê?

Como nós vimos anteriormente, aliás, na discussão sobre o relatório respeitante à avaliação da Rede de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores, a Sra. Secretária comprometeu-se aqui, neste plenário, com o provimento de profissionais e de recursos mais do que suficientes na rede para atender a todas aquelas que são as necessidades. Foi isso que todos nós aqui percebemos, foi esse um compromisso. Mais do que um compromisso, a Sra. Secretária disse que já estava feito e, portanto, se a rede está provida dos recursos mais do que suficientes não entendemos porque é que deve haver este regime preferencial, porque este regime preferencial faria sentido se o sistema, se a rede não tivesse (e aqui quando digo rede também vou incluir aquela que é a bolsa de cuidadores formais) não tivesse capacidade de resposta.

Ora, eu creio que para bem de todos os cuidadores informais quer sejam a título principal, ou não, deverá a rede e não só a bolsa de cuidadores formais ser capaz de prover todas as necessidades.

Também consideramos que as folgas e as férias não devem estar sujeitas a qualquer tipo de pagamento por parte dos cuidadores informais. Foi essa

interpretação que pelo menos eu fiz do n.º 3 do artigo 9.º e se eu estiver errado a Sra. Secretária me corrija, porque me parece que o que vai acontecer é que no futuro estes cuidadores informais terão que pagar para poderem usufruir de algum tempo de férias ou de descanso, porque terão de fazer face a uma despesa pelo acolhimento da pessoa cuidada numa estrutura residencial ou de outro recurso da Rede de Cuidados Continuados e Integrados, por isso, vemos isso como uma barreira, um entrave para que a pessoa consiga usufruir do seu descanso mais do que merecido.

Aliás, não temos nada contra a possibilidade de haver um limite temporal ou tempo de descanso ou de férias, mas estranhámos porque é que não existe um tempo mínimo garantido de férias e de descanso e por isso mesmo é que nós introduzimos esse tempo mínimo obrigatório.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pergunte ao seu partido na Assembleia da República que eles vão saber responder!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar já.

Penso que as Sras. e Srs. Deputados devem ter conhecimento disso, o diploma na República que foi aprovado a 6 de setembro contempla também a possibilidade destes cuidadores informais poderem recorrer ao seguro social voluntário.

Ora, nós consideramos que se estes cuidadores na sua maior parte não têm outros rendimentos e não conseguem muitas vezes fazer face ao pagamento deste seguro social voluntário que o mínimo que a Região poderia fazer era fazer esse pagamento pelos próprios cuidadores informais e assim garantir que eles tenham acesso ao seguro social voluntário.

No que diz respeito à participação no plano de cuidados nós consideramos que o cuidador informal deve estar envolvido, aliás como está considerado, mas que se deverá considerar a capacidade e disponibilidade dos cuidadores informais para a prestação de cuidados por parte destes cuidadores.

Vou terminar já, Sra. Presidente, e vou explicar o porquê da nossa alteração ao cartão de identificação. Não vamos alterar como é óbvio o cartão de identificação, não é essa a nossa intenção, o que nós procuramos é que esse cartão de identificação tenha outras utilidades, entre as quais, garantir o acesso livre aos serviços de internamento para que os cuidadores informais possam participar no processo de cuidados da pessoa cuidada.

Fico-me por aqui, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o tempo para este debate.

Vou passar agora a palavra à Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixem-me em nome da bancada do Partido Socialista começar por dirigir uma palavra de admiração e gratidão a estas pessoas, aos cuidadores informais e também aos cuidadores formais, que atravessam muitas vezes períodos de desgaste e de exaustão absolutamente inenarráveis, processos violentos de grande silêncio e que só podem merecer a nossa absoluta reverência.

Se há momentos em que nos alegramos de ser políticos e de o fazer orgulhosamente, homenageando neste advérbio o nosso camarada e amigo André Bradford, este é um deles.

Esta proposta que o Governo Regional socialista traz hoje e que aqui nos apresenta é decididamente uma boa proposta que reúne amplo consenso quer nesta câmara, quer entre as entidades que foram consultadas pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais.

É uma proposta responsável, simples, justa, exequível e inovadora em alguns aspetos, aliás, até já aqui referenciados, como o sistema de folgas, o apoio à intervenção habitacional, o Gabinete de Apoio ao Cuidador e a bolsa de cuidadores.

É uma proposta que integra respostas já existentes, mas que amplia significativamente as respostas dadas aos cuidadores e que vai muito além de quaisquer medidas avulsas e por vezes populistas que conhecemos e que por vezes nos chegam a esta câmara.

O Partido Socialista tem feito em matéria de apoio aos cuidadores um caminho muito considerável que vale a pena elencar aqui e que é valorizado pelos próprios através de um investimento contínuo em todas as ilhas, por todo o território do nosso arquipélago em respostas de proximidade: serviços de apoio ao domicílio, centros de dia, centros de noite, CAUs, camas para descanso do cuidador, formação aos cuidadores informais, manuais que estão disponibilizados até na internet para os cuidadores e estas respostas de proximidade já são por si só (e isto também foi reconhecido em comissão pelos convidados que trouxemos) uma mais valia e uma ajuda muito significativa, mas havia, Sras. e Srs. Deputados, esta lacuna e ela aqui está agora suprimida.

O diploma vai ser votado, vai ser aprovado naturalmente, já fomos entendendo que com ampla aceitação, com algumas propostas de alteração. O Partido Socialista também é responsável por algumas propostas de alteração que visam entroncar, ir ao encontro, de pretensões que nos chegaram também pelos pareceres que foram pedidos e que foram rececionados pela Comissão de Assuntos Sociais e, portanto, é uma proposta que vai melhorar efetivamente a vida das pessoas.

Sra. Presidente, deixe-me dizer-lhe que o compromisso absoluto do Partido Socialista é sempre e inabalavelmente este: melhorar a vida das pessoas, responder realmente às necessidades dos açorianos, em especial aos se encontram em situações mais frágeis, mais periclitantes como são, todos sabemos, os cuidadores informais que prestam um serviço preciosíssimo social, de saúde e que a todos nos têm de, como eu disse no início, exigir admiração e reverência.

Há que criar condições para que a prestação de cuidados seja agora melhor, seja mais apoiada e seja por essa via mais tranquila. Com cuidadores informais mais apoiados é absolutamente garantido que toda a sociedade fica a ganhar ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e o Partido Socialista empenhou-se nesta matéria até ao limite das suas competências e do voto que os açorianos têm sucessivamente prestado ao Partido Socialista.

É por tudo isto, é por propostas assim, é por vermos realmente concretizada a palavra do Partido Socialista, Sra. Presidente, que os açorianos continuam a confiar em nós.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para uma interpelação. Tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e considerando também o nosso horário interrompemos por hoje os nossos trabalhos. Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 27 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Ricardo Bettencourt Ramalho

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Documentos entrados

1 - Proposta de Lei:

Assunto: Proposta de Lei n.º 208/XIII (ALRAM) - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2018, de 28 de dezembro, que clarifica as regras aplicáveis à comparticipação de medicamentos e dispositivos médicos pelo sistema de proteção social dos trabalhadores em funções públicas - n.º 255/XI AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 07 – 08

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2019 – 07 – 15.

2 – Projetos de Resolução:

Assunto: Projeto de Resolução n.º 2257/XIII (BE) - Recomenda ao Governo que tome medidas efetivas para garantir a prestação de um serviço público de carga aérea e de correio na rota Lisboa-Terceira-Ponta Delgada-Lisboa ou na rota Lisboa-Ponta Delgada-Terceira-Lisboa– **n.º 254/XI-AR**

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 07 – 05

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 07 – 10 (querendo);

Assunto: Projeto de Resolução que aprova o Plano de Situação de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional para as subdivisões Continente, Madeira e Plataforma Continental Estendida - PCP (MM) - Reg R 222/2019 – **n.º 138/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 08 – 08

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 08 – 28.

3 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2016/426, relativo aos aparelhos a gás - MAEC - (Reg. DL 202/2018) – **n.º 126/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 07 – 04

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 07 – 24;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2016/425, relativo aos equipamentos de proteção individual - MAEC - (Reg. DL 203/2018) – **n.º 127/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 07 – 04

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 07 – 24;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que altera o Estatuto da Aposentação e o Estatuto das Pensões de Sobrevivência e cria o novo regime de aposentação antecipada - MTSS - (Reg. DL 307/2019) – **n.º 128/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 07 – 04

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2019 – 07 – 24;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que altera o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional - MATE - (Reg. DL 23/2019) – **n.º 129/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 07 – 11

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 07 – 31;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que altera o modelo de governação e as regras gerais de aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento - MP - Reg. DL 267/2019) – **n.º 130/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 07 – 12

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 07 – 21;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (CE) n.º 1099/2009, relativo à occisão dos animais criados ou mantidos para a produção de alimentos, lã, peles, peles com pelo ou outros produtos, bem como a occisão de animais para efeitos de despovoamento e operações complementares - MAFDR - Reg. DL 114/2019 – **n.º 131/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 07 – 12

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 07 – 31;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime de execução do acolhimento familiar, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo - MTSSS - (Reg. DL 327/2019) – **n.º 132/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 07 – 24

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 08 – 12;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que aprova o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil - MIH - (Reg. DL 270/2019) – **n.º 133/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 07 – 24

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 08 – 12;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que regula os ramos do sector cooperativo - MTSSS - (Reg. DL 296/2019) – **n.º 134/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 07 – 24

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 08 – 12;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que aprova o regime jurídico aplicável ao autoconsumo de energia renovável, transpondo parcialmente a Diretiva 2018/2001 - MATE - (Reg. DL 314/2019) – **n.º 135/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 07 – 26

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 08 – 14;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da ação social - MAI – (Reg. DL 357/2018) – **n.º 136/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 08 – 05

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2019 – 08 – 20 (querendo);

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que cria a Janela Única Logística, transpondo a Diretiva n.º 2010/65/UE - MM – (Reg. DL 313/2019) – **n.º 137/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 08 – 05

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 08 – 26;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que transpõe diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de espécies hortícolas e organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais - MAFDR – (Reg. DL 230/2019) – **n.º 139/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 08 – 16

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 09 – 03;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que procede à fixação dos conceitos técnicos atualizados nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo - MATE – (Reg. DL 357/2019) – **n.º 140/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 08 – 21

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 09 – 09;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico d atividade profissional do marítimo - MM - (Reg. DL 394/2019) – **n.º 141/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 08 – 28

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 09 – 16;

Assunto: Alterações à Audição n.º 139/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que transpõe diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de espécies

hortícolas e organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais - MAFDR - (Reg. DL 230/2019)

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 09 – 04

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 09 – 17.

4 - Projetos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Cria a figura do Provedor do Animal na Região Autónoma dos Açores – n.º 40/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2019 – 07 – 02

Não admitido.

Assunto: [Interdita o uso no espaço público de herbicidas cuja substância ativa seja o glifosato – n.º 41/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2019 – 07 – 12

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 09 – 02;

Assunto: [Segunda alteração ao Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2017/A, de 13 de abril – n.º 42/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2019 – 07 – 12

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2019 – 09 – 02.

5 - Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Regula a extinção da Saudaço, S.A. – n.º 45/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 15

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 09 – 02;

Assunto: [Aprova a organização e funcionamento do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA – n.º 46/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 15

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 09 – 02;

Assunto: [Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o período de 2020 a 2023 – n.º 47/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 15

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 09 – 02;

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 4/2001/A, de 6 de março, que desafeta do regime florestal parcial uma parcela de terreno do Núcleo](#)

[Florestal da Achada, nas freguesias de São Bento, Porto Judeu e Ribeirinha do concelho de Angra do Heroísmo – n.º 48/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 15

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 09 – 02;

Assunto: [Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2001/A, de 21 de março, que Cria o Fundo Regional da Ciência e Tecnologia – n.º 49/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 15

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 09 – 02.

6 - Projetos de Resolução:

Assunto: [Implementação de uma Rede de Creches e de CATL entre as freguesias de São Bartolomeu e Altares, no concelho de Angra do Heroísmo – n.º 158/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2019 – 07 – 24

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 09 – 05;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a extinção do Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores – n.º 159/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2019 – 09 – 03

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 10 – 04.

7 - Propostas de Resolução:

Assunto: [Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2020 – n.º 17/XI](#)

Proveniência: Mesa

Data de Entrada: 2019 – 08 – 27

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: Agendado para o Plenário de setembro.

8 – Petições:

Assunto: Pela não construção de um hotel de 568 camas na Praia do Degredo em Vila Franca do Campo – n.º 39/XI

Proveniência: Jorge Kol de Carvalho

Data de Entrada: 2019 – 07 – 15

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: Aguarda Admissibilidade;

Assunto: Para que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA) delibere no sentido de dar instruções ao Governo Regional dos Açores para nomear, com carácter de urgência, uma Comissão de Gestão da SATA (CGS) – n.º 40/XI

Proveniência: André Miguel Conceição da Silveira

Data de Entrada: 2019 – 07 – 29

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: Aguarda Admissibilidade;

Assunto: Petição a favor da suspensão das obras de construção civil no Espelho de Água do Porto da Horta, tal como se encontram previstas na 2.ª fase do Projeto de Reordenamento do Porto da Horta – n.º 41/XI

Proveniência: José Eduardo Bicudo Decq Mota

Data de Entrada: 2019 – 09 – 03

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: Aguarda Admissibilidade.

9 - Requerimentos:

Assunto: [Cumprimento das normas previstas no âmbito das medidas de controlo da população de animais de companhia e errantes](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 05

Referência: 54.06.00 – N.º 679/XI;

Assunto: [São Jorge sem correspondente da RTP Açores](#)

Autor: Jorge Paiva (CDS-PP)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 09

Referência: 54.01.05 – N.º 680/XI;

Assunto: [Incentivos à fixação de jovens na ilha das Flores](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 11

Referência: 54.04.08 – N.º 681/XI;

Assunto: [Inspeção Periódica de Veículos](#)

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 11

Referência: 54.04.08 – N.º 682/XI;

Assunto: [Câmaras hiperbáricas do Serviço Regional de Saúde](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 11

Referência: 54.06.00 – N.º 683/XI;

Assunto: [Obrigações do Serviço Público por parte da SATA para a ilha de Santa Maria durante o inverno IATA](#)

Autora: Elisa Sousa (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 12

Referência: 54.03.01 – N.º 684/XI;

Assunto: [Programa "Espaço para a Saúde Mental"](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 12

Referência: 54.06.00 – N.º 685/XI;

Assunto: [Recuperação da espécie de coelho-bravo na ilha das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 15

Referência: 54.04.08 – N.º 686/XI;

Assunto: [Obra da Escola Básica Integrada de Capelas](#)

Autores: Maria João Carreiro e António Vasco Viveiros (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 15

Referência: 54.03.02 – N.º 687/XI;

Assunto: [Resultados do protocolo celebrado entre a Secretaria Regional de Educação e Cultura e a Santa Casa da Misericórdia do Corvo no âmbito do fornecimento de refeições](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 16

Referência: 54.07.09 – N.º 688/XI;

Assunto: [Refeitório disponibilizado pela Santa Casa da Misericórdia do Corvo no âmbito do Protocolo celebrado entre a mesma e a Secretaria Regional de Educação e Cultura](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 16

Referência: 54.07.09 – N.º 689/XI;

Assunto: [Solicitação de cópia do caderno de encargos, do protocolo ou de qualquer outro documento que estabeleça as condições em que se encontra contratualizado o fornecimento de refeições escolares aos alunos, docentes e não docentes da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira para o ano letivo 2019/2020](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 16

Referência: 54.07.09 – N.º 690/XI;

Assunto: [Despesa realizada no âmbito do fornecimento de refeições escolares aos alunos da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira para o ano letivo 2018/2019](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 16

Referência: 54.07.09 – N.º 691/XI;

Assunto: [Documentação referente à instalação de um parque fotovoltaico na Praia da Vitória](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 16

Referência: 54.06.03 – N.º 692/XI;

Assunto: [Estrada do Cabouco](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 16

Referência: 54.04.07 – N.º 693/XI;

Assunto: [Grua do Porto das Poças, Santa Cruz das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 16

Referência: 54.04.08 – N.º 694/XI;

Assunto: [Pavilhão Desportivo da Horta](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 16

Referência: 54.04.07 – N.º 695/XI;

Assunto: [Captura de espécies de tubarão ameaçadas](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 16

Referência: 54.04.00 – N.º 696/XI;

Assunto: [Escola do Mar dos Açores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 16

Referência: 54.04.07 – N.º 697/XI;

Assunto: [Termas do Varadouro](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 16

Referência: 54.04.07 – N.º 698/XI;

Assunto: [Interdição a banhos da Praia de Porto Pim](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 22

Referência: 54.03.07 – N.º 699/XI;

Assunto: [Para quando a proteção de orla costeira nas Fajãs das Pontas, Fajã de São João e Fajã Grande, em São Jorge](#)

Autor: Jorge Paiva (CDS-PP)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 23

Referência: 54.01.05 – N.º 700/XI;

Assunto: [Cais de cruzeiros na baía da Praia da Vitória](#)

Autores: Mónica Seidi, César Toste e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 24

Referência: 54.03.03 – N.º 701/XI;

Assunto: Pavilhão Desportivo da Horta – Substituição integral

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 25

Referência: 54.04.07 – N.º 695/XI;

Assunto: [Prevenção e prestação de cuidados em saúde mental na Região](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 25

Referência: 54.06.00 – N.º 702/XI;

Assunto: [Regulamentação e operacionalidade do Serviço de Suporte Imediato de Vida \(SIV\)](#)

Autores: Carlos Ferreira, Mónica Seidi e Jaime Vieira (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 26

Referência: 54.03.00 – N.º 703/XI;

Assunto: [Cobertura de rede de comunicações na ilha do Pico](#)

Autores: Marco Costa e Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 26

Referência: 54.03.06 – N.º 704/XI;

Assunto: [Relatório de Inquérito à Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria](#)

Autores: Elisa Sousa, Luís Maurício e Mónica Seidi (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 26

Referência: 54.03.01 – N.º 705/XI;

Assunto: [Avaliação das condições em que está a ser implementado o Decreto Legislativo Regional n.º 16/2019/A, de 23 de julho de 2019](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 29

Referência: 54.07.00 – N.º 706/XI;

Assunto: [Contas - Grupo Sata 2.º trimestre](#)

Autores: António Pedroso, Luís Garcia, Luís Rendeiro, João Bruto da Costa e António Vasco Viveiros (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 707/XI;

Assunto: [Resultados obtidos pelas escolas açorianas nas provas finais de Português e de Matemática do 3.º ciclo do ensino básico](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 30

Referência: 54.07.00 – N.º 708/XI;

Assunto: [Resultados obtidos a nível regional na 1.ª fase dos exames nacionais do ensino secundário de 2019](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 07 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 709/XI;

Assunto: [Relatório da inspeção à Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 08 – 01

Referência: 54.06.01 – N.º 710/XI;

Assunto: [Assembleia das Regiões Vitícolas da Europa \(AREV\)](#)

Autores: Marco Costa e Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 08 – 05

Referência: 54.03.06 – N.º 711/XI;

Assunto: [Caminhos agrícolas, rurais e florestais não podem continuar sem “dono”](#)

Autores: António Almeida e Bruno Belo (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 08 – 06

Referência: 54.03.00 – N.º 712/XI;

Assunto: [Consultas de acompanhamento de gravidez](#)

Autores: Bruno Belo e Mónica Seidi (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 08 – 08

Referência: 54.03.00 – N.º 713/XI;

Assunto: [Situação atual das Listas de Espera Cirúrgica na RAA](#)

Autores: Mónica Seidi e Luís Maurício Santos (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 08 – 16

Referência: 54.03.00 – N.º 714/XI;

Assunto: [Falhas no abastecimento de água aos visitantes do Monumento Natural da Caldeira Velha](#)

Autores: Catarina Chamacame Furtado, Jaime Vieira e António Vasco Viveiros (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 08 – 19

Referência: 54.03.02 – N.º 715/XI;

Assunto: [Paisagem classificada da Vinha da ilha do Pico – Criação Velha Equipamentos de apoio aos turistas](#)

Autores: Marco Costa e Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 08 – 21

Referência: 54.03.06 – N.º 716/XI;

Assunto: [Aquisição do serviço de transporte escolar](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 08 – 22

Referência: 54.06.03 – N.º 717/XI;

Assunto: [Imposições da Santa Catarina - Indústria Conserveira SA aos pescadores florentinos](#)

Autores: Artur Lima e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2019 – 08 – 23

Referência: 54.01.08 – N.º 718/XI;

Assunto: [Segurança e Proteção dos Edifícios Escolares e dos Utentes](#)

Autora: Maria João Carreiro (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 08 – 26

Referência: 54.03.00 – N.º 719/XI;

Assunto: [Garantia Açores Jovem](#)

Autora: Mónica Seidi (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 08 – 28

Referência: 54.03.00 – N.º 720/XI;

Assunto: [Arrojamento de Cetáceo nas Flores](#)

Autores: Bruno Belo e Catarina Chamacame Furtado (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 08 – 28

Referência: 54.03.08 – N.º 721/XI;

Assunto: [Gestão do Parque Marinho dos Açores e das áreas marinhas integradas em Parques Naturais de Ilha, situados no mar territorial adjacente a cada uma das ilhas do arquipélago](#)

Autores: Catarina Chamacame Furtado, Luís Garcia e Jaime Vieira (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 08 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 722/XI;

Assunto: [Mais companhias a voar para o Faial](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 09 – 03

Referência: 54.03.07 – N.º 723/XI;

Assunto: [Pessoal afeto ao Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 09 – 05

Referência: 54.07.00 – N.º 724/XI;

Assunto: [Assistentes Sociais nas escolas](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2019 – 09 – 05

Referência: 54.04.00 – N.º 725/XI.

10 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Fábrica da Cofaco de Rabo de Peixe](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 11

Referência: 54.06.02 – N.º 654/XI;

Assunto: [Falta de manutenção das gruas nos portos de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 11

Referência: 54.01.05 – N.º 655/XI;

Assunto: [Projeto a ser submetido aos Fundos EEA Grants no âmbito Observatório do Atlântico e protocolo assinado entre o Governo Regional, a Fundação Oceano Azul e a Fundação Waitt.](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 12

Referência: 54.06.00 – N.º 645/XI;

Assunto: [Requalificação do Porto de Santa Iria, na freguesia da Ribeirinha, concelho da Ribeira Grande](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 15

Referência: 54.03.02 – N.º 638/XI;

Assunto: [Fisioterapia na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 16

Referência: 54.03.09 – N.º 643/XI;

Assunto: [Abrangência da Diabetes nos Açores e resultados da implementação do Centro de Tratamento para Perfusão Subcutânea Contínua de Insulina](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 16

Referência: 54.06.00 – N.º 672/XI;

Assunto: [Grua do Porto das Poças em Santa Cruz das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 23

Referência: 54.04.08 – N.º 674/XI;

Assunto: [Reabilitação do pontão poente do Núcleo de Recreio Náutico das Lajes das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 24

Referência: 54.06.08 – N.º 649/XI;

Assunto: [Manutenção da orla marítima entre a zona do Porto das Poças e o antigo Campo da Boavista](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 24

Referência: 54.04.08 – N.º 668/XI;

Assunto: [Obras no porto de Ponta Delgada, na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 24

Referência: 54.04.08 – N.º 669/XI;

Assunto: [Para memória futura: a situação da baía do Porto da Casa representa, nas condições atuais, um grave risco para todas as embarcações que a utilizam](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 24

Referência: 54.07.09 – N.º 671/XI;

Assunto: [Porto Comercial de Lajes das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 24

Referência: 54.04.08 – N.º 676/XI;

Assunto: [O Governo ou a Sata/Azores Airlines solicitaram à ANA alguma diligência para permitir a operação noturna no Aeroporto da Horta?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 26

Referência: 54.03.07 – N.º 567/XI;

Assunto: [Sentenças de Processos Judiciais](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 26

Referência: 54.03.00 – N.º 640/XI;

Assunto: [Viagens do barco da Atlânticoline à ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 26

Referência: 54.04.08 – N.º 664/XI;

Assunto: [Majoração dos apoios do PREIT](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 08 – 16

Referência: 54.03.03 – N.º 642/XI;

Assunto: [Grua do Porto das Poças, Santa Cruz das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 08 – 16

Referência: 54.04.08 – N.º 694/XI;

Assunto: [Captura de espécies de tubarão ameaçadas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 08 – 16

Referência: 54.04.00 – N.º 696/XI;

Assunto: [Cumprimento das normas previstas no âmbito das medidas de controlo da população de animais de companhia e errantes, no Centro de Recolha Oficial da Lagoa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 08 – 21

Referência: 54.06.02 – N.º 652/XI;

Assunto: [Demolição das habitações devolutas no Bairro da Terra Chã, ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 08 – 21

Referência: 54.06.03 – N.º 653/XI;

Assunto: [Mau estado de conservação do pavimento na ER3 que liga a Urzelina ao Norte Grande](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 08 – 21

Referência: 54.04.05 – N.º 663/XI;

Assunto: [Inspeção periódica de veículos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 08 – 21

Referência: 54.04.08 – N.º 682/XI;

Assunto: [Interdição a banhos da praia de Porto Pim](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 08 – 21

Referência: 54.03.07 – N.º 699/XI;

Assunto: [Termas do Varadouro](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 08 – 23

Referência: 54.01.07 – N.º 632/XI;

Assunto: [Centro de Reabilitação de Aves Selvagens de São Miguel](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 08 – 26

Referência: 54.03.02 – N.º 601/XI;

Assunto: [Manutenção para os trilhos classificados na ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 08 – 26

Referência: 54.04.05 – N.º 660/XI;

Assunto: [Realização de provas da Universidade Aberta fora da ilha de residência](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 08 – 27

Referência: 54.03.00 – N.º 650/XI;

Assunto: [Remoção de resíduos e vedação do recinto da antiga britadeira do Cascalho na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 08 – 29

Referência: 54.04.08 – N.º 604/XI;

Assunto: [Casa do Parque Natural da ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 08 – 30

Referência: 54.04.08 – N.º 610/XI;

Assunto: [Alienação da Norma Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 616/XI;

Assunto: [Lixeira a céu aberto na freguesia dos Rosais](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02

Referência: 54.04.05 – N.º 624/XI;

Assunto: [Apoios Sociais aos trabalhadores em situação desemprego na ilha do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02

Referência: 54.03.06 – N.º 644/XI;

Assunto: [Dados concretos sobre cirurgias no Hospital da Horta \(2018\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02

Referência: 54.03.07 – N.º 646/XI;

Assunto: [Preservação do património cultural em situações de catástrofe](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02

Referência: 54.01.00 – N.º 647/XI;

Assunto: [Reservatórios agrícolas da ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02

Referência: 54.07.08 – N.º 656/XI;

Assunto: [Montante arrecadado no âmbito da aplicação das taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02

Referência: 54.07.00 – N.º 657/XI;

Assunto: [Falta de condições na Casa do Mato, sito Rochão do Junco](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02

Referência: 54.04.08 – N.º 659/XI;

Assunto: [Responsabilidade legal da Administração Regional no âmbito da empreitada do "Reestruturação das Calçadas do Conjunto Classificado e Interesse Público - Núcleo Urbano Antigo da Vila do Corvo"](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02

Referência: 54.07.09 – N.º 661/XI;

Assunto: [Implementação do projeto do Ecomuseu do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02

Referência: 54.04.09 – N.º 662/XI;

Assunto: [Reabilitação do Caminho do Mato, ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02

Referência: 54.04.08 – N.º 666/XI;

Assunto: [Construção da rampa "ro-ro" no porto das Pipas em Angra do Heroísmo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02

Referência: 54.04.03 – N.º 678/XI;

Assunto: [Câmaras hiperbáricas do Serviço Regional de Saúde](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 683/XI;

Assunto: [Obrigações do Serviço Público por parte da SATA para a ilha de Santa Maria durante o inverno IATA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02

Referência: 54.03.01 – N.º 684/XI;

Assunto: [Estrada do Cabouco](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02

Referência: 54.04.07 – N.º 693/XI;

Assunto: [Escola do Mar dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02

Referência: 54.04.07 – N.º 697/XI;

Assunto: [Falhas no abastecimento de água aos visitantes do Monumento Natural da Caldeira Velha](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02

Referência: 54.03.02 – N.º 715/XI;

Assunto: [Medicina Interna na ilha do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 03

Referência: 54.03.06 – N.º 617/XI;

Assunto: [Obras em curso na zona de proteção do monumento nacional "Forte de Santa Cruz"](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 03

Referência: 54.03.07 – N.º 635/XI;

Assunto: [Temporais e inundações na ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 03

Referência: 54.04.03 – N.º 667/XI;

Assunto: [Recolha de bilhas de gás em São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 03

Referência: 54.04.05 – N.º 677/XI;

Assunto: [Pavilhão Desportivo da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 03

Referência: 54.04.07 – N.º 695/XI;

Assunto: [Para quando a proteção de orla costeira nas Fajãs das Pontas, Fajã de São João e Fajã Grande, em São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 03

Referência: 54.01.05 – N.º 700/XI;

Assunto: [Pista do Aeródromo da ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 04

Referência: 54.04.05 – N.º 603/XI;

Assunto: [Relatório da inspeção à Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 04

Referência: 54.06.01 – N.º 620/XI;

Assunto: [Falta de resposta da SATA às necessidades da ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 04

Referência: 54.01.05 – N.º 641/XI;

Assunto: [Atrasos nos pagamentos de diárias aos utentes do Serviço Regional de Saúde](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 04

Referência: 54.03.00 – N.º 648/XI;

Assunto: [Orla Costeira do Pocinho, da Barca e das Lajes do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 04

Referência: 54.03.06 – N.º 651/XI;

Assunto: [Relatório da inspeção à Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 09 – 04

Referência: 54.06.01 – N.º 710/XI.

11 - Comunicações/Informações:

Assunto: Email a solicitar a Revisão de Despacho relativo ao Projeto de Resolução n.º 154/XI - Pelo reforço dos meios da Inspeção Regional do Trabalho e a garantia da eficácia da sua intervenção

Proveniência: António Marinho, Presidente da Comissão Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 07 – 05;

Assunto: Email a remeter cópia da moção “Pelo alargamento do Complemento Solidário para Idosos

Proveniência: João Manuel de Jesus Lobo, Presidente da Assembleia Municipal da Moita

Data de Entrada: 2019 – 07 – 08;

Assunto: Ofício a remeter o relatório aprovado — Relatório n.º 2/2019-FS/SRATC (Ação n.º 16-4201FS2) — Encargos com empréstimos contraídos por entidades privadas - Município da Lagoa

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2019 – 07 – 09;

Assunto: Ofício a remeter a lista das verificações internas de contas e objeto de homologação simplificada, realizadas pelo Tribunal de Contas no 1.º trimestre de 2019

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2019 – 07 – 11;

Assunto: Ofício a remeter o Relatório n.º 7/2019 - Evolução orçamental das administrações públicas até março de 2019

Proveniência: Nádía Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho de Finanças Públicas

Data de Entrada: 2019 – 07 – 11;

Assunto: Ofício a remeter a Moção - Defesa dos interesses da ilha de Santa Maria

Proveniência: Pedro Miguel Teixeira Carreiro Coutinho, Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto

Data de Entrada: 2019 – 07 – 22;

Assunto: Ofício a remeter o estudo de caracterização dos comportamentos aditivos na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Berto Messias, Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2019 – 07 – 25;

Assunto: Ofício a remeter a proposta de atribuição, a título póstumo, no próximo ano de 2020, de Insígnia Autonómica ao arquiteto Paulo Duarte de Melo Gouveia

Proveniência: Carlos Bessa, Presidente da Direção do Instituto Açoriano de Cultura

Data de Entrada: 2019 – 07 – 29;

Assunto: Ofício a agradecer o Voto de Congratulação pela semifinal dos Emmy Awards na ilha do Corvo

Proveniência: José Manuel Alves da Silva, Presidente da Câmara Municipal do Corvo

Data de Entrada: 2019 – 07 – 30;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Congratulação sobre a Comemoração do Dia Nacional dos Cientistas nos Açores

Proveniência: Francisco André, Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2019 – 07 – 31;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Congratulação sobre a Instalação da Agência Espacial Portuguesa na ilha de Santa Maria

Proveniência: Francisco André, Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2019 – 07 – 31;

Assunto: Ofício a remeter documentos de Prestação Anual de Contas do Setor Público Empresarial Regional relativos ao exercício económico de 2018

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe do Gabinete do Secretário Regional Ajunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2019 – 07 – 31;

Assunto: Ofício a remeter a Ata da Reunião do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras, em cumprimento do estabelecido no n.º 8 do artigo 15.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro

Proveniência: Patrícia Semião, Presidente do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras

Data de Entrada: 2019 – 08 – 02;

Assunto: Ofício a remeter Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. André Jorge Dionísio Bradford

Proveniência: Tibério Manuel Faria Dinis, Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória

Data de Entrada: 2019 – 08 – 05;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Congratulação - Comemoração do Dia Nacional dos Cientistas nos Açores

Proveniência: Maria José Ribeiro, Pela Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 08 – 05;

Assunto: Ofício a remeter “Estratégia Portugal 2030 – Relatório Final”

Proveniência: João Paulo Correia, Presidente da Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da “Estratégia Portugal 2030”

Data de Entrada: 2019 – 08 – 05;

Assunto: Ofício a remeter um Voto de Recomendação, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, sobre o Porto da Horta

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2019 – 08 – 07;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Saudação - 150 anos da abolição da escravatura em Portugal

Proveniência: Maria José Ribeiro, Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 08 – 12;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Saudação - 150 Anos do nascimento de Francisco de Lacerda

Proveniência: Virgínia Maria da Silva Neto, Diretora do Museu Francisco de Lacerda

Data de Entrada: 2019 – 08 – 13;

Assunto: Ofício a requerer, ao abrigo do disposto no artigo 183.º do Regimento, uma Interpelação ao Governo Regional, na 4.ª Sessão Legislativa, a respeito da situação económica, financeira e logística do Grupo SATA

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 08 – 16;

Assunto: Ofício a requerer, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, agendamento para a próxima sessão plenária, de perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, referentes ao conteúdo do Requerimento 656/XI – “Reservatórios agrícolas da ilha do Corvo”

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 08 – 22;

Assunto: Ofício a requerer, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, agendamento para a próxima sessão plenária, de perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, referentes ao conteúdo do Requerimento 657/XI – “Montante arrecadado no âmbito da aplicação das taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde nos Açores”

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 08 – 22;

Assunto: Ofício a requerer, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, agendamento para a próxima sessão plenária, de perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, referentes ao conteúdo do Requerimento 661/XI – “Responsabilidade legal da Administração Regional no âmbito da empreitada do "Reestruturação das Calçadas do Conjunto Classificado e Interesse Público - Núcleo Urbano Antigo da Vila do Corvo”

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 08 – 26;

Assunto: Ofício a requerer, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, agendamento para a próxima sessão plenária, de perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, referentes ao conteúdo do Requerimento 662/XI – “Implementação do projeto do Ecomuseu do Corvo”

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 08 – 26;

Assunto: Ofício a requerer, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, agendamento para a próxima sessão plenária, de perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, referentes ao conteúdo do Requerimento 665/XI – “Encargos globais do Gabinete de Apoio à Comunicação Social”

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 08 – 26;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Pesar pelo falecimento do sr. Paulo Alves

Proveniência: Cristina Sampaio

Data de Entrada: 2019 – 08 – 28;

Assunto: Ofício a requerer o agendamento, para a sessão plenária de setembro, de um debate de urgência sobre: “Impacto na Região das políticas prosseguidas pelo Governo da República nos últimos anos”

Proveniência: Francisco Vale César, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2019 – 08 – 28;

Assunto: Ofício a requerer o agendamento, para a sessão plenária de setembro, de um debate de urgência sobre: “Estado da Saúde na Região”

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2019 – 08 – 30;

Assunto: Ofício a acusar a receção e a agradecer o Voto de Saudação - 150 anos da abolição da escravatura em Portugal

Proveniência: Fernando Frutuoso de Melo, Chefe da Casa Civil do Presidente da República

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02;

Assunto: Ofício a apresentar recurso para o Plenário sobre a transformação das perguntas escritas que integram o Requerimento n.º 656/XI - Reservatórios agrícolas da ilha do Corvo

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02;

Assunto: Ofício a apresentar recurso para o Plenário sobre a transformação das perguntas escritas que integram o Requerimento n.º 657/XI - Montante arrecadado no âmbito da aplicação das taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde dos Açores

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02;

Assunto: Ofício a apresentar recurso para o Plenário sobre a transformação das perguntas escritas que integram o Requerimento n.º 665/XI - Encargos globais do Gabinete de Apoio à Comunicação Social

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02;

Assunto: Ofício a apresentar recurso para o Plenário sobre a transformação das perguntas escritas que integram o Requerimento n.º 661/XI - Responsabilidade legal da Administração Regional no âmbito da empreitada de Reestruturação das Calçadas do Conjunto Classificado de Interesse Público - Núcleo Urbano Antigo da Vila do Corvo

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 09 – 02;

Assunto: Ofício sobre a pretensão de nomeação da Dr.^a Margarida Ourique Fernandes Martins, nas funções de Presidente do Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R..

Proveniência: Luísa Schanderl, Chefe do Gabinete do Presidente do Governo dos Açores

Data de Entrada: 2019 – 09 – 03;

Assunto: Ofício sobre a pretensão de recondução do Dr. João Luís da Rosa Morais, nas funções de Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Horta, E.P.E.R..

Proveniência: Luísa Schanderl, Chefe do Gabinete do Presidente do Governo dos Açores

Data de Entrada: 2019 – 09 – 03;

Assunto: Ofício a retirar recurso para o Plenário sobre a transformação das perguntas escritas que integram os Requerimentos n.º 656/XI - Reservatórios agrícolas da ilha do Corvo, n.º 657/XI - Montante arrecadado no âmbito da aplicação das taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde dos Açores e n.º 662/XI – Implementação do projeto do Ecomuseu do Corvo

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 09 – 04;

Assunto: Ofício a agradecer o Voto de Congratulação ao Escritor Onésimo Teotónio Almeida pela atribuição do Prémio Mariano Gago

Proveniência: Onésimo Teotónio Almeida

Data de Entrada: 2019 – 09 – 04;

Assunto: Ofício a retirar recurso para o Plenário sobre a transformação das perguntas escritas que integram o Requerimento n.º 661/XI - Responsabilidade legal da Administração Regional no âmbito da empreitada de Reestruturação das Calçadas do Conjunto Classificado de Interesse Público - Núcleo Urbano Antigo da Vila do Corvo

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 09 – 05.

12 - Relatórios:

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades da deputada Maria Eduarda Pimenta](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 07 – 22;

Assunto: [Pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o deputado Bruno Filipe de Freitas Belo possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 191/12.8BEPDL](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 07 – 22;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 17/XI - Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2020](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 09 – 05;

Assunto: [Audição n.º 249/XI-AR - Projetos de Lei que visam regular a Lei de Organização e Funcionamento da Entidade para a Transparência](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 09 – 05;

Assunto: [Audição n.º 250/XI-AR - Projeto de Lei 1215/XIII \(NINSC\) - Procede à oitava alteração à Lei de Financiamento dos Partidos Políticos, Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, e à terceira alteração à Lei dos Partidos Políticos, aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de agosto e aprova o Regime Jurídico das Fundações e Associações de Partidos Políticos](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 09 – 05;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 141/XI - Aplicação de pintura termoplástica para sinalização vertical da Estrada EN3-1A, na ilha Terceira](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 09 – 04;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 42/XI - Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 09 – 05;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XI - Estabelece o regime jurídico de licenciamento a que estão sujeitas as instalações elétricas de serviço particular na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 09 – 05;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XI - Para alteração do artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 59/2006/A, de 29 de dezembro que - "Estabelece o regime jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente na Região Autónoma dos Açores"](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 09 – 05;

Assunto: [Audição n.º 212/XI-AR - Proposta de Lei n.º 163/XIII \(ALRAM\) - Décima oitava alteração ao Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de janeiro](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 07 – 11;

Assunto: [Audição n.º 234/XI-AR - Proposta de Lei n.º 186/XIII \(GOV\) - Estabelece medidas de apoio ao cuidador informal e regula os direitos e os deveres do cuidador e da pessoa cuidada](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 07 – 11;

Assunto: [Audição n.º 239/XI-AR - Projeto de Lei 1173/XIII \(PSD\) - 1ª Alteração ao Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 07 – 11;

Assunto: [Audição n.º 240/XI-AR - Projeto de Lei 1174/XIII \(PSD\) - Disposição interpretativa sobre propina](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 07 – 11;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 133/XI - Criação de uma Carreira de Investigação Científica Consolidada nos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 08 – 01;

Assunto: [Audição n.º 251/XI-AR - Proposta de Lei n.º 203/XIII \(GOV\) - Altera o Regime da Estruturação Fundiária](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 07 – 15;

Assunto: [Petição n.º 38/XI - Pelo livre acesso à zona comercial do Porto das Velas quando não estiverem embarcações a operar](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 07 – 23;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 142/XI - Nomeação do delegado de turismo da ilha Terceira](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 07 – 26;

Assunto: [Audição n.º 120/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que altera o Sistema de Registo da Propriedade Automóvel, o Regulamento do Registo de Automóveis e o documento único automóvel - MJ - \(Reg. DL 492/2018\)](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 07 – 26;

Assunto: [Audição n.º 122/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que simplifica e harmoniza os procedimentos que os comerciantes devem cumprir sempre que comunicam à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica que pretendem realizar venda em saldo ou em liquidação - MAEC - Reg. DL 388/2018](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 07 – 26;

Assunto: [Audição n.º 126/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento \(UE\) 2016/426, relativo aos aparelhos a gás - MAEC - \(Reg. DL 202/2018\)](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 07 – 26;

Assunto: [Audição n.º 127/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento \(UE\) 2016/425, relativo aos equipamentos de proteção individual - MAEC - \(Reg. DL 203/2018\)](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 07 – 26;

Assunto: [Audição n.º 130/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que altera o modelo de governação e as regras gerais de aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento - MP - Reg. DL 267/2019](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 07 – 26;

Assunto: [Audição n.º 131/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento \(CE\) n.º 1099/2009, relativo à occisão dos animais criados ou mantidos para a produção de alimentos, lã, peles, peles com pelo ou outros produtos, bem como a occisão de animais para efeitos de despovoamento e operações complementares - MAFDR - Reg. DL 114/2019](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 07 – 26;

Assunto: [Audição n.º 254/XI-AR - Projeto de Resolução n.º 2257/XIII \(BE\) - Recomenda ao Governo que tome medidas efetivas para garantir a prestação de um serviço público de carga aérea e de correio na rota Lisboa-Terceira-Ponta Delgada-Lisboa ou na rota Lisboa-Ponta Delgada-Terceira-Lisboa](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 07 – 26;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 139/XI - Apoio à recuperação, produção e comercialização do inhame e do café em São Jorge](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 07 – 30.

13 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.ºs 96, 97, 98, 99, 100 (com suplemento), 101, 102 e 103, bem como as Separatas n.ºs 16/2019 e 17/2019.

A Redatora, Ana Machado

Transcrição efetuada por, Sara Azevedo